

Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Entre Partidas e Regressos:
tecendo relações familiares em Cabo Verde**

Juliana Braz Dias

Brasília
2000

Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Entre Partidas e Regressos:
tecendo relações familiares em Cabo Verde**

Juliana Braz Dias

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social do Departamento
de Antropologia da Universidade de
Brasília.

Orientador:
Prof. Dr. Wilson Trajano Filho

Brasília
Março de 2000

Às mulheres de Cabo Verde

Agradecimentos

À minha família, que me ofereceu todo o apoio material e emocional de que precisei nesse longo percurso: à minha mãe, por me inspirar com sua força e generosidade; ao meu pai, por ter construído o caminho por onde trilhei; ao Renato, pelo empréstimo que me permitiu chegar a Cabo Verde e pela tolerância com a invasão cotidiana no uso do seu quarto e computador; à Ana, pelo apoio e confiança inabaláveis de quem, afinal, apresentou-me à antropologia; à Cristina, pelo computador que tanto trabalhou nesses meses e por sempre me fazer lembrar de minha sorte; e ao Tito, por trazer mais graça e ternura à minha vida.

Ao Gilvan, pelo encorajamento fundamental nos momentos de maior fragilidade, pela compreensão e paciência sem limites para suportar minhas reclamações e minha ausência e por me ensinar a difícil arte da espera.

Ao Professor Wilson Trajano Filho, meu orientador, pela seriedade com que me conduziu, alicerçado em muita competência, dedicação e sensibilidade, pelo inesperado e encantador convite ao mundo africano e por me ensinar a ir sempre mais adiante.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, que contribuíram para minha formação como antropóloga, e particularmente à Professora Carla Costa Teixeira, cujo curso ministrado e discussões proporcionadas me foram tão estimulantes.

A todos os colegas que compartilharam as dificuldades e as satisfações nesse processo de formação, especialmente a Soraya, Andréa, Sílvia e Rosângela, que deram cores mais humanas a este caminho por vezes tão frio e solitário.

Aos preciosos comentários de Ana e Soraya, que se dedicaram a ler partes deste trabalho.

E a todas as pessoas que tornaram mais fácil, rica e prazerosa minha experiência em Cabo Verde:

- a Any, Sofia, Lino e Djosa, que me introduziram aos mistérios e beleza da língua crioula;
- ao Sr. Daniel Soares Oliveira, Primeiro Secretário da Embaixada de Cabo Verde em Brasília, que me auxiliou nos passos iniciais rumo ao arquipélago;
- aos funcionários do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, especialmente a Edna Ferreira, Humberto Lopes, Fátima Souto Amado e Paula Cristina Sena Fonseca, pela competência e dedicação;
- a Ângela Cardoso, Maria Vicenta e família, *Nha* Ritinha, Cláudio e Cátia (meu “porto seguro”), Madalena e Lizete, Sara e família, Daniel Costa (Danilo), Alfredo, Koi, Márcia Gadêlha, Eveline Figueiredo, Emília Lima, Nélida Rodrigues e Danilo Tavares, que me acolheram com muito carinho, atenção e generosidade, ensinando o sentido e a nobreza da *morabeza*.
- e, de maneira muito especial, a Manuel, *Nha* Domingas, Luísa, Sónia, Ana, Any, Ducha, Che, Júnior e Jéssica, que me abriram as portas de sua casa e de suas vidas e me fizeram sentir parte de uma família cabo-verdiana.

A todos, meu muito obrigada.

Sumário

Introdução	01
 Capítulo I	
Caminhos que Levam à “Terra-Longe”	14
A seca e a fome	16
Desigualdades do sistema fundiário	25
A elite cabo-verdiana na rota da emigração	30
O <i>boom</i> da emigração cabo-verdiana	33
Emigração e reprodução social	36
 Capítulo II	
Inclinações de um Povo das Ilhas	40
O caminho do mar	44
A necessidade de conhecer	49
O retorno: entre o sonho e a realidade	55
Emigração e prestígio	61
O “retornante”	72
 Capítulo III	
Estratégias Familiares no Jogo Matrimonial	78
Possibilidades, conveniências e escolhas	81
Holandês-Cabo-verdiano- <i>Badiu</i>	103

A separação e a espera	118
Capítulo IV	
Proximidade e Poder no Grupo Doméstico	134
A tradição patriarcal	134
“A mãe é que é tudo. O pai é uma figura...”	138
A distância na emigração	144
O distanciamento paterno e as formas de união conjugal	150
O distanciamento paterno e a organização do grupo doméstico	159
Conclusão	185
Bibliografia	195

Resumo:

Cabo Verde, arquipélago localizado na costa oeste africana, apresenta-se envolvido em um intenso fenômeno emigratório. Atualmente o número de pessoas de nacionalidade cabo-verdiana residentes fora do país é maior do que a população do arquipélago. Esta dissertação aborda o estabelecimento deste fluxo de pessoas, bem como de divisas, informações, valores, símbolos e práticas, que tem vinculado Cabo Verde ao resto do mundo. Procura demonstrar como este fenômeno tem assegurado a reprodução da sociedade cabo-verdiana a nível material, estrutural e simbólico. Com foco na organização familiar, o trabalho examina as estratégias de emigração dos cabo-verdianos e aponta como as famílias se reproduzem através da partida de alguns de seus membros e/ou do estabelecimento de alianças com famílias de emigrantes. A partir da análise da distribuição de papéis no interior do grupo doméstico, indica a participação da família na distinção entre aqueles que podem e devem partir e aqueles que precisam permanecer em Cabo Verde a fim de que se torne possível a conservação desse fluxo. Enfim, a dissertação ressalta como as particularidades da organização familiar em Cabo Verde permitem que o pertencimento do emigrante à sua sociedade de origem não seja rompido, de tal forma que a sociedade cabo-verdiana persista como uma totalidade que se reproduz em um espaço que ultrapassa os limites territoriais do arquipélago.

Palavras-chaves:

Cabo Verde; emigração; parentesco; reprodução social

Abstract:

Cape Verde, an archipelago located at the African occidental coast, is involved in a strong migration phenomenon. Nowadays the number of people with cape-verdean nationality living outside the country is larger than the archipelago population. This dissertation deals with the establishment of this flow of people, as well as money, information, values, symbols and practices, that has been linking together Cape Verde and the rest of the world. It tries to demonstrate how this phenomenon has ensured the reproduction of cape-verdean society at material, structural and symbolic levels. Focusing on family organization, this work examines cape-verdeans' migration strategies and points out how families reproduce themselves through the departure of some of its members and/or alliances with migrants' families. Through the analysis of household roles, it shows family participation in the differentiation between those who can/must migrate and those who must stay in Cape Verde to make possible the maintenance of this flow. Finally, the dissertation emphasizes how the particularities of family organization in Cape Verde ensure that migrant's belonging to his/her original society is not broken, in such a way that cape-verdean society persists as a totality that reproduces itself in a space that goes beyond the archipelago territorial limits.

Key-words:

Cape Verde; migration; kinship; social reproduction

Introdução

O tempo sempre se apresentou à investigação antropológica como uma questão – de interesse e de complexidade. Ao lado da pergunta que caracteriza o fazer etnográfico, elaborada por DaMatta (1986) sob a fórmula “o que faz o Brasil, Brasil?”, estabeleceu-se outra igualmente relevante: “o que faz com que o Brasil continue a ser Brasil?” ou, no caso abordado nesta dissertação, “o que faz com que Cabo Verde, no decorrer de séculos de história, permaneça como Cabo Verde?”. As mudanças de uma sociedade através do tempo e sua capacidade de reprodução inspiraram questionamentos e respostas interessantes, quase nunca definitivos.

Uma sociedade “A” tende a manter suas características estruturais e culturais durante um intervalo de tempo muito maior do que o tempo de vida dos indivíduos que a compõem. Para que haja a manutenção dessa unidade apesar da substituição completa de suas partes constituintes, é acionada uma série de mecanismos capazes de assegurar sua reprodução, com a preservação de seus grupos e das relações entre eles, de suas práticas e valores. Mas a análise dos meios de reprodução de uma sociedade requer, antes de tudo, um questionamento sobre as possibilidades efetivas de *continuidade* relativa de uma determinada ordem e sobre o espaço conferido à *mudança* na dinâmica social, bem como a interpretação que recebe. Embora sejam estes temas comuns nas discussões antropológicas, a tentativa de abordar as realidades sociais sob uma perspectiva processual com ênfase nas idéias de continuidade e mudança tem freqüentemente levantado problemas teóricos de difícil solução, tratados de maneiras diversas ao longo da história da disciplina, como veremos a seguir.

* * *

A temática da reprodução social se inicia na antropologia com o dilema envolvendo as idéias de continuidade e mudança. Não procuro aqui percorrer toda essa discussão na história da disciplina, mas tão somente alguns pontos deste longo percurso. Uma das discussões iniciais a este respeito foi apresentada por Radcliffe-Brown. Preocupado em delimitar com precisão o objeto da antropologia, Radcliffe-Brown (1973: 12-13) indicou o “processo da vida social” como a realidade concreta que o antropólogo deve observar, descrever, comparar e classificar. Mais especificamente, o antropólogo deve traçar a regularidade dentro desse processo. Percebemos, com isso, que Radcliffe-Brown se propõe a trabalhar a partir de uma perspectiva processual, mas desde que isso implique uma observação da continuidade, do padrão, de tudo aquilo que permanece em equilíbrio estável em um determinado sistema social. Embora o autor afirme preocupar-se igualmente com a continuidade e a transformação das formas de vida social, sua ênfase recai quase que exclusivamente sobre a primeira.

A própria definição de estrutura social formulada por Radcliffe-Brown sugere o lugar de destaque que assume a noção de continuidade dentro de sua elaboração teórica. O autor aponta para a distinção entre a estrutura como uma realidade concreta, que se refere ao conjunto de relações reais entre determinados indivíduos durante um momento específico, e o que chama de forma estrutural, isto é, a abstração de um padrão através da comparação entre diversas circunstâncias particulares (cf. Fortes, 1949: 54). Nesse segundo conceito, foco da atenção do antropólogo, torna-se central a idéia de continuidade, de repetição e permanência ao longo de uma diversidade de situações. Esta idéia e, em última instância, a capacidade de uma sociedade de reproduzir-se neste processo de continuidade são, para Radcliffe-Brown, pressupostos que norteiam a investigação antropológica.

Conforme a tese apresentada por Radcliffe-Brown (1973: 222), na vida social, assim como na vida orgânica, podemos reconhecer a existência de uma estrutura, cuja continuidade não é destruída pelas mudanças nas suas unidades componentes, isto é, pelos acréscimos e decréscimos de indivíduos que conformam a sociedade. Essa continuidade da estrutura social é mantida através das atividades e interações dos indivíduos e dos grupos que a compõem. A hipótese radcliffe-browniana define como *função* de uma atividade ou instituição exatamente esta contribuição para a manutenção da continuidade de determinada ordem social (: 223). Partindo dessa hipótese, Radcliffe-Brown reconhece como um problema antropológico legítimo o estudo dos mecanismos que possibilitam a reprodução social, o que nada mais é do que o estudo da “função” de atividades e instituições sociais, segundo a definição do autor. Consolida-se, assim, como uma de suas questões centrais a investigação dos meios através dos quais as sociedades persistem de maneira relativamente estável ao longo do tempo.

Assumindo outras formas, associadas a novas elaborações teóricas, a questão da reprodução social permanece como um tema central nos debates da antropologia. Na obra de Gluckman, por exemplo, uma nova abordagem do processo de reprodução social surge através da ênfase na idéia de conflito. Para este autor, os sistemas sociais não se apresentam de forma tão harmoniosa. São, antes, totalidades caracterizadas por contradições e conflitos inerentes à estrutura. Mas apesar de conferir especial atenção a esses conflitos, Gluckman acaba por ressaltar, como Radcliffe-Brown, uma perspectiva dos sistemas sociais orientada pela manutenção do equilíbrio estrutural.

A partir da clássica distinção entre rebelião e revolução, onde só a segunda implica efetivamente a alteração da estrutura social, Gluckman (1973: 28) sugere que os conflitos, quando expressos sob a forma de uma rebelião, atuam no sentido de preservar e mesmo fortalecer a ordem social estabelecida. As rebeliões, sem atingir os princípios que organizam

a sociedade, apresentam-se como soluções pontuais para problemas gerados pela própria inconsistência destes princípios no interior da estrutura social. Conflitos criados pelas contradições do sistema são aparentemente resolvidos através das rebeliões que, assim, diminuem os riscos de ocorrência de uma revolução, isto é, de uma alteração efetiva da estrutura social. A partir desta tese, o autor sugere a existência de mecanismos de restabelecimento da ordem que tornam possível a manutenção de um sistema, sem que suas contradições levem à sua dissolução. Através de sucessivos conflitos, socialmente direcionados e controlados, a estrutura de determinada sociedade é periodicamente restabelecida, tornando-se apta a perdurar através de longos períodos de tempo (: 47). Nos sistemas sociais em que prevalece a rebelião, a estrutura se mantém a mesma a longo prazo, o que reforça, assim como em Radcliffe-Brown, a noção de continuidade e equilíbrio na sociedade. Como este último, Gluckman (1973: 47) também ressalta a possibilidade de ocorrência de mudanças estruturais. A alteração nos princípios que organizam determinada realidade social nem sempre pode ser evitada. Mas a tese do autor põe em destaque a idéia de que a sociedade, apesar dos conflitos estruturais, mantém-se praticamente estável ao longo do tempo, como uma totalidade em equilíbrio.

A adoção de uma perspectiva processual na investigação antropológica nem sempre correspondeu a um estudo centrado na continuidade estrutural através do tempo. Leach (1995), em franco contraste com Radcliffe-Brown e Gluckman, debruçou-se sobre a análise de processos de mudança na estrutura social. Enquanto Gluckman desenvolve uma abordagem centrada no conflito como mecanismo para assegurar a continuidade da ordem existente, Leach abandona o pressuposto de que as sociedades vivem em equilíbrio estável e procura abordar diretamente os mecanismos do processo de mudança estrutural.

Os sistemas em equilíbrio descritos em uma infinidade de estudos antropológicos são considerados por Leach (1995: 68) apenas como modelos conceituais de sociedade.

Segundo o autor, estes sistemas são abstrações que o antropólogo descreve como hipóteses, contrastantes com a estrutura social em situações práticas. Localizada no tempo e no espaço, a estrutura social é, para o autor, nada mais do que um conjunto de idéias, muitas vezes contraditórias e incongruentes, sobre a distribuição do poder (: 68). Esta estrutura sofre alterações no decorrer do tempo e o enfoque de Leach está exatamente nos mecanismos que tornam possível esse processo de mudança estrutural. Para o autor (: 71-72), são as tentativa individuais de explorar cada situação conforme seu interesse particular que operam no sentido de alterar a estrutura.

Se em um primeiro momento a análise do processo social concentra-se quase que exclusivamente na noção de continuidade e, em seguida, as idéias de conflito e mudança começam a ganhar destaque, em um terceiro momento (a partir da década de 70), uma nova proposta ganha peso. Coincidindo com o período de descolonização das sociedades africanas, estudos de inspiração marxista ressurgem nas obras de autores como Maurice Godelier e Claude Meillassoux. As questões do conflito e da mudança, sobretudo aquelas apresentadas por Gluckman, permanecem no foco das atenções, apresentadas, porém, em uma versão mais histórica e fundamentada na teoria marxista.

Nessa nova versão, a questão da reprodução social sofreu uma dupla reelaboração. Em primeiro lugar, foi estabelecida uma rica combinação entre a perspectiva marxista e um pensamento estruturalista de base lévi-straussiano (cf. Augé, 1982: 66). Na busca por uma noção de estrutura mais sofisticada, desvinculada da forma empirista que havia tomado nos estudos de Gluckman, deu-se a substituição da estrutura de elementos pela estrutura de relações, estabelecida em um plano mais abstrato. Em segundo lugar, os autores que conformaram essa tendência denominada “antropologia marxista” sentiram a necessidade de encontrar um novo caminho para lidar com as idéias de Marx em sociedades bastante distintas daquelas que deram origem a esta vertente teórica. As formações sociais com que

trabalharam, majoritariamente sociedades africanas, não poderiam ser tratadas como simulacros das sociedades ocidentais do século XIX. A luta de classes não adquiria aí nenhum sentido, de tal forma que a transposição direta de uma análise aplicada preferencialmente aos sistemas capitalistas não se mostrava possível. A partir disso, o segundo importante passo dado por estes autores foi a recuperação do domínio do simbólico na tentativa de identificar o lugar da contradição e do conflito. A ênfase no plano dos valores viria substituir o foco exclusivo nas relações sociais e, assim, acrescentar uma nova perspectiva ao estudo da reprodução, que ultrapassava os limites restritos da estrutura social.

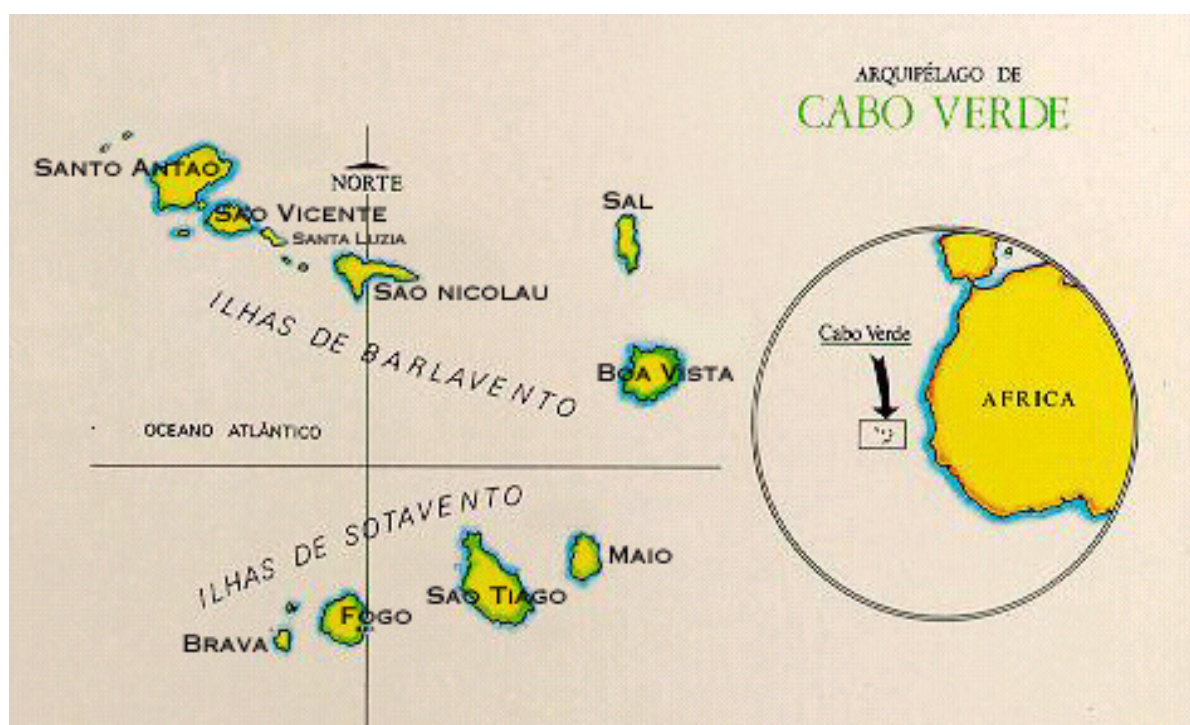
Contudo, faltava ao estudo da reprodução uma nova elaboração que permitisse considerar ainda outro plano: o domínio da agência. Tal nível de interpretação é alcançado a partir da década de 80, quando se fortalece uma perspectiva antropológica orientada para a prática. Autores com Bourdieu (1977 e 1990) e Giddens (1984) elaboram um corpo conceitual cuja ênfase está exclusivamente nas ações dos atores, através das quais a sociedade reproduz suas relações. A idéia central nestas formulações teóricas é que os agentes têm ao seu alcance um conjunto de regras e de recursos, com o qual procuram lidar da maneira que lhes for mais vantajosa. Cada indivíduo e cada grupo utiliza-se de um conjunto de estratégias a fim de conservar ou melhorar sua posição no sistema de relações entre classes e para transmitir sua posição à próxima geração. Manipulam, assim, regras e recursos segundo seus interesses particulares, mas trazem também consequências para a totalidade do sistema, direta ou indiretamente. Como sugere Giddens (1984: 27-28), a reprodução de determinado sistema pode envolver tanto os efeitos não planejados de ações individuais, que de alguma forma acabam por reconstituir a circunstância inicial, quanto as consequências de ações estrategicamente planejadas a fim de regular as condições do sistema de reprodução, seja para sua manutenção ou mudança.

Nesta inter-relação entre o sistema e as ações dos atores, há um importante ponto a ressaltar. As estratégias adotadas pelos atores tem como finalidade satisfazer interesses que são, em última instância, socialmente elaborados. O objetivo do ator é alcançar a melhor posição possível dentro de um sistema que se apresenta a ele de forma relativamente fixa. As próprias disposições dos atores e as ações empreendidas reforçam uma estrutura de relações relativamente estáveis. E o sistema não apenas interfere na elaboração dos interesses individuais. O mundo que se dá à manipulação do agente também é controlado. Os recursos à disposição dos atores, as ferramentas conceituais para a elaboração de estratégias e os princípios estruturais com os quais têm que lidar mantêm uma relativa continuidade, sobre a qual estão ancorados outros planos cambiáveis e instáveis.

É com referência a essa ampla discussão sobre reprodução social que apresento agora o objeto desta dissertação. A questão que direciona a análise desenvolvida ao longo do presente trabalho é a atuação dos mecanismos que asseguram a reprodução da sociedade cabo-verdiana. Trata-se de uma sociedade particularmente interessante, uma vez que ela tem se mostrado incapaz de se reproduzir por meio das relações e recursos materiais e simbólicos produzidos no seu interior. Ejetando alguns de seus membros para além de suas fronteiras, ela vai buscar no exterior os recursos e relações necessários para sua reprodução. Incorporando práticas, valores, símbolos e recursos materiais originados no exterior, a sociedade cabo-verdiana reconstrói continuamente o mundo que se dá à interpretação e à ação de seus agentes internos, reproduzindo a si mesma como uma estrutura inerentemente aberta. E é somente com uma abordagem que procura cobrir igualmente os domínios das relações sociais, dos princípios estruturais, dos valores, dos símbolos e da prática dos atores que se torna possível alcançar a especificidade desse processo de reprodução.

* * *

Cabo Verde é um arquipélago localizado no oeste africano, distante cerca de 500 km da costa senegalesa. É composto por 8 ilhéus e 10 ilhas, das quais apenas uma mantém-se desabitada. As ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista conformam o grupo conhecido por Barlavento. Maio, Santiago, Fogo e Brava representam as ilhas do Sotavento.



O arquipélago de Cabo Verde comporta uma população bastante fragilizada. Trata-se de uma sociedade que apresenta uma série de empecilhos para sua manutenção. Marcada pela pobreza, que se intensifica por fatores de ordem social e ecológica, a população cabo-verdiana enfrenta uma luta contínua pela sobrevivência. Sua fragilidade também se revela no plano estrutural. Os princípios que organizam a sociedade cabo-verdiana são heterogêneos e ambíguos, muitas vezes contraditórios, o que reflete a particularidade do seu processo histórico de formação social. Cabo Verde nasceu do encontro intersocietário entre os portugueses, que, em meados do século XV, aportaram às ilhas até então desabitadas, e

os africanos por eles trazidos do continente. Ainda hoje a sociedade cabo-verdiana carrega as marcas desse encontro original, constituindo-se como uma complexa síntese de elementos culturais heterogêneos.

O contato estreito e prolongado entre as populações que se encontraram nas ilhas, com línguas ininteligíveis entre si, deu início, ainda muito cedo, a um processo de crioulação lingüística no arquipélago. Segundo Carreira (1972: 344), a língua crioula teria nascido em Cabo Verde ainda no século XVI, menos de cinquenta anos após o início de seu povoamento. Esta hipótese sobre a formação do crioulo de Cabo Verde tem sido contestada. Alguns lingüistas acreditam que ele teria nascido ainda no continente africano, seguindo depois a rota do tráfico negro (cf. Rougé, 1986). Interessa-nos aqui particularmente que, ao tratarmos da crioulação lingüística em Cabo Verde, podemos pensar também, por analogia, em uma crioulação cultural, que teria dado origem à sociedade cabo-verdiana como uma síntese *sui generis*.¹ É preciso observar, porém, que essa síntese tem uma dinâmica intensa. A crioulação é resultado de um processo sócio-histórico, de tal forma que o produto deste processo é sempre um equilíbrio de forças momentâneo e frágil, que varia conforme as diferentes pressões em jogo, aproximando-se ou distanciando-se de cada um dos modelos culturais originários - no caso cabo-verdiano, o português e o africano (cf. Chaudenson, 1989; Alleyne, 1971; Couto, 1996).

Frente a esse quadro, uma questão salta aos olhos: quais os mecanismos que garantem a continuidade da sociedade cabo-verdiana como uma totalidade original no decorrer desse processo de crioulação? Como procuro desenvolver nesta dissertação, a sociedade cabo-verdiana tem encontrado na emigração um importante caminho para assegurar sua reprodução ao longo do tempo. A emigração é, certamente, um fenômeno de grande impacto na totalidade desta sociedade. Segundo os dados fornecidos pelo Instituto de

¹ A distinção entre “crioulação lingüística” e “crioulação cultural” foi primeiramente proposta por Chaudenson (1989), estendendo o modelo de crioulação lingüística a outros domínios da cultura.

Apoio ao Emigrante, de Cabo Verde, em janeiro de 1998 o número de cabo-verdianos nos principais países de acolhimento totalizava 517.780 pessoas. Tendo em vista que a população do arquipélago alcançava apenas 399.857 habitantes neste mesmo ano, percebe-se que a quantidade de cabo-verdianos emigrados e seus descendentes, dispersos por mais de 40 países, ultrapassa em muito a população residente no arquipélago. Os fatores que motivam a partida destas pessoas são inúmeros. De fato, a emigração de cabo-verdianos pode assumir tantas formas que se torna mesmo necessário problematizar o uso do termo “emigração” como uma categoria generalizante. Mas o que nos interessa aqui particularmente é apontar para as diversas maneiras em que o fenômeno favorece a reprodução social em Cabo Verde. O fluxo de pessoas, bem como de divisas, mercadorias, informações, símbolos e valores para além das fronteiras das ilhas, alcançado através da emigração, tem se mostrado essencial para a manutenção dinâmica dos princípios estruturais e do sistema de valores que se desenvolveram nesta sociedade crioula insular.

No presente trabalho procuro traçar os meios de atuação desse mecanismo de reprodução e as formas como é acionado através do foco em um domínio social delimitado: os grupos domésticos. O estudo das relações no interior das famílias, bem como entre famílias diversas, aparece como uma forma de delinear, mesmo que parcialmente, alguns princípios que orientam a organização dessa sociedade. A ambigüidade dos valores e normas e a variabilidade das práticas que têm lugar entre famílias cabo-verdianas apontam para a heterogeneidade inerente a esta sociedade, ao mesmo tempo em que permitem apresentá-la como uma entidade original. Ainda, o enfoque na organização familiar parece ser uma das entradas mais apropriadas para uma abordagem da reprodução desta sociedade crioula. Torna-se fundamental, neste contexto migratório, traçar as maneiras através das quais as famílias participam desse processo, desenvolvendo estratégias para a partida de alguns de seus membros e construindo as bases de conservação desse fluxo. O objetivo de

indicar os mecanismos que possibilitam a existência do fenômeno migratório se apresenta paralelamente à busca pelas formas em que este fenômeno, por sua vez, interfere na estrutura da sociedade cabo-verdiana e, neste trabalho particularmente, na organização de suas famílias.

O material em que este estudo se baseia é de dupla natureza: por um lado, provém de pesquisa bibliográfica; por outro, tem origem em um trabalho de campo realizado durante um período de pouco mais de dois meses, compreendidos entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999. A pesquisa foi concentrada na ilha de Santiago, especificamente na Cidade da Praia e no Concelho de Santa Catarina.

A Cidade da Praia é a capital da República de Cabo Verde. Envolvida em um intenso fenômeno de êxodo rural, a cidade experimentou uma explosão demográfica a partir de 1970, período em que sua população ainda não alcançava 40.000 habitantes. Em 1990, a população da cidade chegou a 82.802 habitantes (Andrade, 1998: 79-80). O crescimento acelerado fez da cidade um cenário marcado pela heterogeneidade, expressa na interação de uma pluralidade de valores e práticas - rurais e urbanos - levados a confrontar-se em um curto período de tempo.

Situado nas terras altas da ilha de Santiago, a cerca de 45 km da Cidade da Praia, o Concelho de Santa Catarina comporta, segundo o recenseamento de 1990, 41.584 habitantes (Andrade, 1998: 79-80). Chegou a ser, em 1960, o mais populoso concelho do país, mas viu sua população decrescer durante a década de 70, consequência do elevado índice de emigração que se constituiu como uma característica marcante da localidade. Os Santa Catarinenses têm partido, com grande frequência, para países como Portugal, França e Holanda, bem como para centros urbanos do próprio arquipélago, especialmente para a Cidade da Praia. Concelho essencialmente rural, sua população vive quase que exclusivamente da agricultura e da pecuária, além das remessas enviadas pelos emigrantes,

fundamentais para a economia da região (cf. *Programa de luta contra a pobreza no Concelho de Santa Catarina*). A Vila de Assomada, localidade de destaque no interior da ilha de Santiago, é a sede de uma das duas freguesias em que se divide o Concelho de Santa Catarina.

O trabalho de campo efetuado nestas localidades consistiu basicamente em entrevistas e observações do cotidiano familiar entre as referidas populações. Dada a natureza do objeto de pesquisa, seu caráter de cotidianidade e de intimidade, grande parte do material obtido teve origem em conversas informais.

* * *

Para traçar a inter-relação entre o fenômeno emigratório e a organização familiar em Cabo Verde, procuro realizar uma trajetória que conduza o leitor por uma passagem do geral para o particular. Iniciando com uma abordagem dos fatores mais gerais que encaminham a população à partida, direciono progressivamente a análise para os mecanismos internos à família que incentivam e tornam possível o fenômeno emigratório.

O **capítulo I** consiste de uma apresentação dos fatores que, historicamente, têm levado o cabo-verdiano a deixar seu país natal. Indica como principais motivadores da emigração: os problemas advindos da seca que aflige o país; as inconsistências do sistema fundiário; a necessidade de educação da elite local; e o limitado mercado de trabalho de Cabo Verde. O capítulo aborda ainda diversas maneiras em que a emigração tem favorecido a reprodução da sociedade cabo-verdiana, tanto no plano material quanto no estrutural.

O **capítulo II** focaliza um outro tipo de fator que produz emigrantes e, como consequência, aborda um terceiro nível de reprodução da sociedade cabo-verdiana assegurado pela emigração: a reprodução cultural. A partida de grande parcela da população

tem possibilitado a manutenção de um modo de ser específico do homem cabo-verdiano, caracterizado por uma singular abertura ao mundo. Procuro demonstrar como a emigração é parte do *ethos* de um povo que se reproduz no contato contínuo com o exterior. Caracterizo ainda a especificidade do retorno entre os emigrantes cabo-verdianos e a atuação de mais este fator no incentivo à partida.

No **capítulo III**, passo a lidar mais diretamente com o domínio doméstico. As estratégias matrimoniais desenvolvidas pelas famílias cabo-verdianas são analisadas a fim de destacar a diversidade de valores em jogo na elaboração dos projetos familiares. A preferência pelos casamentos com emigrantes e os problemas que este tipo de união conjugal implica constituem um tema central do capítulo, indicando uma importante maneira em que a emigração conduz os assuntos familiares.

O **capítulo IV** analisa as definições de papéis e relações no interior do grupo doméstico. A partir da discussão sobre a concomitância de múltiplos modelos culturais, sugere a coexistência de uma tradição patriarcal e uma tendência matrifocal entre as famílias cabo-verdianas. A análise das relações familiares e de suas transformações ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico aponta ainda para o posicionamento de cada membro da família dentro dos projetos de emigração e suas conseqüências para as definições de poder e autoridade no grupo.

Por fim, procuro traçar mais diretamente a relação entre os princípios de organização das famílias cabo-verdianas e as particularidades que assume o fenômeno migratório no país. Indicando quais são aqueles que devem partir e quais devem permanecer em Cabo Verde - e seus respectivos motivos - procuro apresentar a família cabo-verdiana como uma unidade que, apesar de dispersa pelo mundo, só assim adquire as condições para sua sobrevivência e reprodução.

Capítulo I

Caminhos que Levam

à “Terra-Longe”

Desabitado encontrava-se o arquipélago de Cabo Verde até meados do século XV. Com as navegações exploratórias européias na costa africana, deu-se o descobrimento das ilhas que, no ano de 1460, foram efetivamente integradas ao patrimônio da Coroa Portuguesa. O arquipélago desempenharia um importante papel a favor do expansionismo português. Em um período em que o comércio com as sociedades africanas configurava-se como o centro de investimentos políticos e econômicos, Cabo Verde surgia como um estratégico ponto de apoio aos navegadores europeus, servindo ao abastecimento de água e víveres daqueles que se aventuravam por caminhos ainda incertos (cf. Carvalho, 1998; Correia e Silva, 1996).

A ocupação inicial de Cabo Verde refletiu seu envolvimento com o comércio atlântico, especialmente com o tráfico de escravos. A Ribeira Grande, em Santiago, primeiro núcleo de povoamento do arquipélago, tomou a forma de uma cidade de mercadores. Gente da Metrópole, das ilhas já colonizadas - Madeira e Açores - e alguns estrangeiros, todos atraídos pelo tráfico, atuaram na ocupação de Santiago. Sendo um entreposto mercantil de muito destaque, o porto da Ribeira Grande trazia à ilha um grande movimento de navios e de gente. Pessoas de uma multiplicidade de origens geográficas e étnicas - portugueses, judeus, castelhanos, genoveses e africanos do continente – encontravam-se em Cabo Verde, começando a compor a nova sociedade que se formava. Como sugere Correia e Silva (1996: 42), a diversidade era a principal riqueza das cidades portuárias cabo-verdianas, caracteristicamente cosmopolitas.

Curiosamente, o arquipélago que nasceu como um mundo privilegiado dos imigrantes deu origem a uma sociedade emigratória. Cabo Verde carrega hoje as marcas de um passado construído em torno da emigração e apresenta-se profundamente moldado por este fenômeno que exerce sua influência em diversos domínios da vida de seu povo. A emigração atua como um fator fundamental na configuração da realidade experienciada pelos cabo-verdianos, orientando desde os delineamentos políticos e econômicos do país, até o cotidiano da população, em suas relações interpessoais e seus projetos de vida. A importância que assume a emigração para a população do arquipélago é de tal ordem que podemos sugerir a existência de uma dinâmica singular a uma sociedade que precisa “expulsar” uma quantidade substancial de seus membros para que possa ela própria se reproduzir, conforme procuro demonstrar ao longo desta dissertação. Este capítulo aponta diversos fatores que têm contribuído, no decorrer da história de Cabo Verde, para que um número tão grande de pessoas tenha trocado sua terra natal pelas incertezas da “terra-longe”.

A primeira corrente de emigração cabo-verdiana teria tido início, segundo Carreira (1983: 65), ainda no final do século XVII ou nos primeiros anos do XVIII. Com o crescente interesse pelo “azeite de baleia”, navios baleeiros norte-americanos teriam atingido os mares de Cabo Verde em busca de rentáveis negócios. O contato entre as tripulações e os insulares, muitos destes contratados pelos capitães dos navios para trabalhar como auxiliares na pesca da baleia, teria favorecido a posterior emigração para os Estados Unidos.² Homens cabo-verdianos partiam a bordo dos navios baleeiros rumo à América do Norte e, com a fixação e estabilização destes emigrantes pioneiros, estava aberto o caminho para um fluxo que viria a se tornar bastante intenso na segunda metade do século XIX, dando origem ao

² As evidências diretas sobre essa primeira corrente de emigração indicam o século XIX como o período inicial do fluxo de cabo-verdianos para além das fronteiras do arquipélago. No entanto, Carreira (1983: 66) sugere que o fenômeno já existia muito antes desta data, uma vez que a pesca da baleia pelos norte-americanos nos mares de Cabo Verde teria sido iniciada ainda no século XVII.

que hoje é a maior comunidade cabo-verdiana no exterior.³ Segundo Carreira (1983: 74), as principais razões para essa emigração inicial teriam sido a busca por melhores condições de vida nos Estados Unidos, ou mesmo a bordo dos navios, e a fuga à prestação do serviço militar, por medo de ter que servir na Guiné, onde as freqüentes lutas internas criavam um contexto temido pelos cabo-verdianos. O fato é que a emigração da população masculina para os Estados Unidos atingiu tal intensidade que, na segunda metade do século XIX, já se observava a desproporção entre os sexos na ilha Brava, principal ponto de partida dos primeiros emigrantes, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

POPULAÇÃO DA ILHA BRAVA (1867-1878)			
ANOS	HABITANTES		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1867	2426	3448	5874
1872	3669	4948	8617
1875	2480	4104	6584
1878	3547	4611	8158
FONTE: Carreira, 1983: 74.			

Não apenas o desequilíbrio entre a população masculina e a feminina, mas também o decréscimo do total de habitantes verificado entre 1872 e 1875 estão profundamente relacionados com o fluxo de emigrantes para os Estados Unidos.

A seca e a fome

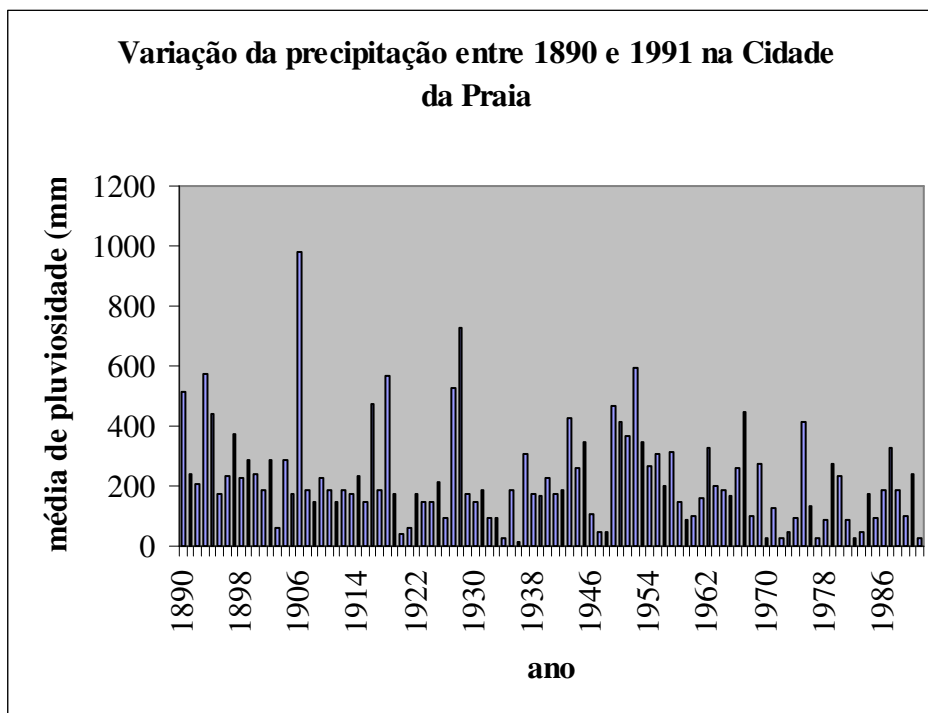
A valorização geo-estratégica das ilhas de Cabo Verde durante o período mercantil demonstra como sua localização, associada a interesses particulares, definiria sobremaneira os rumos que tomaria a colônia. Assim como o estratégico posicionamento marítimo, outro

³ Segundo os dados fornecidos pelo Instituto de Apoio ao Emigrante, de Cabo Verde, em janeiro de 1998 havia 264.900 cabo-verdianos residentes nos Estados Unidos, o que representa 51,16% da população emigrada recenseada pelo referido instituto.

fator de ordem geográfica mostrou-se marcante para a vida no país: a localização do arquipélago no Sahel africano.

O Sahel corresponde a uma vasta zona de climas áridos e semi-áridos, localizada entre o Saara e a região de Savana, da costa atlântica ao Mar Vermelho. Na maior parte do ano, esta região encontra-se sujeita aos ventos alísios do hemisfério norte, que no Sahel demonstram acentuada aridez. Caracterizada também por uma significativa instabilidade pluviométrica, a região do Sahel reflete a história climática da África Ocidental, marcada por seqüências de profundas mudanças nas condições do clima. Após um prolongado período de seca, que durou aproximadamente de 2.500 a.C. até 300 a.C., a África Ocidental passou pelas seguintes fases climáticas: um período de transição, que durou até 300 d.C., melhorando significativamente as condições ecológicas; quatro séculos de chuvas moderadas; quatro séculos de chuvas abundantes; um longo período de seca, entre 1100 e 1500; uma breve fase úmida até 1630; um novo período de seca, durando até 1860; uma breve intensificação das precipitações, até 1900; uma grande quantidade de estiagens no princípio do século; três décadas de chuvas moderadas, entre 1930 e 1960; e esporádicas condições de seca no presente (Brooks, 1993: 7-9). Toda essa variação nos índices de chuva, durante tantos séculos, teve conseqüências profundas para as populações da África Ocidental, especialmente para a população cabo-verdiana.

Inserido no Sahel africano, as condições climáticas no arquipélago de Cabo Verde assumem, então, certas particularidades. Além de apresentar uma curta estação úmida, muitas vezes insuficiente para suprir as necessidades de sua população, os índices pluviométricos são também muito irregulares.



FONTE: Semedo, 1998: 33.

As estiagens no arquipélago são freqüentes e prolongadas e, agravando ainda mais a situação, após longas estiagens, a chuva é torrencial. As águas em enxurradas, somadas à ação dos ventos de Leste, arrastam as melhores camadas de material orgânico da terra, prejudicando sua utilização para a agricultura (cf. Semedo, 1998: 32-33; Carreira, 1983: 36). Trata-se de uma irônica e penosa realidade enfrentada pelo cabo-verdiano. Contribuíram ainda para a devastação do país a inadequada ocupação das ilhas, fundada em um regime fundiário que estimulava um desmatamento descomedido, e as inúmeras criações de cabra, animal que destrói tudo, até o que não utiliza como alimento, degradando a cobertura vegetal. Frente a esse quadro, as já precárias fontes de água nas ilhas progressivamente exauriam-se. Nas palavras de Carreira (1983: 36), “nestas ilhas tudo se combina para impôr ao homem uma vida dura, difícil e de miséria”. E esse quadro climático tem representado, no arquipélago, um condicionante da trajetória sócio-econômica e cultural do país.

As referências às crises provocadas pela seca remetem a séculos de grandes dificuldades enfrentadas pelo povo cabo-verdiano, especialmente pelos habitantes de Santiago, a mais populosa das ilhas e cuja economia está fortemente baseada na agricultura. A primeira crise de que se tem notícia no arquipélago teria acontecido ainda no século XVI, entre 1580 e 1582 (Amaral, 1964: 187). Desde então foram várias as catástrofes provocadas pela seca nas ilhas. Sem água, escasseavam os alimentos e a vida. Os números sobre as crises de fome que assolaram Cabo Verde impressionam. Nos anos de crise, morriam em torno de 10 a 30 por cento da população total do arquipélago, atingindo às vezes até metade dos habitantes de algumas localidades específicas. Segundo os dados fornecidos por Carreira (1984: 16), a seca teria provocado os seguintes índices de mortalidade neste século: “14.480 mortes pela fome em 1903-1904, 5.192 em 1919-1920, 17.575 em 1921, 24.463 em 1941-1943, e 20.813 em 1947-1948, ou seja um total de 82.523”. Tudo isso em um período de apenas 46 anos e em um país cuja população recenseada alcançava, em 1950, um total de apenas 148. 331 habitantes (Carreira, 1983: 280).⁴ E a seca não trazia consigo apenas a fome. O povo, debilitado, via-se exposto a doenças. Epidemias de varíola e varicela somavam-se a outros problemas como as pragas de gafanhoto e as ventanias: calamidades que marcariam profundamente a história desse povo.

Se o trabalho nos navios baleeiros norte-americanos é visto hoje como o primeiro passo em direção ao que viria a se constituir como a tradição emigratória cabo-verdiana, as dificuldades climáticas enfrentadas pela população do arquipélago consolidaram-se como um fator fundamental nessa história de emigração, sendo continuamente apontadas como o motivador central para a partida do homem cabo-verdiano. É importante ressaltar que o desejo de fugir à situação trágica imposta pelo clima árido constituiu-se efetivamente como um impulso para a partida de muitos emigrantes, que viam neste ato o único caminho para

⁴ Além de Santiago, as ilhas do Fogo, Brava, Santo Antão e São Nicolau, predominantemente agrícolas, presenciaram mais freqüentes mortandades pela fome que acompanhou as secas (Andrade, 1998: 84).

se escapar à morte pela fome causada pela seca. Mas a importância ideológica do clima como motivador para a partida merece ser destacada. A seca é um símbolo forte que evoca uma série de idéias, como as noções de miséria, de destino e de desafio. A fotografia abaixo retrata a paisagem encontrada nos arredores da Cidade da Praia, mais precisamente no bairro de Achada Grande Trás.



Confrontar-se com esta imagem é vivenciar continuamente as lembranças das catástrofes provocadas pela seca no arquipélago. Nascer em um país onde “não há condições de vida na própria terra”, como afirma o escritor cabo-verdiano Germano Almeida e reforça a fotografia acima, é o desafio constante enfrentado pelo homem cabo-verdiano. Abaixo, outra fotografia retrata o impacto da seca em Cabo Verde, desta vez no interior de Santa Catarina, concelho rural onde se localiza a Vila de Assomada.



A seca não apenas é parte da natureza do arquipélago, mas ajuda também a compor a natureza do próprio povo cabo-verdiano, desafiado continuamente em sua luta pela vida. E lado a lado com o destino de vivenciar a miséria provocada pela seca está o destino de partir para sobreviver a ela. A seca e suas conseqüências – emigração entre elas - são parte essencial da identidade desse povo, registrada freqüentemente em suas manifestações culturais, como no poema abaixo:

A chuva não vem

*Cinco anos são passados
e a chuva não veio
nenhuma vez.
Ninguém mais acredita
nos sinais que antigamente
prometiam e sempre davam.
A chuva não vem
a terra nega
a enxada a um canto se enferruja
só resta partir para Terra-Longe...
Partem
novos e velhos
partem*

*homens e mulheres
partem
para além do horizonte
de barco e de avião
deixando a Terra-Mãe
deixando a saudade
deixando o coração
preso a estas ilhas
ingratas e queridas
de destino e de fado
que nos maltrata
mas nos prende
que nos estrangula
ao mesmo tempo que nos acarinha.*

*Partem
para Lisboa e Holanda
partem
para Itália e América
partem
para França e Alemanha
partem
para o Mundo todo
para onde não há seca
a chuva não conta,
mas há indústrias
há barcos grandes
que trazem e levam
riquezas enormes.
Partem
porque a Mamãe-Terra
se estagnou,
tornou-se infecunda
a chuva não vem
os campos não lourejam
a fome aperta
e
é forçoso viver.*

(Viriato Gonçalves *apud* Silva & Silva, 1993: 361-363)

O poema revela uma visão da emigração continuamente estimulada pela seca que assola as ilhas de Cabo Verde. Ao fazer uma espécie de mapeamento da emigração, destacando quem são aqueles que partem (novos e velhos, homens e mulheres) e para onde partem (Lisboa e Holanda, Itália e América, França e Alemanha), o autor do poema retrata o

fenômeno como a partida para “onde não há seca”. Trata-se da busca pela “Terra-Longe”, que surge como uma última alternativa, uma promessa de riqueza, de escapar à miséria do arquipélago. Por outro lado, a categoria “Terra-Longe”, fundamentada na idéia de distância em relação às ilhas, revela como estas últimas permanecem como um referencial para aqueles que partem. São inúmeros os vínculos que ainda prendem o emigrante à sua terra natal, expressos especialmente através da idéia de saudade, que será melhor explorada no próximo capítulo. Vale notar ainda que as ilhas de Cabo Verde assumem, no poema acima, o caráter ambíguo de uma terra ingrata e querida. Ela maltrata, exatamente pela ausência de chuva que aflige o país, mas ao mesmo tempo acarinha, como a mãe, que se revela fundida à terra na categoria “Mamãe-Terra”, que voltará a ser abordada no capítulo IV.

A emigração e a seca são dois fenômenos profundamente interligados, de tal forma que o primeiro aparece como a solução mais imediata para a miséria causada pelo segundo. Carreira (1984: 127) aponta, inclusive, que a ausência de mortandades pela fome, decorrente da seca, a partir da segunda metade do século XX está estreitamente relacionada à emigração, que teria atuado no sentido de minimizar as carências enfrentadas pela população. Mas é preciso enfatizar que as adversidades climáticas são ainda uma explicação parcial para a freqüente partida de cabo-verdianos. Andrade (1998: 71) lembra que as condições naturais e constrangedoras do arquipélago e a miséria daí decorrente não bastam para que haja migrações, uma vez que o fenômeno migratório permaneceu e se intensificou mesmo quando a seca, que continua a suceder até a atualidade, deixou de causar tão trágicas mortandades pela fome.

A relação entre emigração e seca não está vinculada apenas aos projetos individuais daqueles que se viam confrontados pela dura realidade do arquipélago e optavam pela partida. A proximidade entre os dois fenômenos nos remete também aos interesses em jogo durante o período colonial. Frente às crises de fome, o próprio governo da colônia passou a

considerar a emigração como uma alternativa importante, uma solução prática para a situação insustentável que reinava nas ilhas. Desde o século XIX e mais intensamente no início do século XX, as autoridades coloniais empenharam-se em incentivar, através de medidas legislativas e de processos administrativos, a ida de grandes contingentes da população rural de Cabo Verde para outras colônias portuguesas na África, especialmente São Tomé e Príncipe e Angola.

É importante notar que o direcionamento das correntes emigratórias para outras colônias portuguesas ocorria ao mesmo tempo em que se procurava dificultar a saída de cabo-verdianos para países estrangeiros. Tal política revela a intenção de aproveitamento, por parte da Metrópole, da mão-de-obra dos colonos cabo-verdianos. Mantendo-se o discurso da seca como motivador, incentivavam um tipo particular de emigração, diminuindo o número de pessoas a sustentar em Cabo Verde e fornecendo uma solução parcial para o problema da seca, ao mesmo tempo em que se favorecia os negócios nas colônias do sul, proporcionando mão-de-obra barata às suas explorações agrícolas (cf. Carreira, 1983). Tais medidas do governo colonial representavam, além disso, uma tentativa de dissimular o problema da emigração em massa, uma vez que a partida para outras colônias portuguesas poderia ser tratada não mais como uma situação de emigração, mas como um remanejamento populacional, ocorrido no interior do “mundo português” (Furtado, 1993: 68).

Somente entre 1941 e 1970, saíram de Cabo Verde 56.504 pessoas com destino às colônias do Sul (Carreira, 1983: 243).⁵ Sem opção quando a seca e a fome se prolongavam, estes cabo-verdianos deixavam sua terra para encontrar uma situação não menos árdua nas

⁵ Excetuando-se os nascidos em São Tomé (filhos de cabo-verdianos) e todos aqueles sem registro sobre a ilha de origem, 72,3% dos que partiram para as lavouras do Sul entre 1941 e 1970 eram provenientes da ilha de Santiago (Carreira, 1983: 243). Os baixos índices de emigração para São Tomé e Príncipe no que diz respeito a ilhas como Brava e Fogo refletem a preferência dos habitantes destas ilhas pela partida para os Estados Unidos, em uma corrente emigratória já consolidada a séculos.

lavouras de São Tomé e Príncipe e Angola. As migrações eram feitas através de contratos prévios, que significavam, contudo, sempre péssimas condições de trabalho.

A ida do cabo-verdeano para as roças de S. Tomé e Príncipe foi sempre considerada no arquipélago como uma deportação ou mais propriamente uma condenação a degredo - sem se ter cometido crime algum. (Carreira, 1984: 174-175)

O início da emigração de cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe, ainda na segunda metade do século XIX, deu-se no momento em que estas ilhas passavam por um processo de transição da escravidão, de tal forma que os trabalhadores livres aí aportados tinham ainda um tratamento semelhante ao dos escravos. O trabalho era “livre”, mas obrigatório e compelido. Esta emigração encaminhada pelo próprio governo, direcionada para o trabalho forçado nas lavouras que compunham o “mundo português” e imposta pela força da lei foi denominada por Carreira (1983: 22-23) como “emigração forçada”, em contraste com as “emigrações espontâneas”, como as que se dirigiam para os Estados Unidos. A partida para São Tomé e Príncipe realizada nestas condições só cessou em 1970, pouco antes da independência de Cabo Verde, em 1975 (Carreira, 1983: 132).

Desigualdades do sistema fundiário

O que provavelmente é o mais curioso na história sócio-econômica de Cabo Verde é que, apesar da seca, somada ainda à existência de declives acentuados em algumas ilhas e à escassez de terras aráveis, que representam menos de 10% da superfície do arquipélago, Cabo Verde fez-se um país de tradição agrícola. Sua população rural chega a representar mais de dois terços da população total do arquipélago (Furtado, 1993: 92). Mesmo em condições adversas, a agricultura e a pecuária foram o cerne do desenvolvimento econômico de Cabo Verde durante séculos.

Este mundo agropecuário que se consolidou no arquipélago é um outro domínio importante para a compreensão da tradição emigratória que se desenvolveu nas ilhas. Assim como os obstáculos de ordem geográfica, o próprio modelo de apropriação e exploração do solo em Cabo Verde, com todas as suas peculiaridades, tem atuado ao longo da história do país como um fator importante na configuração de uma realidade bastante desfavorável para muitos cabo-verdianos que vão encontrar na emigração sua única saída. Desde os primórdios da divisão das terras recém-descobertas, foi-se consolidando um sistema fundiário marcado por uma profunda desigualdade no acesso à terra.⁶

A ocupação inicial das ilhas pelos colonos deu-se através do regime de donatarias e de sesmarias. As terras, em sua totalidade, pertenciam à princípio à Coroa Portuguesa, que, não podendo arcar com a exploração direta, doava-as ou arrendava-as, divididas em grandes parcelas. Como os donatários, por sua vez, também não conseguiam explorar todas as suas terras, subarrendavam-nas a outros colonos, que se empenhavam diretamente na exploração do solo, fundamental para a economia do arquipélago desde o início do período colonial.

Os contratos de doação e arrendamento pela Coroa foram sendo progressivamente substituídos, a partir da primeira metade do século XVI, pelo sistema das grandes propriedades denominadas “capelas” e “morgadios” ou “vínculos”, assim definidos:

Vínculo é um conjunto de bens que está vinculado, que está unido indissoluvelmente a uma família; trata-se de uma forma de propriedade inalienável e indivisível, transmitida em linha masculina através do primogénito, com exclusão dos irmãos, que apenas recebem subsídios tirados do rendimento do morgado; não existe, pois, o direito de testar, e em cada momento o possuidor do vínculo não é mais do que administrador dos bens que integram. (...) Capela é um conjunto de bens em princípio afectos a uma obra pia, a assegurar o culto, mas que em grande parte acaba por constituir um morgado; quer dizer, está também indissoluvelmente vinculado a uma família que cumpre os deveres religiosos inerentes a tal fundação, mas goza do usufruto desses bens. (Godinho apud Carreira, 1972: 376)

⁶ Os dados aqui apresentados sobre a estrutura agrária em Cabo Verde baseiam-se nas seguintes fontes: Carreira (1972 e 1983); Furtado (1993); e Correia e Silva (1996).

O regime de morgadios constituiu, durante séculos, a principal forma de apropriação e exploração do solo em Santiago. Tal estrutura fundiária caracterizava-se essencialmente pela existência de latifúndios, concentrados nas mãos de um número reduzido de colonos brancos e de alguns poucos mestiços cabo-verdianos.⁷ Correia e Silva (1996: 65) destaca três aspectos centrais da grande exploração agrícola colonial. O primeiro deles é o fato de que o morgadio assentava sua produção prioritariamente no cultivo de gêneros destinados ao mercado externo - em especial cana-de-açúcar e algodão, mas incluindo também anil, tabaco, resina do dragoeiro e, posteriormente, café e milho. A agricultura encontrava-se submetida à predominância das atividades mercantis das ilhas, precisando suprir a demanda por produtos destinados ao comércio com Portugal e com a costa africana e ao abastecimento dos navios que aportavam em Santiago. A segunda característica dos morgadios destacada por Correia e Silva é a utilização maciça de mão-de-obra escrava na exploração do solo até meados do século XIX, mas com especial intensidade até o século XVII, dada a crise comercial que assolou o arquipélago neste período, como veremos logo a seguir. Por fim, os latifúndios caracterizavam-se também por possuir uma pequena indústria subsidiária ligada à transformação e exportação do produto agrícola, a exemplo dos engenhos de cana-de-açúcar e da manufatura de panos de algodão.

Estando intimamente vinculadas às atividades portuárias da Ribeira Grande, as lavouras de Santiago, de tipo escravocrata e exportador, enfrentaram um período de decadência frente à crise comercial do século XVII, que desvinculou o arquipélago das rotas do comércio atlântico. Afastados do mercado mundial, faltava-lhes mão-de-obra escrava e demanda por produtos agropecuários. Era a decadência de uma agricultura que nasceu e

⁷ Enquanto em Santiago e na ilha do Fogo os morgados assumiram uma posição central, nas ilhas do Barlavento, a ocupação da terra realizou-se através de pequenas propriedades. Cada um tinha sua parcela de terreno aforado e o uso de mão-de-obra escrava era muito menor (cf. Cardoso, 1998: 38). Como aponta Amaral (1964: 197), “formou-se assim uma sociedade de gente de pobreza muito igual, sem grandes recursos para a aquisição de mão-de-obra, portanto sem as possibilidades de diferenciação de classes como conheceu Santiago.”

desenvolveu-se fundamentada no comércio e no tráfico. Com a crise, os grandes proprietários, detentores de uma imensidão de terras, viram-se impossibilitados de explorá-las diretamente. Sem ter como repor suficientemente a mão-de-obra escrava para a exploração das terras e sem meios para exportar seus produtos, encontraram no arrendamento e na parceria uma solução para a crise que viviam. Retalhavam suas propriedades, que passavam a ser trabalhadas por um grande número de pequenos agricultores. Estes últimos, os rendeiros, constituíam a massa dos cultivadores da terra - homens livres e pobres, em geral descendentes de escravos ou mesmo escravos forros ou libertos.

É importante observar que, apesar das transformações sofridas com a crise do século XVII e, posteriormente, com a abolição da escravidão, a forma de apropriação das terras não foi verdadeiramente alterada. A grande propriedade persistiu em Santiago, embora estivesse vinculada nesta nova fase a uma outra forma de exploração, de auto-subsistência, baseada predominantemente na mão-de-obra familiar do rendeiro, que assumia a gestão e exploração efetiva da terra (Correia e Silva, 1996: 66/84). Assim como as grandes propriedades, persistiram também os privilégios dos morgados, contrastados à penúria dos parceiros e rendeiros.

Os rendeiros, sujeitos a contratos desumanos, levavam uma vida que pouco diferia da dos antigos escravos. Trabalhando duramente para poderem pagar a renda e, por conseguinte, permanecerem na terra, cuja produção mal dava para alimentar o agregado familiar, mesmo em anos bons, acabavam tão pobres como eram, na dependência total dos proprietários, a quem continuavam a chamar “morgado”. (Amaral, 1964: 198)

Os traços que caracterizam esta estrutura agrária conservaram-se sem grandes alterações até a independência do país, a 5 de julho de 1975. Mesmo com a extinção do

regime de morgadios pela ação da lei em 1864, a instituição perdurou, de forma um pouco mais sutil, durante todos esses anos.

A história da evolução da estrutura agrária em Cabo Verde nos revela um quadro repleto de desigualdades e contradições. O modelo de exploração da terra adotado no arquipélago, conforme descrito acima, deu origem a uma situação insustentável para uma grande parcela da população rural. As desigualdades no sistema de distribuição de terras, com a concentração de grandes propriedades nas mãos de um número reduzido de pessoas, somadas à própria escassez de solo apropriado para o cultivo, gerou um excedente de mão-de-obra no campo que precisava encontrar uma saída para a garantia da própria sobrevivência. A situação de miséria em que se encontravam os trabalhadores rurais era agravada ainda pelas crises de seca enfrentadas periodicamente e pela relação de dependência a que estavam submetidos, sendo freqüentemente explorados pelos morgados. Além disso, o próprio parcelamento das terras pressuposto pelo sistema de arrendamento trazia em si uma contradição básica ao gerar pequenas unidades de exploração, muitas vezes insuficientes para suprir as necessidades dos rendeiros e seus familiares. Diversas famílias viam-se obrigadas a explorar várias parcelas de terra, de donos diferentes, distantes umas das outras.

As questões referentes à transmissão dos bens revelam novas inconsistências do sistema, sentidas especialmente pelos pequenos proprietários, que, até a segunda metade do século XX, ainda existiam em número bastante reduzido. A quantidade de herdeiros era geralmente muito grande, uma vez que o número de filhos era freqüentemente elevado e todos tinham direito à herança. No entanto, seguindo o princípio do regime de morgadios, não era permitida a repartição das propriedades. Devendo todos herdar a terra por igual, sem poder reparti-la, e não tendo nenhum deles como pagar a porção dos outros herdeiros, os pequenos proprietários acabavam vendendo suas terras aos mais poderosos por pequena

quantia de dinheiro ou optavam por partilhar as terras em pequenas e antieconômicas frações. Todas as duas alternativas, além de serem desvirtuamentos do regime de morgadios, que pressupunha a indivisibilidade e inalienabilidade das terras, representavam certamente uma queda ainda maior na qualidade de vida destas pessoas.

Também entre os grandes proprietários, as regras de transmissão de bens causavam problemas. O fato de a administração das explorações agrícolas estar tradicionalmente reservada ao filho primogênito limitava a possibilidade de atuação dos outros filhos, que se viam empurrados para outras atividades, como o comércio ou mesmo a emigração. Percebe-se, portanto, que as estipulações do sistema agrícola não atingiam apenas os trabalhadores desapossados. As incoerências da estrutura fundiária traziam sérias conseqüências também para alguns membros específicos da classe dos proprietários de terra, que se viam, de certa forma, excluídos do sistema em vigor.

Essas diversas inconsistências da estrutura fundiária em Cabo Verde contribuíram sobremaneira para a construção do cenário no qual se desenrola a emigração. Atendendo a todos aqueles que não encontravam espaço de atuação dentro da ordem estabelecida e amenizando as dificuldades enfrentadas pela população como um todo, a partida de grande parte da população para o exterior surge como uma maneira de reequilibrar tal situação insustentável.

A elite cabo-verdiana na rota da emigração

A emigração de cabo-verdianos não se limitou, como vimos, às camadas mais desprovidas da população. As particularidades da estrutura fundiária e do sistema de transmissão da herança incentivaram também alguns membros de famílias de proprietários de terra a deixar o país. Ao considerarmos a participação de uma parcela da elite na

consolidação da tradição emigratória cabo-verdiana é preciso ressaltar também a partida de uma grande quantidade de pessoas direcionadas para a ocupação de postos importantes na administração pública de outras colônias portuguesas, especialmente da Guiné. Só neste país, entre 1920 e 1940, cerca de 70% dos funcionários públicos eram cabo-verdianos ou seus descendentes (Carreira, 1983: 118).

O governo colonial português apresentava grande necessidade de pessoas capacitadas para atuar nos quadros intermediários da administração das províncias do Ultramar. As elites coloniais com uma certa formação acadêmica e devidamente assimiladas aos costumes e valores dos colonizadores tornavam-se, neste sentido, essenciais para a gestão das colônias. As condições da educação em Cabo Verde, que eram comparativamente melhores que as das outras colônias, mostravam-se particularmente úteis para tal fim, permitindo a formação de uma elite muito atuante nos postos intermediários da administração colonial. Para os membros da elite, partir para as outras colônias para a ocupação de cargos de direção apresentava-se como uma possibilidade de construir uma carreira promissora, além de ser um importante símbolo de *status*. Para os colonizadores, essa elite colonial representava uma peça fundamental, atuando como uma importante mediadora.

Não se pode deixar de enfatizar ainda os interesses coloniais em jogo no incentivo a esse fluxo entre colônias. É importante notar que os cabo-verdianos capacitados para desempenhar funções administrativas eram freqüentemente nomeados para províncias diferentes da sua (Furtado, 1993: 73). Dentro do próprio arquipélago, poucos eram os cabo-verdianos em altos postos administrativos, o que poderia ser bem mais arriscado para o governo colonial. A manutenção da distinção entre os colonizados e a elite administrativa constituía uma importante estratégia do governo colonial.

Outro importante motivador para a partida de membros da elite cabo-verdiana para outros países é a busca por uma melhor formação acadêmica. Carreira (1983: 118) ressalta que, ainda no início do século XX, membros da classe social dominante encaminhavam-se freqüentemente para Portugal a fim de freqüentar o liceu (ensino médio) e cursos superiores. De fato, a educação constitui-se como um importante valor na sociedade cabo-verdiana. Desde a época colonial, Cabo Verde tem apresentado altos índices de escolaridade quando comparados aos das outras colônias portuguesas. Ainda hoje, a saída do país com o intuito de complementar os estudos é uma prática muito comum em Cabo Verde, uma vez que não há faculdades no arquipélago. Só no Brasil, há atualmente 800 estudantes cabo-verdianos freqüentando cursos de nível superior.

O próprio governo de Cabo Verde incentiva a partida destes jovens estudantes através da concessão de bolsas de estudo. O processo de seleção para a distribuição de bolsas envolve fundamentalmente o desempenho dos alunos durante sua história escolar. Aqueles que obtêm melhores notas são contemplados com a bolsa, desde que haja vagas nos cursos escolhidos. A maioria dos estudantes segue rumo a Portugal. Outros partem para o Brasil e Cuba e, em menor proporção, para países como França, Alemanha, etc. Os estudantes com melhores notas têm mais chances de conseguir uma vaga nas universidades e cursos mais concorridos.

Podemos observar que, apesar da aparente imparcialidade do processo de distribuição de bolsas, tendem a ser contemplados aqueles que pertencem às classes média e alta da população, uma vez que tiveram melhores condições de estudo e, conseqüentemente, de obter boas notas, competindo de forma desigual com indivíduos vindos de famílias mais necessitadas. Além disso, os jovens oriundos de ricas famílias não necessitam sequer da bolsa concedida pelo governo, podendo financiar com recursos próprios a estadia no exterior. E ao retornarem à sua terra natal, todos esses indivíduos com formação a nível

superior reforçam uma posição privilegiada, não encontrando, em geral, maiores dificuldades para arrumar um bom emprego.

O boom da emigração cabo-verdiana

A partir da década de 1920, começou a ocorrer uma diminuição do fluxo de cabo-verdianos para os Estados Unidos, uma vez que este país passava então a se empenhar na restrição da imigração. Frente às leis norte-americanas que limitavam as possibilidades de entrada no país, os cabo-verdianos foram forçados a modificar esta tradicional corrente emigratória, diversificando seus países de destino, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

EMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA*, POR PAÍSES E TERRITÓRIOS DE DESTINO						
PAÍSES OU TERRITÓRIOS DE DESTINO	PERÍODOS					
	1900-1920		1927-1945		1946-1952	
	Valores absolutos	%	Valores absolutos	%	Valores absolutos	%
Estados Unidos	18.629	67,2	1.408	13,9	538	7,9
Brasil, Argentina, Uruguai e Chile	1.968	7,1	1.203	11,9	86	1,3
Guiné	2.247	8,1	1.197	11,8	901	13,2
Angola e Moçambique	366	1,3	352	3,5	6	0,2
S. Tomé e Príncipe	1.532	5,5	133	1,3	2	0,1
Dacar-Gâmbia	1.428	5,1	1.772	17,5	251	3,7
Lisboa, Açores, etc.	1.232	4,4	3.336	33,0	3.933	57,8
Outros países	363	1,3	719	7,1	1.087	15,8
TOTAL	27.765	100,0	10.120	100,0	6.804	100,0
FONTE: Carreira, 1983: 125						
* As “emigrações espontâneas” são assim denominadas por Carreira em oposição às “emigrações forçadas”, direcionadas para as lavouras de S. Tomé e Príncipe e Angola.						

Embora os dados acima possivelmente estejam afetados pelas deficiências nas notações estatísticas, eles já fornecem fortes indícios de que, a partir de 1920, houve uma queda brutal da emigração para os Estados Unidos, acompanhada de um maior

direcionamento das emigrações para Portugal. Percebe-se também neste momento uma queda progressiva nos valores totais de partida de cabo-verdianos para o exterior, o que coincide exatamente com o período em que Portugal assume pleno controle sobre suas colônias na África.

O fluxo emigratório que vinha progressivamente se enfraquecendo sofre, porém, uma grande transformação no final da década de 1950 e nos anos seguintes, quando a emigração cabo-verdiana assume sua forma mais vigorosa, como pode ser observado na tabela abaixo.

EMIGRAÇÃO DE CABO VERDE, POR ANOS	
ANOS	TOTAL
1953	1.707
1954	2.508
1955	5.097
1956	2.797
1957	1.837
1958	3.552
1959	2.839
1960	3.599
1961	3.501
1962	3.085
1963	4.086
1964	6.948
1965	6.837
1966	6.543
1967	6.124
1968	5.536
1969	8.120
1970	11.802
1971	13.726
1972	18.016
1973	17.029
TOTAL	135.289
FONTE: Carreira, 1983: 126	

Nestes anos, com mais intensidade nas décadas de 1960 e 1970, quando o desafio à autoridade colonial ganha força, alcança grande expressão a emigração em massa para a Europa. Enquanto em Cabo Verde o desemprego atingia índices altíssimos, refletindo um

mercado de trabalho interno bastante limitado, os grandes centros industriais na Europa passavam por um momento de crescimento econômico vertiginoso, demandando, por sua vez, uma grande quantidade de mão-de-obra. Em resposta a essa conjuntura, dá-se uma mudança radical na orientação dos destinos dos emigrantes cabo-verdianos. Ao lado dos já cobiçados Estados Unidos e Portugal, passa a se destacar na preferência dos cabo-verdianos a emigração para lugares como Holanda, França, Luxemburgo, Itália, Alemanha e Suíça – países que, neste período, ainda apresentavam uma política aberta para receber africanos das colônias portuguesas. É interessante notar que a escolha do país de destino esteve sempre orientada segundo a ilha de origem do emigrante. Cada ilha consolidou uma corrente migratória para um ou mais países específicos. Os naturais das ilhas Brava e do Fogo, por exemplo, sempre se encaminharam mais para os Estados Unidos; os de Santiago, para França e Holanda, além dos EUA; os da ilha de Boa Vista seguem tradicionalmente para a Itália, Holanda e Alemanha; e os de São Nicolau emigram principalmente para a Holanda.

A emigração entre as décadas de 1950 e 1970 atingiu certamente o maior volume em toda a história de emigração nas ilhas de Cabo Verde (Carreira, 1983: 132). Este fluxo direcionado para os grandes centros industriais tem como principal motivador a própria divisão internacional do trabalho. Por um lado, os países industrializados apresentam uma grande necessidade de mão-de-obra barata, proporcional a seu crescimento econômico. Por outro lado, países como Cabo Verde produzem um excedente de trabalhadores, incapazes de encontrar emprego no limitado mercado de trabalho de sua terra natal, e posicionam-se frente à economia mundial como os grandes fornecedores de força de trabalho. Este fluxo emigratório vem, de certa forma, substituir a emigração forçada para São Tomé e Príncipe, que entra em declínio nesta mesma fase. Cabo Verde abandona sua inserção no “mundo colonial português”, onde também atuava como fornecedor de mão-de-obra, para integrar-se no domínio mais amplo do mercado mundial.

Não se pode deixar de ressaltar ainda a importância da migração interna, que também se mostra expressiva em Cabo Verde. Direcionado principalmente para a Cidade da Praia, em Santiago, e Mindelo, em São Vicente, além da ilha do Sal, onde se localiza o aeroporto internacional, este fluxo migratório pressupõe uma maior oferta de trabalho nos centros urbanos, o que frequentemente não corresponde às expectativas dos migrantes. Assim, o êxodo rural acaba por configurar-se muitas vezes como uma primeira etapa do movimento que terá como destino final um dos diversos países destacados acima. Em comum entre todas estas formas de migração está o sonho de alcançar condições de vida mais favoráveis, através de melhorias na situação econômica e da ascensão social. E se muitas vezes este sonho ficou longe de se concretizar, como foi o caso da grande maioria de cabo-verdianos que partiu para as lavouras do Sul, outras tantas vezes a saída do arquipélago significou verdadeiramente um grande passo na direção de uma vida mais próspera. Para uma significativa parcela de cabo-verdianos que se viam confrontados por uma dura realidade em seu país de origem, a emigração apareceu como uma eficiente solução. “A emigração constituía-se na última alternativa para o caboverdiano. Ela é uma esperança de renovação: familiar, económica, social e cultural” (Furtado, 1993: 69).

Emigração e reprodução social

As peculiaridades da sociedade cabo-verdiana criam uma situação paradoxal onde grande parte das pessoas que compõem essa sociedade são continuamente afastadas da mesma. Um excedente populacional, não absorvido pelo mercado interno de trabalho e impossibilitado de garantir o próprio sustento, vê-se progressivamente excluído da ordem social estabelecida, de tal forma que estas pessoas são compelidas a partir. A estrutura social cabo-verdiana alimenta continuamente a formação desse grupo de “emigrantes em

potencial”, que em algum momento vão sentir-se obrigados a deixar sua terra natal. Vale ressaltar que o próprio governo, antes e depois da independência do país, tem incentivado a “expulsão” de parte significativa da população.

O que singulariza ainda mais o caso cabo-verdiano é que a partida destas pessoas não apenas representa uma forma de construir um novo lugar, fora do país, para aqueles que foram “excluídos” do sistema vigente, mas também se torna significativa para os que ficaram em Cabo Verde. A emigração constitui-se como uma alternativa importante tanto para os que efetivamente deixam o arquipélago, quanto para seus familiares que lá permanecem. Os recursos enviados periodicamente pelos emigrantes chegam a representar mais da metade da renda familiar para grande parcela da população, tornando-se um meio indispensável para a manutenção e reprodução social dessas famílias (Lesourd, 1995: 114). Segundo um documento elaborado em 1993 pelo Banco Mundial, entre 60 e 70 por cento das famílias cabo-verdianas recebem transferências do exterior (cf. Monteiro, 1997: 335). O total de recursos enviados pelos emigrantes atinge valores muito elevados, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

TRANSFERÊNCIA DE EMIGRANTES DE 1987 A 1992			
ANO	VALOR		% PIB
	Em milhões de ECV	Em milhões de \$USA	
1987	2012,0	28	11,0
1988	2275,0	32	11,0
1989	2794,4	36	11,8
1990	3135,9	44	12,0
1991	3372,0	47	11,6
1992	3649,0	54	11,4
FONTE: Banco Mundial <i>apud</i> Monteiro, 1997: 336.			

Os valores indicados acima, embora já sejam muito elevados, alcançam, certamente, níveis bem maiores, dada a intensidade da entrada de divisas e mercadorias que não passam pelo controle dos serviços bancários. Percebe-se ainda na tabela a tendência para o crescimento das transferências privadas, que conformam parte significativa do PIB de Cabo

Verde. Essa movimentação de recursos colabora em larga medida para a economia do país, seja através da aplicação em investimentos públicos ou mesmo para contrabalançar o “déficit” da balança de pagamentos (Furtado, 1993: 77).

Vale notar que, além das remessas periódicas de dinheiro, os emigrantes também contribuem com o envio de bens e produtos de consumo de tipos diversos - eletrodomésticos, mobiliário, vestuário, brinquedos e utensílios agrários, entre outros – que vão possibilitar uma considerável melhoria nas condições de vida de seus familiares no arquipélago. Ainda, junto com todos estes bens, os emigrantes viabilizam um fluxo de informações e valores, de tal forma que a importância da emigração não se limita ao plano material, atingindo também um domínio simbólico, como veremos no capítulo seguinte.

Se através dos dados acima torna-se claro como os emigrantes contribuem para a população que permanece nas ilhas, ajudando a suprir suas necessidades básicas, insuficientemente atendidas no contexto de miséria em que vivem muitas destas pessoas, esta participação na reprodução *stricto sensu* da população das ilhas é acompanhada por uma participação fundamental na reprodução da própria estrutura social cabo-verdiana.

Os pequenos proprietários, que sempre existiram em número muito reduzido no arquipélago, viram-se cada vez mais enfraquecidos frente às dificuldades que enfrentavam, de tal forma que acabavam por vender suas terras, como já foi ressaltado anteriormente. A emigração, porém, favoreceu um processo inverso. Os emigrantes retornados bem sucedidos e seus familiares puderam arrecadar recursos suficientes para reverter a situação na qual se encontravam. Antigos parceiros e rendeiros podiam agora adquirir propriedades fundiárias com os recursos acumulados no exterior. Assim, a emigração constituiu-se como um fator fundamental para o surgimento de uma nova classe de pequenos proprietários – às vezes nem tão pequenos, visto que alguns dos primeiros emigrantes retornados dos Estados Unidos transformaram-se em grandes morgados (Furtado, 1993: 58). Ao lado dos programas

de reforma agrária executados no país após a independência, a emigração tem atuado de forma a favorecer uma desconcentração das terras no país. O fenômeno emigratório realimentou uma estrutura agrária que vinha se extenuando com suas inúmeras contradições básicas.

É preciso lembrar ainda que a emigração, entendida em sentido amplo, atingiu também as classes mais abastadas. Nestes termos, a partida de membros da classe dominante para assumir importantes postos de direção nas colônias portuguesas também contribuía para a reprodução social, atuando de forma significativa na consolidação da posição desta elite colonial. Da mesma forma, a saída de cabo-verdianos do país para a conclusão dos estudos, como ainda hoje acontece, também é fundamental para favorecer a reprodução de uma particular relação entre classes. Com a formação acadêmica a nível superior dos jovens filhos das famílias de classe média e alta, o capital cultural retorna às mãos deste setor da população, reproduzindo, em última instância, a estrutura de relações de forças e relações simbólicas entre as classes que caracteriza a sociedade cabo-verdiana (cf. Bourdieu, 1992).

Os diversos traços da sociedade cabo-verdiana abordados até aqui revelam uma realidade social bastante singular, que favorece continuamente a “expulsão” de uma quantidade significativa da população que a compõe. É preciso ter sempre em mente que essa expulsão assume uma pluralidade de formas. São vários os tipos de emigração, motivados por fatores bastante diferentes, atingindo camadas distintas da população e implicando diferentes formas de regresso, como veremos no próximo capítulo. Mas o fenômeno emigratório cabo-verdiano pode também ser pensado enquanto uma totalidade, que atua de forma a assegurar a reprodução dessa sociedade, com seus diferentes estratos e relações entre eles. Em suma, a emigração permite que o modelo como um todo se reproduza, tendo todas as suas inconsistências encobertas.

Capítulo II

Inclinações de um Povo das Ilhas

O direcionamento de uma parte substancial da população cabo-verdiana para além das fronteiras do arquipélago tem favorecido, como vimos, a reprodução material, bem como estrutural, desta sociedade. No presente capítulo, procuro indicar como a emigração atua como um fator central em ainda outro domínio da vida social no arquipélago. O fluxo de cabo-verdianos – e de tudo o que carregam com eles - entre uma diversidade de países possibilita a reprodução desta sociedade em um plano simbólico-identitário.

A identidade cabo-verdiana tem sido elaborada, em grande medida, em torno de uma particular abertura em relação ao mundo exterior ao arquipélago. Cabo Verde consolidou-se desde o início de seu povoamento como um ponto de circulação, uma escala, uma mediação entre os três continentes que ali se encontravam – Europa, África e América. As ilhas têm atuado como mediadoras de mundos que se cruzam no Atlântico: desde o envolvimento com o tráfico de escravos, no porto da Ribeira Grande, seguido da ascensão econômica, ainda no século XIX, do Porto Grande do Mindelo, até o processo em curso na ilha do Sal, fundado no desenvolvimento aeroportuário. A história destes centros que movimentaram a economia cabo-verdiana revela que a condição insular do país esteve longe de ser fonte de isolamento. De tal condição brotou uma tendência singular para a relação com o exterior.

A população cabo-verdiana constitui uma sociedade voltada para fora e a emigração surge como uma parte essencial dessa inclinação, consolidando um processo contínuo e extremo de abertura ao mundo. O fenômeno emigratório alimenta essa tradicional abertura para o outro, fortalecendo o contato com a pluralidade de universos que circundam as ilhas. Os emigrantes possibilitam a formação de um intenso fluxo cultural para além das fronteiras de Cabo Verde, construindo pontes que aproximam o arquipélago de uma diversidade de países, os quais passam a interferir diretamente no cotidiano das ilhas.

Há uma pluralidade de valores que fazem da emigração um ideal almejado por inúmeros cabo-verdianos. A possibilidade de conhecer o mundo, o regresso ou mesmo a saudade são todas idéias atrativas que ajudam a orientar a decisão de quem opta por deixar o arquipélago, como veremos adiante. Constituindo-se ela própria como um valor, a emigração é um importante traço identitário deste povo. Podemos sugerir aqui a existência de uma espécie de “*ethos* da emigração”, uma disposição particular ao homem cabo-verdiano, que se somaria às outras diversas causas do fenómeno, impelindo-o a partir. Junto com a seca, a estrutura fundiária, o desemprego e os projetos de formação académica, o “*ethos* da emigração” seria mais um dos vários mecanismos de ejeção que atuam na sociedade cabo-verdiana de forma a possibilitar sua reprodução em diversos níveis.

É importante enfatizar que esse *ethos* de que tratamos não se refere apenas à situação atual dos cabo-verdianos, envolvidos no fenómeno migratório contemporâneo, vinculado às especificidades do contexto relativamente recente do capitalismo global e às conseqüentes alterações nos mercados de trabalho por todo o mundo. O “*ethos* da emigração” cabo-verdiano ao qual me refiro tem uma história, mais remota e muito particular. Ainda nos séculos XVI e XVII – antes mesmo de iniciada a emigração vinculada à pesca da baleia – um certo “espírito aventureiro” já se manifestava entre os cabo-verdianos na figura dos *lançados*, gente das ilhas que partia para a costa da Guiné a fim de desenvolver comércio, sem licença régia, com as sociedades africanas tradicionais. Tais indivíduos “lançavam-se” nesse novo mundo, avançando pelo interior do continente a negociar, e progressivamente integravam-se às sociedades tradicionais. Casavam-se muitas vezes com mulheres africanas, aliavam-se aos chefes locais, aprendiam a se comunicar em suas línguas e até mesmo se submetiam a circuncisões e escarificações corporais. Como indica Carreira (1972: 64), os *lançados* ou *tangomaos* “adaptavam-se (...) às estruturas sociais e às normas de conduta

moral encontradas e, para sobreviverem, aceitavam tudo quanto as sociedades locais lhes ofereciam, seja de bom, seja de mau” (Carreira, 1972: 64).

A inclinação dos cabo-verdianos para a emigração nos remete ainda às particularidades das sociedades que, juntas, atuaram no processo de formação da sociedade crioula de Cabo Verde. Os portugueses consolidaram-se historicamente como um povo de diáspora. O desbravamento, a conquista e a aventura são valores que sempre os acompanharam em sua expansão através do Atlântico. Alguns traços dessa ênfase cultural característica dos portugueses possivelmente foram assimilados na formação da cultura cabo-verdiana e combinados a uma herança africana, não menos voltada para a conquista de novos mundos.

Kopytoff (1987), na tentativa de compreender o processo de formação das sociedades da África sub-saariana e a reprodução de uma cultura política pan-africana, sugere um modelo explicativo fundado na idéia de que a África tenha se constituído, ao longo de sua história, como uma espécie de “continente de fronteiras”, palco para uma série de movimentos de populações, de vários tipos e dimensões. No processo de ocupação do continente, uma grande quantidade de terras teria permanecido disponível, o que, somado a uma particular cultura política, teria permitido a formação de inúmeras fronteiras em potencial, isto é, áreas localizadas entre sociedades já organizadas e consideradas legítimas para o estabelecimento de novos grupos, impulsionados para essas fronteiras locais através de inúmeros movimentos de pequena escala.

O que nos é particularmente relevante no modelo elaborado por Kopytoff é que o processo que leva a ocupação das fronteiras internas no continente africano é marcado, acima de tudo, pela produção social de “homens de fronteira” (Kopytoff, 1987: 17-23). As sociedades africanas tradicionais caracterizam-se por uma dinâmica social que freqüentemente ejeta pessoas para fora de suas comunidades. Uma marcante tendência à

fissão e à segmentação permite a formação contínua de grupos dispostos a partir para as áreas de fronteira. Em diversas situações de tensão, geradas, por exemplo, por acusações de feitiçaria ou contestações causadas pelas ambigüidades das regras de sucessão, a partida para a fronteira é sempre considerada como uma importante opção para uma efetiva resolução do conflito.

Além das forças estruturais que continuamente ejetam pessoas para fora de suas comunidades, Kopytoff também ressalta alguns fatores culturalmente elaborados que atuam como uma forma de atração para as fronteiras. Enquanto para muitas sociedades a partida para um lugar desconhecido aparece como uma alternativa arriscada e pouco interessante, nas sociedades africanas a possibilidade de “ser o primeiro” na fundação de uma nova comunidade e de usufruir, assim, de um tipo especial de senioridade causa grande atração. Além disso, o próprio gosto pela aventura e pela possibilidade de ter acesso a algo novo são fatores que contribuem para a formação de “homens de fronteira”.

Embora o modelo elaborado por Kopytoff não possa ser integralmente aplicado ao caso das emigrações cabo-verdianas, uma vez que se refere ao processo específico de formação das sociedades africanas tradicionais, ele nos revela valores subjacentes a esse processo que estão presentes no que poderíamos chamar de uma cultura pan-africana, partilhada também, em alguma medida, por comunidades do mundo atlântico, especialmente Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Determinados elementos do modelo das fronteiras, como o gosto pela aventura e certos mecanismos estruturais de ejeção podem ser sugeridos aqui como fatores de grande importância para a constituição do “*ethos* da emigração” cabo-verdiano. E é essa dupla herança - africana e portuguesa - na consolidação de uma tendência à partida, acrescida de um desenvolvimento histórico voltado para o exterior, que contribui para a especificidade cabo-verdiana em sua atual inserção no fenômeno migratório mundial.

O caminho do mar

A insularidade cabo-verdiana apresenta-se como um fator especialmente significativo na constituição de uma cultura que encontra na emigração um valor central. A experiência de habitar um pequeno arquipélago no meio do Atlântico tem um forte impacto no imaginário popular, onde o mar surge como um símbolo muito rico.

Os discursos sobre o caráter emigratório do povo cabo-verdiano, embora estejam em geral associados às carências materiais enfrentadas pela população, muitas vezes recaem sobre a insularidade como explicação para o fenômeno. Marlene⁸, uma funcionária pública que, ela própria, já há alguns anos optou por deixar seu país para concluir seus estudos no exterior, ao comentar sobre o peso que assume a emigração em Cabo Verde, afirma: “Veja, nós somos uma ilha, estamos no meio do Atlântico. Temos uma ligação forte com o mar. O mar faz parte de nossa idiossincrasia.” A condição insular do país aparece no discurso de Marlene como um símbolo de forte apelo. Circundados pelo mar, os cabo-verdianos encontram neste último um importante referencial na construção de sua identidade. O mar é parte do ser cabo-verdiano. É ele quem delimita e prescreve os possíveis caminhos dos habitantes das ilhas. A própria localização geográfica do país, conforme aparece com frequência no discurso de seus habitantes, indica a importância que assume a insularidade na definição da identidade cabo-verdiana. As convencionais classificações continentais são anuladas e a ênfase recai sobre a condição insular do país. Não se trata simplesmente de um país africano; Cabo Verde é “um país do Atlântico” e sua população, “um povo das ilhas”.

O apelo simbólico do mar se revela com especial riqueza na literatura e na música cabo-verdianas. Nas obras dos poetas do movimento *Claridade*, que, considerado um marco da história literária do país, contribuiu para a produção dos princípios da identidade cabo-

⁸ Os nomes utilizados nesta dissertação, bem como outras referências (profissão, idade, etc.) que possam trazer algum prejuízo às pessoas que participaram desta pesquisa, são fictícios.

verdiana hoje dominantes (Anjos, 1998: 120), o mar surge como um símbolo especialmente relevante, carregado de uma dualidade semântica que expressa os sentimentos contraditórios experienciados pelo homem cabo-verdiano em sua vida nas ilhas. O mar aparece, a um só tempo, como um símbolo de prisão e liberdade. Como indica Secco (1997),

[a poiesis de Claridade] se caracteriza por uma “inquietação marítima”, que traduz a ânsia de evasão do cabo-verdiano, ente bipartido pelo contraditório desejo de partida e de regresso. O mar torna-se o agente desse “desassossego”; é o território ambivalente que ora dilata os sonhos e alarga os horizontes, ora fecha e aprisiona o ilhéu em um espaço insular. (Secco, 1997: 43)

A experiência da insularidade é muitas vezes revelada na arte cabo-verdiana através da idéia de isolamento. A vida nas ilhas é traduzida como um convívio fechado, limitado. Como ressalta Veiga (1994: 48), na análise da obra literária do escritor *claridoso* Jorge Barbosa, a ilha apresenta-se como metáfora de prisão.

*Pobre do que ficou na cadeia,
de olhar resignado,
a ver das grades quem passa na rua!*

*Pobre de mim que fiquei detido também
na Ilha tão desolada rodeada do Mar!...*

... as grades também da minha prisão!
(Jorge Barbosa *apud* Veiga, 1994: 48)

Sendo a ilha uma prisão, o mar representa as grades que lhe circundam. E o ilhéu é comparado ao prisioneiro, sempre atento ao mundo lá fora, mas sentindo, atrás de suas grades, tristeza e desolação. Neste sentido, é muito interessante a história de um jovem detento de Santiago que, ao fugir da cadeia, foi motivo de risos e comentários que diziam: “fugir para onde, se para qualquer lado que ele correr vai encontrar o mar?”. A ilha é ela própria a prisão.

Mas o mesmo mar que isola também se revela como um convite à partida, carregado de esperança. O mar que fecha e limita se transforma em um mar aberto, que leva a sonhar com as promessas da “terra-longe”. Ele é o caminho do emigrante.

*Ai a cinta do mar
que detém ímpetos
ao nosso arrebatamento
e insinua
horizontes para lá
do nosso isolamento!*

*Este convite de toda a hora
que o mar nos faz para a evasão!
este desespero de querer partir
e ter de ficar!*
(Jorge Barbosa *apud* Salústio, 1998: 41)

O poema apresenta o mar como o convite à evasão e a insularidade se revela, uma vez mais, como parte fundamental do espírito desse povo voltado para o mundo lá fora. Sendo, de um lado, a prisão, as grades que detêm e sufocam o homem cabo-verdiano, e de outro lado, a abertura, a liberdade, o caminho que insinua as promessas de terras longínquas, o mar, juntamente com a emigração que ele sugere, ajuda a compor o sentimento de ser cabo-verdiano.

Mas a oposição entre liberdade e prisão que se revela na figura do mar não esgota a riqueza deste símbolo. Ele se apresenta ainda como o mediador, que ao mesmo tempo une e separa. A análise de algumas letras de *mornas*, um estilo musical típico de Cabo Verde, pode colocar em evidência mais essa ambigüidade do mar.

Mar é morada de sodade⁹
(Armando da Pina)

O mar é a morada da saudade
(Armando da Pina)

⁹ O crioulo ainda não se encontra normatizado quanto à sua grafia. Utilizo nesta dissertação a grafia sugerida por Veiga (1995) quando se tratar de categorias e depoimentos por mim coletados diretamente. Nos casos em que cito textos escritos em crioulo, mantenho a grafia original.

*Num tardinha na cambar di sol
Mi t'andá na praia de Nantasqued
Lembra'n praia di Furna
Sodade frontán 'm tchorá*

Numa tardinha no cair do sol
Eu estava andando na praia de Nantasqued
Fez-me lembrar da praia de Furna
A saudade apertou e eu chorei

*Mar é morada di sodade
El ta separá-no pa terra longe
El ta separá-no d'nôs mãe, nôs amigo
Sem certeza di torná encontrá*

O mar é a morada da saudade
Ele nos separa para a “terra longe”
Ele nos separa de nossa mãe, de nossos
amigos
Sem certeza de tornarmos a encontrá-los

*M'pensá na nha vida mi sô
Sem ninguem di fé, perto di mim
Pa st'odjá quês ondas ta 'squebrá di
mansinho
Ta trazé-me um dor di sentimento*

Eu pensei na minha vida solitária
Sem ninguém de confiança perto de mim
Olhei aquelas ondas se quebrando de
mansinho
Trouxeram-me uma dor de sentimento

Na letra acima, o mar, sob a voz do emigrante que expressa seus sentimentos, é apresentado como a morada da saudade. Ele é um símbolo que faz lembrar as terras que um dia foram deixadas para trás. O mar está continuamente marcando a distância que separa aquele que partiu daquele que ficou. Faz lembrar da saudade, da solidão e da tristeza de estar longe. Contudo, como mediador entre as duas extremidades - a ilha de um lado e a “terra longe” de outro - o mar também pode ser visto como uma espécie de elo de ligação.

Bejo di Sodade

*Ondas sagrada di Tejo
Dixá'm bejá bô água
Dixá'm dabo um bejo
Um bejo di sodade
Um bejo di mágoa
Pa bô levá mar
Pa mar levá nha terra.*

*Na bo onda cristalina
Dixá'm dábo um beijinho*

Beijo de Saudade

Ondas sagradas do Tejo
Deixe-me beijar sua água
Deixe-me dar-lhe um beijo
Um beijo de saudade
Um beijo de mágoa
Para você levar para o mar
Para o mar levar para minha terra.

Em sua onda cristalina
Deixe-me dar-lhe um beijinho

*Na bô boca di minina
Dixá'm dabo um bejo, ó Tejo,
Um bejo di mágoa
Um bejo di sodade
Pa bô levá mar
Pa mar levá nha terra.*

*Nha terra é quel piquinino
É S. Vicente qui é di meu
Aquel qui na mar parcê minino
Fidjo d'Oceano, fidjo di Cêu
Terra di nha manhe, terra di nha
cretcheu.
(B. Lèza *apud* Rodrigues & Lobo,
1996: 128-129)*

Na sua boca de menina
Deixe-me dar-lhe um beijo, ó Tejo,
Um beijo de mágoa
Um beijo de saudade
Para você levar para o mar
Para o mar levar para minha terra.

Minha terra é aquela pequenina
É S. Vicente que é meu
Aquele que no mar parece menino
Filho do Oceano, filho do Céu
Terra da minha mãe, terra do meu
amor.

A morna acima representa, uma vez mais, a voz do emigrante e faz alusão ao mar como um tema importante no contexto da emigração. A referência ao rio Tejo, alvo do apelo do sujeito da enunciação, mapeia, logo de início, a trajetória desse emigrante, que muito provavelmente se encontra em Lisboa. O pedido direcionado ao Tejo faz deste rio, assim como do mar, mediadores capazes de levar a mensagem, de saudade e de mágoa, de Portugal até o arquipélago de Cabo Verde. Nos versos da morna, as águas, do rio e do mar, são sacralizadas em sua função, em sua capacidade de alcançar terras que parecem tão distantes.

O autor da canção, ao fazer referência à ilha de São Vicente, enfatiza sua pequenez, sua quase insignificância frente à imensidão do mar, o que sugere certa fragilidade das ilhas. Enfatiza também a importância do mar para sua concepção dessa terra, apontada como filha do oceano e do céu. Vale notar ainda a associação que o compositor estabelece entre a terra, Cabo Verde, e a mulher, mãe e amante, tema que será abordado no capítulo IV.

A dualidade do mar, que ao mesmo tempo separa e une, remete ainda à sua capacidade de ser simultaneamente o meio de realização da partida e do regresso.

Oh Mar, oh mar, oh mar
(Amândio Cabral)

Oh Mar, oh mar, oh mar
Deta quetinh di mansinho
oh mar, oh mar, oh mar,
levas c'tud bô carinho

oh céu di Santomé
cubris cu tudo bô carinho
oh mar, oh mar, oh mar
tôrna trazê devagarinho
(...)

Oh Mar, oh mar, oh mar
(Amândio Cabral)

Oh Mar, oh mar, oh mar
deite quietinho, de mansinho
oh mar, oh mar, oh mar,
leve-os com todo o seu carinho

oh céu de São Tomé
cubra-os com todo o seu carinho
oh mar, oh mar, oh mar
Torne a trazê-los devagarinho
(...)

Na letra acima, o sujeito se dirige ao próprio mar, de maneira enfática. Pede pela sua dedicação e carinho na longa viagem que leva os emigrantes rumo a São Tomé. A referência a esta ilha mapeia, mais uma vez, a trajetória cabo-verdiana mundo a fora. Mas a grande virada se dá quando o sujeito da enunciação ressalta que é para esse mesmo mar trazer de volta os emigrantes. Que eles partam; mas é para retornar um dia. Sendo o mar o meio por onde se estabelece o fluxo, ele é capaz de levar, assim como de trazer de volta. É uma característica inerente à sua fluidez. Ele está sempre indo e voltando, levando e trazendo. O mar é o símbolo do movimento, do fluxo que caracteriza o povo cabo-verdiano como um povo emigratório.

A necessidade de conhecer

A inclinação dos cabo-verdianos para a emigração passa, como vimos, pela própria condição insular na qual vivem. Mas há ainda uma série de valores importantes para a sociedade cabo-verdiana que contribuem para que a emigração se configure como um ideal

almejado por inúmeros indivíduos na elaboração de seus projetos de vida. São valores que ajudam a configurar o “*ethos* da emigração” e atuam como novos mecanismos de ejeção.

A possibilidade de *conhecer* o mundo, de ter acesso ao *novo*, é especialmente relevante entre os cabo-verdianos. Em uma sociedade tradicionalmente aberta ao outro, o acesso a tudo o que vem de fora, incluindo informações, moda, conhecimento, tecnologia e valores, assume uma importância especial. E para se alcançar tudo isso, a emigração é o caminho mais imediato.

Se a miséria do país ganha peso nos discursos sobre as causas da emigração quando pensadas de maneira geral, à medida em que passamos para o nível dos projetos individuais, começa a ganhar destaque a idéia de “sair para conhecer”. Se perguntados sobre o por quê de querer deixar Cabo Verde, ao lado da resposta imediata de “para ter uma vida melhor”, ganha destaque também o argumento baseado no desejo de conhecer algum lugar.

Igor é um rapaz de 25 anos de idade. Embora venha de uma família bastante humilde e resida em um bairro pobre da Cidade da Praia, considera-se satisfeito com sua atual situação financeira, garantida pelo trabalho adquirido recentemente em uma fábrica.

Ganho muito bem para os padrões daqui. 45 mil escudos, fora as horas-extras. Não preciso sair de Cabo Verde por causa de emprego. Mas quero ir a outros países para visitar. Cabo Verde, por ser África, é todo mundo odju fitxadu [olho fechado]. Tem que sair para conhecer.

No discurso de Igor, a necessidade material claramente perde terreno para uma necessidade “espiritual” de saber mais. Assim como o rapaz, não é raro encontrar pessoas que digam: “tenho muita vontade de conhecer o Brasil, por causa das novelas” ou “quero muito conhecer a América”, por exemplo.

Artur, outro jovem que também tem a emigração entre seus planos principais, afirma: “Aqui todo mundo é cego. Tem que abrir o olho, tem que conhecer outros lugares.” O isolamento em que vivem, antes vinculado à insularidade, traduz-se agora em um

afastamento do conhecimento. Ao ilhéu que nunca deixou sua terra é associada a condição de ter os olhos fechados para as novidades, para o que acontece no mundo. Trata-se, em suma, da impossibilidade de saber, de ser e de ter, reservada a quem permanece nas ilhas. Aquele que nunca saiu do país não tem acesso a esses valores, o que impulsiona muitas pessoas a partir.

Mas o fundamental a se enfatizar é que esse acesso ao *novo*, ao que era antes desconhecido, só faz sentido quando o emigrante retorna a Cabo Verde. É no momento do regresso que se cria o contraste em relação àquele que não partiu. O emigrante retornado pode, enfim, se distinguir como alguém que tem acesso a algo almejado por todos, mas possuído por apenas alguns. Esse regresso triunfal, onde o indivíduo retornado alcança uma posição privilegiada, é também em si um valor, que tem como condição a partida. É verdade que nas situações concretas o regresso pode apresentar uma face bastante diferente, como veremos adiante. Pensada enquanto um valor, porém, a possibilidade do regresso aparece como outro importante fator de atração para a emigração. Atua como mais um mecanismo de ejeção, criando no cabo-verdiano o desejo de emigrar não só para ter acesso ao *novo*, mas também para, ao retornar, poder se distinguir daqueles aos quais antes era igual.

A literatura cabo-verdiana atua novamente como um reflexo do imaginário deste povo ao apontar continuamente para a relevância do regresso às ilhas. Os versos de Eugénio Tavares, que tão bem registraram esse aspecto do modo de ser cabo-verdiano, evidenciam uma concepção de partida pensada fundamentalmente em função do regresso:

*Si bem ê sabe
Bai ê magoado
Mas si ca bado
ca ta birado.*

(Eugénio Tavares *apud* Veiga, 1994:
58)

Se o regresso é muito bom
A partida traz mágoas
Mas se não tiver partido
Não terá regressado.

A partida aparece nos versos acima como o caminho lógico para um posterior regresso, este sim o alvo das ambições. Mesmo que, a princípio, a partida traga tristeza, ela é a condição para que haja o gozo do retornar.

*Navio, aonde vai
Deitado sobre o mar?
(...)
Que rumo é o teu
navio do mar largo
Aquele país talvez
onde a vida é uma promessa
e um grande deslumbramento!*

*Leva-me contigo
navio
Mas volta-me a trazer
(Jorge Barbosa apud Salústio, 1998: 36)*

O regresso é sugerido no poema como um valor anterior à experiência da partida. Antes mesmo de partir, já se espera o retorno. Parte-se, portanto, pela esperança de encontrar uma vida melhor fora de Cabo Verde, “naquele país” de grandes promessas; mas também se parte para um dia regressar, diferente, conhecendo mais. E o objetivo que permeia a idéia do retorno é sempre este: voltar para mostrar o que teve a oportunidade de conhecer, de adquirir.

Também na tradição musical, o vínculo entre a partida e o regresso é um tema que se repete com grande frequência, a exemplo da morna seguinte, de B. Lèza:

Terra Longe

*Terra longe, terra longe
Terra longe qui ca tem gente gentio
Pa comê gente
‘M montá tal cavalinho*

Terra Longe

Terra longe, terra longe
Terra longe que não tem gentio
Para comer gente
Eu montei tal cavalinho

Um dia 'm bai pa terra longe

'M oiá terra grande

'M conchê terra más sabe

Má um dia dá-m sôdade

Di nha terra São Vicente

Ai 'm bem salvá nha manhe

Nês céu di anil

Qui ta cobrí nôs terra

Um dia eu fui para a terra longe

Eu olhei a terra grande

Eu conheci terra mais maravilhosa

Mas um dia me deu saudade

Da minha terra São Vicente

Ai, eu vim salvar minha mãe

Nesse céu de anil

Que cobre nossa terra

Di terra longe, di terra longe

'M bem oiá nôs mar azul

Roncá n'area

'M bem oví nôs criolinha

Ta cantâ sim cmâ serea

(B. Lèza *apud* Rodrigues & Lobo,

1996: 155)

Da terra longe, da terra longe

Eu vim olhar nosso mar azul

Roncar na areia

Eu vim ouvir nossa crioulinha

Cantando como uma sereia

A terra longe se mantém como o alvo dos sonhos de conquista, que enfrentam qualquer incerteza ou insegurança em relação ao desconhecido.¹⁰ A grandiosidade e a novidade das terras distantes fascinam, e o retorno novamente se apresenta como uma promessa de deleite que um dia, enfim, se cumpre. Assim como o regresso, a saudade também surge como um complemento à partida e, ao mesmo tempo, como um valor. Se a saudade implica sofrimento, trata-se de um sofrimento especialmente valorizado pela cultura cabo-verdiana. Tema recorrente nas letras de música,¹¹ a saudade surge como um importante vínculo que reforça as ligações do emigrante com sua terra natal.

¹⁰ Os versos de Pedro Corsino de Azevedo, no também intitulado “Terra Longe”, fazem igualmente alusão às crenças populares em terras distantes que inspiram perigo: “(...) suponho/ minha mãe a embalar-me,/ eu, pequenino, zangado pelo sono que não vinha.// ‘Ai não montes tal cavalinho,/ tal cavalinho vai terra longe, terra-longe tem gente gentio,/ gente-gentio come gente’.” (Pedro Corsino de Azevedo *apud* Salústio, 1998: 39).

¹¹ O sujeito de enunciação nas letras das músicas cabo-verdianas muito freqüentemente é um sujeito que se encontra fora de sua terra natal. De fato, os compositores dessas músicas em geral são eles próprios emigrantes, que buscam desenvolver sua carreira no exterior. Apenas muito recentemente foi construído o primeiro estúdio de gravação no arquipélago. Desta forma, a quase totalidade das músicas cabo-verdianas

Sôdade

*Sôdade ê cheio d'espinho
El ta picâ na alma
Ca tem ninhum carinho
Que ta liviá'l sê dor*

*Odjo ta f'câ raso d'água
Quand'el ta bem mansinho
Coraçom cheiode mágua
Ta ficâ paradinho*

*Sôdade ê sofrimento
De odjâ quem nô querê
Na flor de pensamento
Sem nô podê tocá'l*

*Sôdade ê um corrente
Que ta prendê nós alma
Quem desprendê'l contente
Nunca mais ta tem calma
(Félix Monteiro *apud* Rodrigues &
Lobo, 1996: 121)*

Saudade

A saudade é cheia de espinho
Ela pica a alma
Não há nenhum carinho
Que alivie sua dor

Os olhos ficam rasos d'água
Quando ela vem de mansinho
O coração cheio de mágoa
Fica paradinho

A saudade é o sofrimento
De olhar quem nós queremos
Na flor do pensamento
Sem podermos tocá-lo

A saudade é uma corrente
Que prende nossa alma
Quem desprendê-la contente
Nunca mais terá calma

A dor advinda da saudade é ressaltada durante toda a canção. Contudo, na última estrofe o compositor apresenta a saudade como um sentimento indispensável. Embora o sofrimento causado por ela seja altamente enfatizado, livrar-se dessa dor não significa exatamente um alívio. Sem ela, não haverá mais calma. Em outras palavras, com a saudade vão-se os vínculos com a terra natal, a promessa do reencontro de um dia por vir. Sentir saudade é demonstrar o pertencimento ao mundo que um dia foi deixado para trás. Como afirma Pedro, um jovem professor do interior de Santiago que nunca deixou seu país, “não sentir saudade da terra onde você nasceu e se criou é ingratidão”. Que a saudade é um sofrimento, todos confirmam, mas trata-se de uma dor valorizada, nada temida.

Ao invés de se colocar como um obstáculo à partida, a saudade apresenta-se muitas vezes como um estímulo a ela. Afastar-se durante um longo período e ser ansiosamente

ouvidas dentro do país é gravada fora, por cabo-verdianos que emigraram. Daí a recorrência de temas como a saudade.

esperado por aqueles que permaneceram na ilha faz parte também do sonho daquele que emigra. Ele espera ser recebido de braços abertos pelos familiares no momento de sua volta. A possibilidade de ser o objeto da saudade de parentes e amigos é mais um dos fatores que alimentam os projetos de emigração, como sugere o caso a seguir. Artur comentava sobre uma vizinha que migrou para Portugal, ficou lá durante 5 ou 6 anos, e voltou para Cabo Verde para abrir um negócio. Logo em seguida, Artur afirmou: “Se eu realmente vier a ir para fora, pretendo ficar mais tempo sem voltar, uns 7 ou 8 anos... Tem que dar tempo de sentirem saudade da gente. (...) É bom ver os outros sentirem falta da gente.”

O modo de ser cabo-verdiano vai se configurando assim de uma maneira dual, englobando simultaneamente o partir e o regressar, as aventuras do mar e o acolhimento da terra natal, os sonhos de conquista na terra longe e as saudades das ilhas. Essa dualidade é muitas vezes traduzida em um eterno vaivém, um movimento contínuo entre os dois extremos, que caracteriza, como veremos, a especificidade do retorno entre os emigrantes cabo-verdianos.

O retorno: entre o sonho e a realidade

A idéia do retorno, como um valor, está sempre presente entre os cabo-verdianos. Tem uma importância significativa tanto para aqueles que emigram quanto para os que permanecem em Cabo Verde, à espera de seus parentes e amigos. Para os que partem, o desejo de retornar um dia à sua terra natal acompanha-os durante todo o período em que permanecem fora, embora esse desejo possa adquirir diferentes formas à medida em que se alteram as condições do indivíduo no país de acolhimento. Como indica o estudo de Saint-Maurice (1997: 128-129) sobre cabo-verdianos em Portugal, os que mais ambicionam voltar para sua terra são aqueles que migraram mais recentemente. À medida em que vão se integrando à sociedade de acolhimento, o sonho de regresso definitivo vai sendo substituído

por um desejo de voltar a Cabo Verde apenas de férias, para matar a saudade dos familiares, dos amigos, da terra e do clima. Curiosamente, o clima que tantas vezes têm levado os cabo-verdianos a deixarem seu país transforma-se, na distância e na saudade, em um referencial altamente positivo. O clima tropical do arquipélago é valorizado quando comparado ao frio e à neve dos países de acolhimento.

A princípio, o emigrante que segue rumo à terra-longe, muitas vezes deixando no arquipélago esposa e filhos, tem um meta bastante definida. Pretende arrumar um bom emprego no exterior, que lhe torne possível sustentar a si próprio e à sua família, de preferência podendo agregar novos bens a seu patrimônio, como um casa ou uma pequena propriedade agrícola, até que, ao aposentar, possa voltar para sua terra, tendo o sustento garantido pela pensão que receberá do sistema de previdência social do país que o acolheu. Contudo, esse ideal de retorno é continuamente confrontado por uma realidade que nem sempre torna possível a efetiva realização dos planos do emigrante. A volta definitiva do pai de família já aposentado chega a efetivar-se muitas vezes, mas em inúmeros outros casos, esse regresso tradicionalmente esperado vê-se substituído por outras realidades.

Enquanto não retornam definitivamente, os emigrantes procuram fazer pequenas viagens a Cabo Verde, em visita a seus familiares e amigos, durante o período de férias. Tal situação é especialmente freqüente quando conseguem se legalizar no país de acolhimento, não tendo seu trânsito dificultado. Embora o tempo despendido em Cabo Verde seja, em geral, bastante curto, esses pequenos e freqüentes retornos configuram momentos muito significativos para que o emigrante reforce seus vínculos com a terra natal.

Antônio mora em Portugal com esposa e filhos. Tem um bom emprego e seus filhos estão estudando. Considera-se “bem instalado” no país que o acolheu, já tendo, inclusive, uma casa própria. Certa vez, no período de férias, Antônio foi para Cabo Verde construir

outra casa na sua vila de origem, onde ainda moram muitos de seus parentes. A nova casa foi construída, segundo ele próprio, para que sua família pudesse passar aí suas férias.

Projetos como o de Antônio são tão freqüentes que é comum ouvir histórias sobre vilas repletas de casas vazias, cujos moradores migraram, mas deixaram a casa “trancada”, à espera pelos retornos periódicos. Trata-se de uma expressão clara de que essas pessoas não partiram definitivamente. A casa é um entre vários vínculos que os prendem a Cabo Verde. Mais ainda, a construção de uma casa em sua terra natal pode ser entendida como o desejo de reconstrução de um lar. Embora *casa* e *lar* sejam idéias distintas e uma não implique necessariamente a coexistência da outra (cf. Rykwert, 1991; e Hollander, 1991), a casa é um símbolo que evoca a noção de lar. Para construí-la, é necessário um projeto que leve em consideração a vizinhança e a sensação de segurança e bem-estar que pode ser proporcionada por ela. Manter uma casa em Cabo Verde pode representar para o emigrante a manutenção do vínculo fundamental com o seu ponto de partida.

Dos indivíduos que se mantêm bipartidos nesse fluxo entre países, alguns chegam a retornar definitivamente para Cabo Verde um dia, como já foi ressaltado. Mas muitos outros permanecem adiando eternamente sua volta às ilhas. É importante observar que mesmo nesses casos onde o regresso definitivo nunca chega a se concretizar, ele permanece como uma expectativa sempre presente.

Além dos casos de regresso associados à aposentadoria e dos casos onde esse sonho se vê reduzido a pequenos retornos periódicos, no período de férias, há ainda aqueles emigrantes que são obrigados a voltar para sua terra natal por algum motivo que não fazia parte de seus planos iniciais. Refiro-me aqui, por exemplo, aos que não conseguem se legalizar e são punidos pelas autoridades do país de emigração e àqueles que se envolvem em algum crime e, depois de cumprir pena, são extraditados. Há também alguns que não conseguem alcançar melhores condições de vida no país de emigração e optam por voltar à

terra natal, e ainda todos aqueles que, por motivos de naturezas diversas, como problemas familiares ou de saúde, vêm-se obrigados a voltar a viver em seu país de origem.

Toda essa variedade de retornos não esgota ainda a pluralidade de formas em que o fenômeno se revela. É preciso sempre considerar que há uma série de tipos de emigração, impulsionados por fatores diversos e implicando diferentes experiências, de tal forma que o retorno também partilha de toda essa diversidade. Para todos aqueles que partiram na emigração forçada para as lavouras de São Tomé, por exemplo, a realidade apresentou-se ainda mais incompatível com os planos iniciais de regresso. Com os baixíssimos salários que recebiam, poucos foram aqueles que voltaram um dia às ilhas de Cabo Verde. Já para aqueles que partem no intuito de concluir os estudos no exterior, o regresso não só é muito mais rápido e programado, como também implica uma situação bastante diferente ao retornarem ao país, onde provavelmente não terão muita dificuldade em arrumar um bom emprego. Em suma, se procurarmos abordar todas as possibilidades de retorno, essa categoria se mostrará tão ampla que perderá sua capacidade analítica, assim como acontece com a própria categoria “emigração”.

O que aqui nos interessa particularmente é que, em todas as formas de regresso, o indivíduo retornado a Cabo Verde, mesmo que apenas por um curto período de tempo, vê-se confrontado por uma nova situação, bastante diferente da que vivenciava antes de partir. O emigrante que retorna não encontra mais em sua sociedade de origem o lugar que antes ocupava. O distanciamento durante o período em que esteve fora e as experiências aí vivenciadas o transformaram em uma pessoa diferente do que era antes.

Lino é um rapaz solteiro, cabo-verdiano e estuda no Brasil. Durante as férias, em dezembro de 1998, foi para Cabo Verde visitar a família. Não era a primeira vez que voltava ao país depois de ter ido estudar fora, mas a experiência do retorno ainda lhe causava um certo impacto. Estranhava as mudanças pelas quais vinha passando o país. Em especial,

espantava-se com o número de mulheres que agora costumavam freqüentar as boates. Comentava que, um ano antes, ainda não se via isso. Lino ressaltava também como vinha sendo tratado de uma maneira diferente: “Gente que nunca falou comigo antes agora fala, chama para sair, paga a bebida... tudo pensando que isso vai ser útil para eles um dia”. Perguntei se sentia alguma diferença no tratamento dispensado a ele dentro da família e ele disse que sim. Mais do que isso, a própria família se via de uma forma diferente, sentia-se mais importante.

Depoimentos como o de Lino se repetem. Sônia, que também partiu de Cabo Verde para completar seus estudos no Brasil, comenta que, quando voltou para seu país pela primeira vez, levou um susto: “Achei tudo russo, tudo seco... Achei tudo estranho. (...) Eu me sentia diferente. Só não falei nada para ninguém para não dizerem que eu estava me achando muita coisa.”

Em um artigo em que aborda as experiências do indivíduo que retorna ao lar, Schutz (1979) ressaltava como o lar mostra a essas pessoas uma face não familiar. Se, por um lado, aquele que retorna – o *homecomer* – espera e deseja voltar para o ambiente que sempre conheceu, com o mesmo grau de intimidade nos relacionamentos pessoais, por outro lado, a vida no lar não está mais à sua disposição imediata. Instaura-se uma descontinuidade entre aquele que ficou e o que partiu. E não é preciso que haja uma grande ruptura para que se estabeleça tal descontinuidade. A mera mudança de ambiente é suficiente para que experiências novas e singulares surjam na vida de cada um dos envolvidos, propiciando também uma reavaliação das velhas experiências.

O distanciamento durante um período significativo altera, portanto, o grau de intimidade, isto é, o grau de conhecimento seguro sobre a outra pessoa. Para aquele que partiu, suas experiências passadas, anteriores à emigração, foram congeladas e substituídas por memórias. Não se tem mais acesso a experiências vívidas, mas apenas a um tipo

generalizado das experiências passadas que viraram lembranças. Do ponto de vista daquele que ficou, também se dá uma tipificação. As novas experiências do emigrante também não lhe são acessíveis. Não se compreende a qualidade única dessas experiências individuais, que passam, portanto, a ser tipificadas. A tipificação, dos dois lados, é a condição que permite a interação entre as duas partes nestas circunstâncias. Porém, ela também significa a impossibilidade do restabelecimento da vida no lar, o que requer a existência de um relacionamento primário onde os participantes vivenciam um ao outro como personalidades únicas em presente vívido. Essa situação de confronto entre as experiências e expectativas daqueles que partiram e daqueles que ficaram é central no caso que se segue.

Júlia é uma senhora viúva que mora em um bairro humilde na Cidade da Praia. Tem vários filhos emigrados. Um deles, residente na França, telefonou certo dia para ela dizendo-lhe que estava com dinheiro para construir uma casa. Pedia então que procurasse um terreno na Praia e o comprasse com o dinheiro que enviaria. Dona Júlia, levando em consideração o fato de que o filho tinha acumulado uma grande quantia de dinheiro e que desfrutava de uma boa situação financeira, comprou o terreno no bairro de Palmarejo. Palmarejo é um bairro novo na cidade, composto quase que exclusivamente por casas de emigrantes. É também, atualmente, o bairro de maior prestígio, com muitas das melhores casas da cidade. O filho de Dona Júlia, porém, ao saber da escolha de sua mãe, não ficou satisfeito. O rapaz queria que o terreno tivesse sido comprado no mesmo bairro de sua mãe, o bairro humilde onde ele havia passado toda sua infância, o que, para Dona Júlia, não convinha com o novo *status* do filho.

Percebe-se aqui claramente o confronto entre o desejo do rapaz de restabelecer a vida no lar que ele mantinha congelada em suas lembranças e as expectativas de sua mãe, fundadas em uma concepção comum à sociedade cabo-verdiana do que seria o típico emigrante que retorna ao país. Seu filho não poderia, após sua emigração, voltar para o

mesmo ambiente que ele havia deixado. Tratava-se de um novo homem. Não era possível restabelecer no presente o que pertencia ao passado. De maneira geral, as novas experiências que ocorrem no período em que o emigrante está fora, tanto em relação a ele próprio quanto àqueles que ficaram, criam uma lacuna entre o passado e o presente. Experiências passadas são reinterpretadas e as perspectivas são alteradas. Por mais que seja este o desejo, nada pode ser exatamente como era antes.

Torna-se clara, assim, a situação de estranhamento vivida por pessoas como Lino e Sônia por ocasião do retorno à sua terra natal. Cabo Verde, para eles, não é mais o mesmo que conheciam antes de partir, nem aquele que lembravam e desejavam enquanto estavam fora. Além disso, eles próprios não são mais os mesmos que partiram – nem para si, nem para os que os esperavam. O que se torna fundamental, porém, é que essa situação está longe de ser uma situação esporádica, que afeta algumas pessoas em particular. Trata-se de um país inteiro que está submerso nesse fenômeno de constantes partidas e retornos. Dificilmente se encontra uma família em Cabo Verde que não tenha um de seus membros emigrado. E, como temos visto, esses emigrantes são uma peça essencial na reprodução da sociedade cabo-verdiana. Um número tão grande de pessoas – superior à população residente no país – e com um papel tão central para essa sociedade não pode simplesmente permanecer na incômoda situação de não ter mais um lugar no grupo. Se essas pessoas não têm mais o lugar que antes ocupavam, é preciso, então, que se construa um novo lugar para elas. Vejamos, a seguir, qual é esse lugar e como ele se constitui de forma a incentivar a partida de novos emigrantes.

Emigração e prestígio

As “festas de santo” são um grande acontecimento em Cabo Verde. Comemora-se, nestas festas, o dia do padroeiro da vila, reunindo uma grande quantidade de pessoas, tanto da vila quanto de fora. Depois de ter participado da festa de Santo Amaro em Tarrafal, no interior de Santiago, eu comentava com Ana, uma senhora residente na Praia, sobre minhas impressões a respeito da festa, quando ela perguntou: “Você viu os emigrantes que foram para a festa? Eu não sei quanto a você, mas eu percebo logo quem é emigrante (...) pela forma de se vestir, o tipo de roupa, os *firos* [cordões] de ouro...” Perguntei a ela se conseguia distinguir também, pelo estilo das roupas, de onde era o emigrante, isto é, o país para onde migrou, e ela disse que sim. Disse que os “franceses” tem um estilo diferente dos “holandeses” e assim por diante.

Como os emigrantes estão constantemente retornando ao seu país, não é difícil encontrá-los circulando pelas cidades e vilas de Cabo Verde. Essas pessoas são facilmente reconhecidas como emigrantes. A maneira como se vestem e como se comportam constitui um traço singular que as destaca do restante da sociedade. Qualquer cabo-verdiano não hesita ao caracterizar o vestuário do emigrante: “Andam de *fato* [terno], alinhados, com *firos* e anéis de ouro... É mesmo ostentação”. Ou ainda: “Os emigrantes, quando regressam, desfilam sempre com boas roupas, *firos* de ouro, se possível num bom carro...”. Seu vestuário realmente se destaca quando comparado ao dos outros cabo-verdianos. Os emigrantes, homens e mulheres, apresentam-se sempre bem arrumados, com roupas compradas nos países em que vivem, inclusive com casacos próprios para o clima frio de lugares como os Estados Unidos e Europa – o que certamente contrasta com o clima tropical de Cabo Verde. O ouro também é uma marca importante, presente em brincos, colares e anéis. Tudo em grande quantidade. Não se trata, certamente, de uma cópia fiel da moda vigente nos países de emigração. É um estilo próprio de se vestir, que combina elementos trazidos dos lugares de onde vêm com outros que respondem especificamente aos padrões

cabo-verdianos, como é o caso, por exemplo, do ouro em excesso e dos lenços que as mulheres continuam a usar nos cabelos.

O estilo do vestuário dos emigrantes não apenas os destaca como um grupo, mas também aponta para subgrupos que se configuram conforme o país para onde partiram. As roupas, que se juntam a outros indicadores, como maneirismos da fala, por exemplo, sugerem a um primeiro olhar a trajetória dessas pessoas. Como afirma Luísa, uma cabo-verdiana estudante no Brasil,

Todo mundo vê logo quem veio do Brasil, por causa das roupas, as calças baixas, e do sotaque. Quando chegam do Brasil adoram falar: “Gente...” [forçando o sotaque no ‘g’ e no ‘t’]. Teve um ano que estava na moda no Brasil aquelas sandalhinhas de plástico, aí todas as meninas foram para Cabo Verde de sandália de plástico.

Se os emigrantes precisam reconstruir seu lugar na sociedade cabo-verdiana, torna-se claro como eles próprios vão se construindo como um grupo específico, a começar pelo estilo de suas roupas. Em um estudo sobre a moda, Simmel (1998a) sugere que este fenômeno consiste na expressão de princípios antagônicos inerentes ao nosso ser, quais sejam a necessidade de apoio social e a tendência à distinção: “(...) a moda significa, por um lado, o pertencimento em relação àqueles que estão na mesma situação, e, por outro, o distanciamento do grupo como um todo em relação aos que se situam abaixo socialmente” (: 163). A construção de um estilo particular aos emigrantes cabo-verdianos satisfaz a necessidade de pertencimento, vinculando-os a outros que lhes são iguais, ao mesmo tempo em que possibilita a distinção dos emigrantes em relação à sociedade maior.

Simmel ressalta que a essência da moda reside no fato de ela não ter um alcance geral, o que promove no indivíduo uma satisfação particular ao sentir-se especial (contraposta à insatisfação daqueles que não tem acesso a essa moda). A partir disso, o autor sugere que “ a mentalidade que permeia o modismo exprime uma mistura bem temperada

entre aprovação e inveja” (1998: 165). Aproximamo-nos com isso de uma característica fundamental do emigrante cabo-verdiano retornado. Já ficou claro em um dos depoimentos acima como o estilo dos emigrantes se expressa, aos olhos dos não emigrantes, como uma forma de “ostentação”. É justamente esse elemento, que conforma um misto de “aprovação e inveja”, que caracteriza em larga medida o discurso sobre o emigrante. Aquele que retorna é, para os que não emigraram, aquele que conseguiu, no exterior, alcançar melhores condições de vida e ter acesso às vantagens da modernidade e que, de volta a Cabo Verde, procura a todo custo mostrar o seu sucesso através de suas roupas, suas jóias, seus carros e uma série de outros símbolos que reforçam sua posição social.

O prestígio do emigrante construído pela sociedade cabo-verdiana se expressa de diversas maneiras. Quando retorna a Cabo Verde, ele é sempre bem recebido. Vale lembrar com Lino: “Gente que nunca falou comigo antes agora fala, chama para sair, paga a bebida...(...)”. O emigrante retornado passa a ser o centro das atenções:

As pessoas passam a ter maior consideração com eles, eles se tornam mais importantes. (...) Tem até uma expressão para denominar os retornados: kem ki bem [aquele que veio]. Dizem que eles vieram com o vento, os bons ventos. (...) Se tem um emigrante num bar e alguém comenta isso alto, os outros ficam todos olhado para saber quem é. O cara fica realmente importante. (Lino)

O jovem emigrante retornado também atrai a atenção das mulheres. Casar-se com um emigrante – apesar dos diversos problemas que isto implica, como veremos no próximo capítulo – é, para muitas mulheres, a concretização de um sonho. Segundo elas próprias, o que as motiva é a certeza de que eles têm mais condições de sustentar uma família. Como conclui Lino, “*kem ki bem* não tem problema com namorada”.

O próprio emigrante, em suas interações com o restante da sociedade cabo-verdiana, reforça a todo tempo seu *status*. A índole dadivosa é uma de suas características marcantes, servindo para demonstrar tanto sua boa situação financeira quanto sua disposição para

partilhar com os outros o seu sucesso, o que lhe confere, por sua vez, honra e prestígio. Em suas constantes visitas aos familiares em Cabo Verde, os emigrantes trazem sempre com eles uma grande quantidade de presentes. No vôo do Brasil para Cabo Verde, impressionava a quantidade de bagagens dos passageiros. Eram mercadorias diversas, incluindo roupas, brinquedos e discos, todos destinados a presentear os familiares. Em Cabo Verde, permanecem demonstrando sua generosidade em diversas interações do cotidiano. Se saem para boates, por exemplo, se oferecem para pagar a entrada e as bebidas consumidas. Também se mostram sempre dispostos a oferecer carona em seus carros luxuosos, de marcas como BMW e Mercedes-Benz. Mas em certas ocasiões especiais, sua índole dadivosa aparece de forma ainda mais contundente. Nas “festas de santo” essa dimensão dos emigrantes se torna marcante. Muitas vezes eles retornam a Cabo Verde só para passar as festas no país. O(a) juiz(a) da festa, que é aquele que patrocina o evento, organizando todos os detalhes e oferecendo um grande almoço de encerramento, geralmente é um emigrante. E mesmo quando estão fora do país, essas pessoas freqüentemente enviam remessas de dinheiro para seus familiares ou oferecem ajuda financeira para que aqueles que continuam em Cabo Verde possam abrir algum negócio, como um restaurante, bar ou mercado.

O prestígio alcançado pelos emigrantes tem, porém, um lado cruel para aqueles que ficaram em Cabo Verde. Confrontar-se com um familiar ou um velho conhecido seu que, após migrar, regressa ao país em trajes finos e carregado de ouro, expressando a todo momento seu sucesso, conduz a um pensamento que se repete com freqüência em Cabo Verde: “O gajo era um João de Ninguém... melhorou mesmo”. As experiências passadas, congeladas no tempo, entram em choque com esse novo homem que retorna, ao menos aparentemente, numa posição claramente superior. E o reconhecimento dessa ascensão social faz-se acompanhar, inevitavelmente, de um certo desconforto, de uma certa inveja.

A junção desses elementos – aprovação e inveja, reconhecimento e acusação – no discurso sobre o emigrante, segundo aqueles que permaneceram no país, faz com que a construção de seu *status* oscile entre um caráter mais positivo e um mais negativo. O lado positivo é traçado em larga medida em função do seu sucesso econômico. O fato de terem alcançado uma melhora substancial nas suas condições de vida é a base para o prestígio adquirido ao retornarem. Essa ascensão social é também a fonte que alimenta os projetos de emigração daqueles que ainda não partiram, como no caso a seguir.

Armando, um jovem pai de família, recebeu a visita de sua tia que acabava de chegar dos Estados Unidos. Ela havia passado quatro meses naquele país trabalhando. Enquanto comentava sobre sua experiência, reclamando do frio que passou enquanto esteve fora, Armando dizia, sorrindo, que ela tinha trazido muitos dólares na mala. Ele próprio anunciou logo em seguida que planejava fazer o mesmo. Pretendia ir aos Estados Unidos trabalhar e juntar algum dinheiro. Armando comentou ainda que um vizinho seu passou três meses nos Estados Unidos e voltou com um carro. Queria fazer o mesmo. O sucesso continuamente demonstrado por aqueles que retornam funciona como um dos principais incentivos a novas emigrações.

O aspecto negativo da atitude dos emigrantes se expressa justamente em relação a esse quadro, nos discursos que o apontam como aquele que retorna ao país para “esbanjar” tudo aquilo que foi conseguido fora e criar “ilusões” que incentivam outros a partir:

Todo dinheiro dos emigrantes é conseguido com muito sacrifício, enfrentando muito frio. Mas depois eles vêm esbanjar nas férias. Quando estão aqui de férias, só querem fazer paródia [curtir, gozar]. E os outros ficam com a ilusão, querendo emigrar para ficar assim também.

O emigrante retornado é acusado de uma certa irresponsabilidade no gerenciamento do seu dinheiro, sendo muitas vezes apontado como aquele que, no exterior, mora em barracos e enfrenta diversas dificuldades, economizando para esbanjar roupas novas e

“desfilar” em um BMW ao retornar para Cabo Verde. Neste sentido, o termo “emigrante” pode ser mesmo entendido como uma categoria de acusação, que também responsabiliza aquele que retorna pela criação de um mundo ilusório do sucesso na emigração, o qual, aliás, fundamenta seu próprio prestígio.

O lugar privilegiado do emigrante é construído ainda de outras maneiras. Como já foi ressaltado, ele é aquele que traz novidades, que conhece muitas coisas. Além disso, seu prestígio também se fortalece na importância que ele tem para o desenvolvimento do país. As pessoas comuns enfatizam a todo momento que os emigrantes investem em Cabo Verde. Constróem casas e prédios no país, além de empregar seu capital no transporte, com caminhões, táxis e veículos para transporte coletivo, e no comércio, desde o investimento em bares, mercados ou restaurantes, até o comércio informal entre países (cf. “Investimentos dos Emigrantes”, *Revista Emigrason*, 1991).

O discurso do governo também encaminha-se nessa direção. Destacando a importância fundamental dos emigrantes para o crescimento do país, a elite dirigente vem construindo progressivamente o pertencimento do referido grupo em relação à nação cabo-verdiana. A atual Constituição de Cabo Verde refere-se à emigração em mais de dez artigos, abordando questões como a dupla nacionalidade, a cultura na diáspora, liberdade de emigração e a eleição do Presidente da República por eleitores não residentes (“Emigração na Constituição”, *Revista Emigrason*, 1993). A emigração também se destaca nos programas executados pelo governo, que traça como uma de suas metas a integração da diáspora na sociedade cabo-verdiana:

Cabo Verde goza de uma situação pouco comum, de nação em que a maioria dos seus filhos reside no exterior. A participação desta parcela importante da comunidade cabo-verdiana no processo político e de desenvolvimento do país foi efectivamente excluída, durante a I República: considerados estrangeirados, os emigrantes viram-se discriminados politicamente (sic), sobretudo porque integravam um grupo que fugia ao controle

político do regime, mas que mantinha, sob formas várias, ligações estreitas com a comunidade residente.

A II República propôs-se (sic) romper radicalmente com este tipo de tratamento dado à comunidade cabo-verdiana residente no exterior e tomar medidas políticas que permitissem a integração efectiva da diáspora na nação.

(Programa do II Governo Constitucional da II República, 1996: 36)

A proximidade dos emigrantes em relação à sociedade cabo-verdiana é, contudo, freqüentemente contrastada por uma noção de distanciamento também essencial para se pensar o lugar por eles ocupado. O emigrante é aquele que está dentro e fora, perto e longe. Sua distância física enquanto permanece fora do país constitui-se também como uma distância simbólica. O depoimento de Ana sobre uma família que conhecia é bastante esclarecedor neste sentido:

O marido [emigrante] estava tão habituado a estar fora de casa, que, quando voltou, os filhos eram como estranhos para ele. Eu percebia a falta de carinho, de amizade, entre o pai e os filhos. A rotina do senhor era: entra, come, sai, entra, dorme, sai... Não havia um momento em que parava para ficar com os filhos. (...) Os pais, principalmente os que migram e depois voltam, mesmo presentes, são ausentes.

Com esta história, voltamos à discussão sobre a impossibilidade do migrante de retornar ao lar e restabelecer a intimidade que existia no passado. A separação que se dá com a emigração abre uma lacuna que não se pode restabelecer. Nem mesmo o retorno, a presença física do pai, é capaz de superar a distância que foi construída durante o período em que esteve ausente.¹² A concepção do emigrante como um tipo ideal passa por essa noção de alguém que mantém um vínculo com algo que está fora da sociedade cabo-verdiana. Trata-se de um outro país, com outras pessoas e outras idéias, com os quais o emigrante se identifica ao mesmo tempo em que mantém um lugar na sua sociedade de origem. Os próprios cabo-verdianos esperam e cobram dos emigrantes a manutenção de

¹² É preciso ressaltar que são diversos os fatores que contribuem para o distanciamento paterno. Como veremos no capítulo IV, a própria organização das famílias cabo-verdianas, com sua particular distribuição de papéis, favorece o afastamento do pai em relação aos outros membros do grupo doméstico. Contudo, como sugere o depoimento acima, a emigração vem reforçar esta condição.

vínculos com o exterior. A expectativa é de que eles tenham um papel ativo na manutenção de um fluxo entre países, levando para Cabo Verde novidades, tanto em termos de mercadorias quanto de idéias e valores, o que, afinal, é essencial para a reprodução simbólico-identitária desta sociedade. Quando alguém que retorna ao país não corresponde a esta expectativa, é duramente criticado, como podemos observar a seguir.

Ana é funcionária de uma organização não governamental voltada para a questão das mulheres. Um dos projetos executados pela organização é a divulgação de informações sobre o planejamento familiar e o auxílio às pessoas que optem por participar do programa. Ao discutir as dificuldades encontradas na execução do projeto, Ana comentou que, quando se trata das mulheres de emigrantes, a prevenção é ainda mais difícil. Segundo ela, “os maridos todas as vezes que vêm visitar, querem deixar um filho. Nem preservativo eles querem usar, *nem com toda a informação que receberam fora.*” Com a mesma indignação, Armando, um cabo-verdiano estudante no Brasil, admirava-se ao ver a atitude ciumenta do colega, também residente neste país, que não queria deixar sua namorada sair de casa. Admirado, Armando falou: “Quer dizer que ele foi para o Brasil, ficou todo esse tempo lá e não mudou nada?”.

Percebe-se como há uma certa expectativa em relação às pessoas que partem para outros países. Espera-se delas que, ao voltar, apresentem uma atitude diferente, informada pelas novas idéias e valores com os quais tiveram contato. Não se espera ver em um emigrante retornado o mesmo homem de antes da partida.

Venho considerando até aqui o emigrante como um tipo particular que congrega uma conexão específica de atitudes. No entanto, é sempre necessário lembrar que esse grupo apresenta uma grande diversidade no seu interior. Como já havia sido rapidamente esboçado ao tratar do estilo dos emigrantes, pessoas que partiram para países diferentes apresentam diferenças na forma de se vestir e de se comportar. Isso é bastante compreensível se

levamos em conta as experiências vividas por essas pessoas durante o período de emigração. Certamente as experiências de alguém que partiu para a Holanda são bastante distintas daquelas vividas por alguém que veio para o Brasil. E essa divergência não se expressa apenas no vestuário. Provavelmente o traço mais marcante na conformação desses subgrupos seja a própria identidade que se constrói entre aqueles que emigraram para um mesmo país. Esses indivíduos se autodenominam conforme o país de emigração e, uma vez retornados a Cabo Verde, procuram preservar os vínculos entre eles. Os estudantes cabo-verdianos no Brasil, de volta a seu país de origem, referem-se a eles próprios como “brasileiros” e procuram preservar esse ponto em comum entre eles, reforçando os laços que os unem. Os atos de sociabilidade se dão fundamentalmente entre essas pessoas: “Quando os ‘brasileiros’ saem junto é ótimo!”. O mesmo se dá entre os “holandeses”, os “franceses” e os “*merkanos*” (americanos), por exemplo.

A identificação com o país de emigração dá origem a um outro traço marcante dos emigrantes. Trata-se de um complexo jogo de identidade que se desenrola a partir da dupla identificação dessas pessoas com Cabo Verde e o país que os acolheu. São bastante comuns afirmações do tipo: “Sou francês. Francês cabo-verdiano.” E a ambigüidade dessa situação é seu elemento mais importante, porque possibilita uma manipulação entre dois extremos que nunca são absolutos, mas que podem pesar mais ou menos conforme o contexto. Nenhuma definição pode ser dada quanto à prevalência de um dos lados, pois a estima social do emigrante se constrói exatamente sobre a possibilidade de circular por esses dois extremos. O emigrante que se afirma definitivamente francês e é assim visto pelos outros perde seu lugar dentro da sociedade cabo-verdiana. Se, por outro lado, define-se exclusivamente como cabo-verdiano, abre mão do que caracteriza o encanto e o prestígio alcançados pelo emigrante, que é justamente sua capacidade de estar ao mesmo tempo próximo e distante. Vale notar ainda que a identidade do emigrante não é manipulada apenas por ele próprio,

mas também pelos outros com quem interage. Sua família e seus vizinhos, por exemplo, podem, a depender do contexto, ressaltar um ou outro lado dessa dupla identidade.

Retornando à questão da diversidade no interior do amplo grupo formado pelos emigrantes, como uma categoria genérica, é preciso ressaltar, mais uma vez, a diferença essencial entre as várias formas de emigração, motivadas por fatores de ordens diversas. Há distinções fundamentais entre os que partiram para os Estados Unidos ou países da Europa a fim de trabalhar e juntar dinheiro, vivenciando situações de muito “frio” e muito “sacrifício” como eles próprio ressaltam, e aqueles que foram para países como Portugal ou Brasil a fim de estudar. Há diferenças também entre os primeiros e aqueles que partiram para trabalhar, mas que seguiram para países como São Tomé e Príncipe ou Guiné Bissau, não alcançando uma melhora substancial no nível de vida como os que partiram para os Estados Unidos ou Europa. Os cabo-verdianos que se encontram em São Tomé e Príncipe (que hoje alcançam um número de 20.000 pessoas) não podem ter um retorno triunfal como os *merkanos*, por exemplo. Fica claro, portanto, como o delineamento da categoria “emigrante”, segundo o discurso nativo, aproxima-se muito mais do primeiro subgrupo, que se caracteriza pela emigração com o objetivo de trabalhar e juntar dinheiro e que alcança realmente os fins pretendidos. No entanto, os outros subgrupos acabam partilhando, em alguma medida, de alguns traços que caracterizam os primeiros. É interessante destacar aqui a experiência do cabo-verdiano que partiu para estudar no Brasil e que não via a si próprio como um emigrante. No entanto, ao voltar para Cabo Verde, surpreendeu-se com uma diferença marcante na forma como era tratado, o que o aproximava muito mais daquilo que ele próprio considerava como o emigrante típico. Todo seu discurso sobre o “emigrante”, que ele pensava referir-se apenas àqueles que saem para trabalhar, para seu espanto, também o incluía. De fato, não apenas o trabalho e o sucesso econômico configuram o ideal de emigrante. Seu acesso a um mundo novo, a possibilidade de participar de um fluxo de idéias

e valores entre países diversos e até mesmo o poder de causar saudade, que dizem respeito igualmente aos que vão estudar no exterior, são fatores fundamentais na caracterização do emigrante como um tipo ideal.

O “retornante”

A emigração de cabo-verdianos partilha, por certo, uma série de traços comuns à migração contemporânea global, que atinge especialmente as sociedades insulares do Atlântico e do Pacífico, identificadas por um forte caráter transnacional. Contudo, um olhar atento às particularidades da tradição migratória em Cabo Verde, seja na sua profundidade histórica, na maneira como está introjetada no modo de ser cabo-verdiano, ou mesmo na importância que assume para a reprodução desta sociedade, revela a configuração de um fenómeno bastante singular. Outro interessante caminho para se traçar o caráter único da situação vivenciada pelos emigrantes cabo-verdianos se dá pela via do contraste. Proponho aqui a comparação deste fenómeno, não com outras realidades etnográficas (o que seria igualmente interessante, mas que demandaria um outro tipo de esforço analítico), mas com dois conceitos elaborados a fim de definir os tipos de interação que caracterizam o “estrangeiro” e o “*homecomer*” (aquele que retorna ao lar), trabalhados por Simmel (1984) e Schutz (1979), respectivamente.

Simmel (1984) define o estrangeiro nos seguintes termos:

The stranger will thus not be considered here in the usual sense of the term, as the wanderer who comes today and goes tomorrow, but rather as the man who comes today and stays tomorrow – the potential wanderer, so to speak, who, although he has gone no further, has not quite got over the freedom of coming and going. He is fixed within a certain spatial circle – or within a group whose boundaries are analogous to spatial boundaries – but his position within it is fundamentally affected by the fact that he does not belong in it initially and that he brings qualities into it that are not, and cannot be, indigenous to it. (Simmel, 1984: 143)

O estrangeiro é, portanto, aquele que veio para ficar, mas que partilha ainda, de alguma maneira, da liberdade de ir e vir. Embora não haja a manutenção de um deslocamento físico, a relação espacial tem um importante significado simbólico na interação característica do estrangeiro. Ele apresenta uma configuração específica da relação entre proximidade e distância. Sua posição passa a ser permanente no grupo e é ela determinada pelo fato de que o estrangeiro é a síntese do desprendimento e da fixação. O pertencimento do estrangeiro ao grupo, que é um pertencimento não-orgânico, envolve o “estar fora” e o “confrontar-se” com o grupo (Simmel, 1984: 144). Em suma, a especificidade da forma de interação que caracteriza o estrangeiro está, segundo Simmel, na existência de uma proporção especial e uma tensão recíproca entre a proximidade e a distância (: 149), que são acionadas conforme o sistema de relevâncias operante em cada contexto.

O emigrante cabo-verdiano, da mesma maneira, partilha dessa relação especial entre a proximidade e a distância. Como já foi destacado anteriormente, o emigrante joga com esses dois fatores continuamente. Ao mesmo tempo em que ressalta sua cabo-verdianidade, como um membro da nação e com inúmeros vínculos com a sociedade cabo-verdiana, enfatiza também seus vínculos com exterior, o que proporciona sua singularidade e prestígio. Há, porém, duas questões que o distinguem do tipo ideal de estrangeiro segundo Simmel. Em primeiro lugar, ao contrário do estrangeiro, o emigrante pertencia à sociedade cabo-verdiana inicialmente. Como o estrangeiro, ele traz, no seu retorno, qualidades que não são indígenas à sociedade, mas traz também suas experiências anteriores à emigração. Seu pertencimento ao grupo é orgânico. Não é apenas um “estar no grupo”. Em segundo lugar, Simmel fala da síntese entre proximidade e distância como uma relação espacial simbólica. Já o emigrante cabo-verdiano apresenta a síntese proximidade/distância não apenas simbólica, mas literalmente. Ele opera em um fluxo constante entre seu país de origem e seu

país de emigração, no ápice da mobilidade. São pessoas que mantêm fortes vínculos nos dois lugares e circulam com tal frequência que esses vínculos permanecem intensos. São muito comuns, inclusive, casos de homens que mantêm duas ou mais famílias em países diferentes. E esse dado empírico nos leva a pensar não apenas a particularidade cabo-verdiana, mas a necessidade de elaboração de um conceito que dê conta do fenômeno do transnacionalismo que se intensifica no mundo contemporâneo, não apenas com relação aos cabo-verdianos, mas a inúmeros emigrantes, de origens diversas, que permanecem envolvidos com a vida social e política de mais de um Estado-Nação (cf. Basch *et al*, 1995; Kearney, 1995; e Foster, 1991).

Schutz (1971) também elabora o tipo ideal do estrangeiro. Não pretendo, porém, discutir aqui este conceito, uma vez que ele se distancia um pouco do caso aqui analisado. Ao tratar do estrangeiro, o autor aborda os procedimentos do indivíduo que se aproxima de um novo grupo procurando interpretar e se orientar dentro de um padrão cultural que lhe é absolutamente estranho. Trata-se da busca por ser aceito dentro de um mundo novo. Como não é esse o caso do emigrante cabo-verdiano que retorna (a não ser que nosso foco fosse a experiência do cabo-verdiano no seu país de emigração¹³), acredito ser muito mais enriquecedor discutir um outro conceito elaborado por Schutz (1979), o do *homecoming*. Esse tipo ideal já foi discutido anteriormente ao tratar da experiência do retorno. Explicando muito brevemente, trata-se do indivíduo que retorna ao lar com a esperança de voltar ao ambiente que conheceu e que permaneceu congelado em suas lembranças, mas que se depara com algo novo. A separação e as experiências vivenciadas tanto por aquele que partiu quanto pelos que ficaram transformaram-lhes em novas pessoas. Já foi discutido como essas idéias são interessantes para se pensar a situação dos emigrantes cabo-verdianos

¹³ Para uma análise direcionada para a experiência do emigrante cabo-verdiano nos países de acolhimento, cf. Coli, 1987; França, 1992; Monteiro, 1997; e Saint-Maurice, 1997.

retornados. Porém, alguns pontos do conceito elaborado por Schutz não se aplicam exatamente ao caso cabo-verdiano, o que merece aqui alguma consideração.

Primeiramente, para Schutz o *homecomer* é “alguém que volta definitivamente para casa – não alguém que retorna para uma temporada, tal como o soldado durante a licença de trinta dias ou o estudante que passa as férias de Natal com a família” (Schutz, 1979: 290). Penso que o autor tenha se limitado aos retornos definitivos porque neles certamente temos o desenrolar de uma situação onde aquele que estava fora busca retomar seu lugar no seu país de origem, defrontando-se porém com uma grande lacuna que se construiu entre o passado e o presente. O caso cabo-verdiano, no entanto, apresenta uma situação bastante singular. Apesar de não corresponder exatamente ao conceito elaborado por Schutz, uma vez que se refere a retornos periódicos, partilha ainda assim de alguns traços centrais do *homecomer*. Isso porque o retorno dos cabo-verdianos, embora seja “para uma temporada”, requer um alto grau de envolvimento com sua sociedade de origem. Não se trata apenas de uma visita descomprometida, mas da retomada de uma série de vínculos entre o emigrante e a sociedade cabo-verdiana. Mais ainda, os vínculos do emigrante com seu país de origem nunca foram de fato rompidos. É fundamental ressaltar que, para o cabo-verdiano, não há necessariamente uma ligação entre a manutenção de certas relações e a permanência em um determinado espaço físico. Como sugere Kopytoff (1987) a respeito das sociedades africanas, há uma relativa indiferença quanto à idéia de enraizamento em um espaço físico. Segundo o autor, o espaço africano é, acima de tudo, um espaço social (: 22). A mobilidade física não significa ter que abrir mão do enraizamento, da ligação permanente com uma determinada estrutura social. A separação física dos cabo-verdianos, portanto, tem um efeito menos desestabilizador e o retorno, por sua vez, apresenta um caráter de retomada e manutenção de vínculos e interações que nunca foram quebrados por completo.

Outro ponto importante a ser considerado é o *status* daquele que retorna. Nos exemplos trabalhados por Schutz, o retorno sugere sempre um clima de desconforto e insegurança para aquele que retorna. Mesmo o veterano de guerra que regressa em um momento de glória, logo vê-se destituído de seu *status* privilegiado dentro da comunidade. Como indica o autor (1979: 302), a história não tem demonstrado que a memória da glória dure muito. No caso do emigrante cabo-verdiano, porém, dá-se exatamente o contrário. O retorno é um retorno triunfal. O emigrante que regressa, ao menos aparentemente, mostra-se altamente bem sucedido. É ele portador de muito prestígio dentro da sociedade cabo-verdiana, como vimos. Possivelmente, esse contraste com o *homecomer* de Schutz se dá justamente porque o emigrante cabo-verdiano mantém-se no fluxo entre países. Ele está sempre indo e vindo e, assim, alimentando continuamente o seu prestígio, que se fundamenta exatamente no seu vínculo com o exterior. A cada novo retorno, ele pode reforçar sua condição especial de alguém que tem acesso a conhecimentos, riquezas, bens e valores que não estão à disposição daquele que não partiu.

É possível sugerir aqui, portanto, a elaboração de um novo tipo, que se difere tanto do estrangeiro de Simmel quanto do *homecomer* de Schutz. Mais do que um retornado, o emigrante cabo-verdiano pode ser considerado como um “retornante”¹⁴. Seu pertencimento à sua sociedade de origem nunca é de fato rompido, mas sim reelaborado continuamente nas suas idas e vindas, no fluxo constante entre países que o torna, literalmente, próximo e distante. Nesse processo de sucessivos retornos, possibilita um eterno renovar de sua prestigiosa condição de emigrante, que atua, em última instância, como mais um importante mecanismo de atração para novas partidas.

É ainda central que se perceba como o emigrante, em cada novo retorno, não só contribui para aumentar seu prestígio, mas também para a reprodução da sociedade cabo-

¹⁴ A condição de “retornante”, com ênfase na mobilidade dos emigrantes cabo-verdianos, foi sugerida pela Professora Carla Costa Teixeira, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

verdiana enquanto uma sociedade aberta. O fluxo favorecido pela emigração está longe de se limitar às remessas de dinheiro enviadas pelo emigrante a seus familiares em Cabo Verde. A cada vez que volta a seu país, o emigrante traz com ele uma imensidão de mercadorias, de informações, valores, mensagens e símbolos. Desde o novo tipo de calça que está na moda no Brasil, o disco recém-lançado de um famoso cantor norte-americano, um pôster com uma banda holandesa ou com o comercial de uma marca de roupas suíça, até novos padrões arquitetônicos, diferentes hábitos alimentares, uma nova tecnologia agrícola, uma concepção menos negativa do divórcio, enfim, um novo olhar sobre o mundo. É esse fluxo constante que alimenta a abertura de Cabo Verde ao mundo exterior, possibilitando sua reprodução enquanto uma sociedade tradicionalmente aberta ao *outro*. A sociedade cabo-verdiana se reproduz numa espécie de *cosmopolitismo dos fracos*¹⁵. Em contraste com os grandes centros mundiais, que através de sua riqueza atraem para si o resto do mundo, Cabo Verde se revela como um país de profundas carências, mas que constrói sua resistência ao se voltar para o mundo inteiro, valorizando tudo o que vem de fora e absorvendo com facilidade costumes e valores exteriores.

¹⁵ O termo “cosmopolitismo dos fracos” foi uma sugestão do Professor Wilson Trajano Filho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em comunicação pessoal.

Capítulo III

Estratégias Familiares no Jogo Matrimonial

*Ami, Nasia Gomi,
Ja N pasa-bu mal tamanu:
Na mai fla-m pa N ka kasa
na pai fla-m pa N ka bibe-bu...
Bu k'oja mo ki sta rabés?!...
Mi N ta fala ku bizinus di róda
pa fla-m na mai ku na pai;
“Pabía?... Pamodi?...”
(Silva, 1985a: 41)*

Eu, Nasia Gomi,
Já passei maus bocados:
Minha mãe me disse para eu não casar
meu pai me disse para eu não me apaixonar por você...
Você não viu como que está ruim?!...
Eu falo com os meus vizinhos para dizerem para minha mãe e meu pai;
“Por que ?... Por que?...”

A reprodução da sociedade cabo-verdiana apresenta-se estreitamente vinculada a um processo de expulsão maciça de indivíduos que, do outro lado das fronteiras de seu país, permitem a manutenção econômica, cultural e social do mesmo. Tal processo tem deixado, porém, marcas profundas na composição dessa sociedade.

A emigração de cabo-verdianos constituiu-se, historicamente, como um fenômeno que atinge predominantemente a população masculina. Os dados revelados pela tabela abaixo, embora limitados aos casos onde o sexo do emigrante foi registrado, fornecem a dimensão desse desequilíbrio:

EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA, POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXOS 1948-1970					
GRUPOS ETÁRIOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%	
Até 1 ano	1168	51,8	1089	48,2	2257
De 1 a 5 anos	2139	51,1	2044	48,9	4183
De 6 a 10 anos	991	50,7	965	49,3	1956
De 11 a 15 anos	556	55,3	450	44,7	1006
De 16 a 20 anos	1804	64,6	989	35,4	2793
De 21 a 25 anos	2853	57,5	2111	42,5	4964
De 26 a 30 anos	2713	62,1	1656	37,9	4369
De 31 a 35 anos	1760	63,6	1008	36,4	2768

De 36 a 40 anos	1086	58,9	759	41,1	1845
De 41 a 45 anos	548	61,9	337	38,1	885
De 46 e mais anos	424	67,0	209	33,0	633
Sem idade registrada	48	70,6	20	29,4	68
Total	16090	58,0	11637	42,0	27727
FONTE: Carreira (1983: 239)					

A partir dos 16 anos de idade, o desequilíbrio a favor da emigração masculina apresenta-se especialmente acentuado, chegando a alcançar 67% dos casos na faixa etária de 46 e mais anos, o que significa mais que o dobro da emigração feminina. Em valores absolutos, é na faixa que vai de 21 a 30 anos que se dá a saída do maior contingente populacional, tanto de homens quanto de mulheres, com a predominância dos primeiros.

Na ilha de Santiago e, particularmente, em sua zona rural, o desequilíbrio entre os sexos dos emigrantes se fez sentir de maneira ainda mais contundente, como indica a tabela seguinte:

EMIGRAÇÃO RURAL POR SEXO E POR ILHA 1979-1981			
ILHA	EM PERCENTAGEM (%)		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Santiago	92	8	100
São Nicolau	65	35	100
Santo Antão	65	35	100
Brava	75	25	100
FONTE: J. Richard <i>apud</i> Andrade (1998: 81)			

Embora este quadro tenha se alterado a partir da década de 80, quando cresce sensivelmente a emigração feminina, mesmo em Santiago, a composição atual da sociedade cabo-verdiana ainda reflete o impacto causado pela saída, durante muitas décadas, de grande parte de sua população masculina. A taxa de masculinidade geral (nº de homens / nº de mulheres) da população cabo-verdiana residente no arquipélago, que já chegou a 0,83 em 1950, foi de 0,85 em 1980 e de 0,90 em 1990 (Recenseamentos Gerais da População, 1950-1990 *apud* Andrade, 1998: 81). Estes índices são muito baixos, mesmo quando comparados

às taxas de masculinidade encontradas em outros países da África e do Caribe, em situações similares à de Cabo Verde. Na Guiné Bissau, o índice de masculinidade em 1950 era de 0,97, alcançando a taxa de 0,93 em 1979, durante o período da luta pela independência, e de 0,94 em 1998. Neste mesmo ano, o índice de masculinidade em São Tomé e Príncipe foi de 0,97. Na Martinica e em Barbados, alcançou 0,96 e 0,94, respectivamente. Índices abaixo de 0,95 são sintoma da influência conjunta ou isolada de quatro fatores: má coleta dos dados; alta mortalidade masculina devido à guerra; forte imigração seletiva de mulheres; e forte emigração seletiva de homens, o que caracteriza o caso cabo-verdiano. A taxa de masculinidade no arquipélago atinge valores ainda mais baixos na zona rural, dada a especificidade do fenômeno migratório nesta área. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde, baseados no censo de 1980, o índice de masculinidade da população residente na Cidade da Praia era de 0,89, enquanto no Concelho de Santa Catarina este mesmo índice alcançava apenas 0,77.

Apesar do crescimento na taxa de masculinidade observado nos últimos anos, o que reflete os novos rumos tomados pela emigração no país, este índice ainda representa um notável desequilíbrio entre os sexos na população residente no arquipélago. Os efeitos dessa desproporção entre o número de homens e mulheres podem melhor ser percebidos tendo-se em vista a distribuição dos mesmos segundo as diferentes faixas etárias:

TAXA DE MASCULINIDADE, POR GRUPOS DE IDADE*			
	1983	1987	1998
Até 1 ano	1,05	1,02	1,03
Entre 1 e 14 anos	0,99	1,00	1,01
Entre 15 e 64 anos	0,77	0,80	0,87
65 e mais anos	0,74	0,72	0,66
Total	0,86	0,88	0,92
*Adaptação a partir dos dados fornecidos pela Organização das Mulheres de Cabo Verde (<i>Promoção da mulher, um desafio a vencer</i> , 1990: 05) e “Cape Verde” (www.tpol.com/country/cv.html).			

O quadro acima aponta para uma questão fundamental. A desproporção entre os sexos se mostra maior a partir dos 15 anos de idade, o que equivale ao período da vida destes indivíduos onde a emigração se coloca como uma importante alternativa. Esta faixa etária também coincide, no entanto, com aquela onde supostamente devem se desenrolar os relacionamentos que vão culminar no matrimônio. Neste momento, a relativa carência de homens residentes no arquipélago surge como um grande problema. Como realizar os casamentos e, em última instância, como tornar possível a reprodução da sociedade caboverdiana frente a esse quadro?

As soluções para esta inconsistência inerente ao sistema são várias. A reprodução biológica, social e cultural da sociedade como um todo e dos vários grupos que a compõem é alcançada através de um conjunto de estratégias acionadas por indivíduos e grupos a fim de maximizar recursos (cf. Bourdieu, 1990). Estratégias de fertilidade, de educação, de emigração, juntamente com as matrimoniais, cada uma particularmente eficiente em contextos específicos, permitem a manutenção ou mesmo expansão dos privilégios dos grupos que as acionam, favorecendo, em última instância, a superação da contradição de uma sociedade marcada por um desequilíbrio populacional. Neste capítulo, procurarei abordar as diversas estratégias adotadas por famílias distintas para sobrepujar as dificuldades impostas pela desigual composição da sociedade e para realizar, a partir da escolha entre as diversas opções que lhes restam, uniões matrimoniais que favoreçam a reprodução e mesmo a ascensão social destas famílias.

Possibilidades, conveniências e escolhas

Suzana é uma moça de 22 anos de idade que vivia em Assomada, no interior de Santiago, juntamente com sua mãe, Margarida, e seus irmãos, todos homens. Filha de

emigrante, já falecido, Suzana e seus familiares desfrutavam de uma boa situação financeira, garantida pelas remessas enviadas pelo pai enquanto era vivo e, agora, pela pensão que a família recebe do governo do país de acolhimento do pai emigrado. A única irmã de Suzana, poucos anos mais nova, já havia deixado o país para concluir os estudos a nível superior. Suzana, porém, sentia que, para ela, esse caminho parecia mais distante. Havia deixado os estudos já há alguns anos, antes mesmo de concluir o liceu. Ainda, sendo a única *fidju fêmea*¹⁶ a morar com sua mãe, sabia de sua obrigação em ajudá-la nos serviços domésticos.

Suzana namorava Gustavo, um rapaz muito bonito, de 25 anos de idade. Órfão, com o restante da família emigrado, Gustavo vivia sozinho, sustentando a si próprio com a baixa remuneração de um emprego na administração do Concelho. A família de Suzana não aprovava o namoro a princípio. Segundo a moça, sua mãe queixava-se de que o rapaz era pobre, além de preocupar-se com os rumores que circulavam sobre ele, denunciando: “Como ele não tem família aqui, ele é da rua”. Contudo, Gustavo insistiu bastante no namoro e a família acabou consentindo que ele “entrasse na casa”. A partir de então, Margarida começou a investir no casamento dos dois. Mobiliou uma casa no andar acima da sua, de forma que a filha pudesse permanecer sempre por perto.

Passado já um ano de namoro, a pressão para que Suzana e Gustavo se casassem tornou-se mais forte. Gustavo, porém, acreditava que ainda não era a hora. Para o rapaz, os dois ainda eram muito novos e não tinham dinheiro para realizar tal empreendimento. Outros membros da família de Suzana passaram, então, a interferir no caso. Relembavam, descontentes, da ocasião onde o rapaz “desmerecera” Suzana, dizendo que ela não havia nem mesmo concluído o liceu. Ressaltavam ainda que o rapaz não era sério, que não pretendia casar-se com a moça, querendo apenas *bibi cu el*¹⁷. Margarida enfatizava que Gustavo não havia cumprido com o combinado. A proposta dela era que eles se casassem,

¹⁶ Filha do sexo feminino.

¹⁷ Viver com ela.

mas Gustavo queria apenas viver com Suzana. “Viver junto” não era a proposta de Margarida. E nesse embate, mãe e tios da moça enfatizavam que Gustavo agia de tal maneira “porque Suzana não tem mais pai”. Acreditavam que a situação de desmerecimento que vivenciavam seria bastante diferente se o pai de Suzana ainda estivesse vivo, podendo se impor enquanto uma figura de respeito, com poder de decisão sobre o assunto. A ausência paterna dificultava os projetos da família que procurava traçar o melhor caminho matrimonial para a moça.

Suzana dizia sofrer muito. Confessava que às vezes tinha vontade de desistir, mas “o coração não deixava”. E à medida em que a situação se agravava, mostrava-se mais necessária uma atitude urgente. Suzana acreditou que a única solução para seu dilema era emigrar. Margarida, que antes era contra a emigração da filha, que muito a ajudava na realização das tarefas domésticas, resolvia agora incentivar sua partida. Dizia para a filha que, lá fora, iam aparecer muitos homens. Mas, longe dos olhares de Margarida, Suzana sorria tristemente, indignada com a incompreensão da mãe. Ressaltava, em segredo, que o sentimento que ela tinha por Gustavo não se encontrava assim em qualquer lugar. Margarida ainda insistia dizendo que não se pode dar tanto valor a homem, que Suzana não podia pensar que Gustavo era o único. Para Suzana, porém, Gustavo podia não ser o único, mas era mesmo seu “ideal”. E enquanto a discussão se desenrolava, os olhares fitavam por alguns instantes cenas do filme *Titanic*, que revelavam, na televisão, um forte e influente exemplo do confronto entre valores românticos e interesses materiais, com o primeiro sobrepondo-se ao segundo.

Margarida mostrava-se cansada com o conflito. Dizia, insistentemente, para todos que com ela conviviam: “*Ômi kauberdianu é katxor. Ômi kauberdianu é ka ômi pa nha fidju.*”¹⁸ Mas apesar de a mãe ver na emigração a solução para seu problema, com a

¹⁸ “Homem cabo-verdiano é cachorro. Homem cabo-verdiano não é homem para minha filha.”

separação do casal, além de ser uma chance de a filha trabalhar e tornar-se independente, Suzana e Gustavo planejavam, em segredo, migrar juntos para assim viverem fora do país.

Suzana partiu para os Estados Unidos, enquanto Gustavo permaneceu em Cabo Verde. Quando a moça já se encontrava em terras estrangeiras, trabalhando, um primo dispôs-se a favorecer sua legalização no país, casando-se com a mesma, sem cobrar por isso. A única condição é que ela deixasse definitivamente Gustavo. Até o momento em que pude manter-me informada sobre a questão, Suzana ainda não havia aceitado a oferta.

A história de Suzana reflete uma série de questões polêmicas na sociedade cabo-verdiana. São discussões correntes sobre o valor do casamento e sobre os critérios que devem ser considerados na escolha do melhor cônjuge, discussões estas que tomam rumos bastante diversos a depender do contexto. O acontecimento acima revela como mesmo dentro de uma única família são distintos os projetos de cada um dos seus membros. Ainda, projetos individuais podem ser continuamente reelaborados à medida que se modificam as alternativas em jogo.

Bourdieu (1990) sugere que toda família tem como objetivo único a manutenção ou a expansão de seu capital material e simbólico. No entanto, o casamento de cada um dos filhos de cada família representa um problema específico que necessita de diferentes estratégias para assegurar o fim desejado (: 147). Como em um jogo de cartas, onde diferentes opções de jogada se colocam conforme o valor da carta, das outras cartas na mão e das regras do jogo, o casamento de cada indivíduo apresenta diferentes alternativas para maximizar os ganhos com a transação matrimonial. Nas palavras do autor,

(...) every matrimonial transaction can only be understood as a stage in a series of material and symbolic exchanges, since the economic and symbolic capital that a family is able to commit to the marriage of one of its children is largely dependent on the position this exchange occupies in the entire matrimonial history of the family and the balance-sheet of these exchanges. (Bourdieu, 1990: 157)

Enquanto no caso da irmã de Suzana as estratégias para a reprodução do capital material e simbólico da família passavam, primeiramente, pela educação, as alternativas que se colocavam a Suzana eram outras. Com a ausência da irmã que procurava concluir os estudos no exterior, Suzana via a necessidade de permanecer próxima de sua mãe. Era preciso que alguma filha continuasse em casa, auxiliando a mãe no serviço doméstico. Com essa limitação, a melhor opção para a família era que ela se casasse, continuando a morar junto à mãe. Assim, constituiriam um agregado residencial fortalecido, capaz de facilitar a execução dos projetos dos outros irmãos – por exemplo, recebendo, no futuro, seus filhos.

A escolha do futuro cônjuge de Suzana surgiu para a família como um novo problema. Se Gustavo a princípio não parecia ser a melhor das opções, especialmente por se encontrar na desprestigiada posição de alguém que não tem um grupo de familiares presente, muito provavelmente a falta de outras alternativas inclinou a família a apoiar a união. Com a alteração do contexto, porém, frente à protelação do matrimônio por Gustavo e à incerteza que surgia quanto às suas intenções, Margarida, em nome da família, mudou de planos. Agora, a partida da filha para o exterior, embora significasse o distanciamento da única filha que ainda restava, parecia ser o melhor investimento. Além da presença de uma nova emigrante na família, com todas as vantagens em que tal fato acarreta, abria-se assim também um novo leque de possibilidades para a realização do casamento da moça.

As escolhas e as alterações no projeto de Suzana foram mediadas por uma série de discussões importantes. Uma das questões centrais neste conflito teve como referência o debate sobre a concepção de casamento. Margarida foi bastante explícita ao afirmar que a união entre a filha e o seu namorado sem que houvesse a realização do casamento propriamente dito não tinha sua aprovação. Apenas “viver junto” não fazia parte do projeto traçado pela mãe para a filha. A opinião de Margarida, porém, não é unânime. Contextos diversos revelam uma pluralidade de opiniões sobre a importância do casamento

oficialmente realizado. Ana, uma mulher de 40 anos residente na Cidade da Praia, apresenta um discurso bastante diferente sobre o futuro de sua filha. Afirma que é a menina quem sabe se vai querer casar-se ou não. E relembra sua própria experiência:

Já tive tantas ofertas, mas nunca gostei de casar. Meu pai também falava que não se importava se eu ia me casar com contrato assinado ou não. Então eu trato minha filha do mesmo jeito. Se minha filha não quiser, tudo bem.

Ana ressalta ainda que, no interior da ilha, as pessoas não pensam como ela: “Se não quiser casar, é inválida”.

Assim como Ana, várias outras mulheres não concordam com a necessidade de se casar com documentação, opinião esta que, ao contrário do que foi sugerido por ela, não se limita ao meio urbano. Marta, que mora no interior de Santa Catarina e vive com um emigrante, com quem tem três filhos, afirma: “*Kasamentu?! Ah! N ka mesti!*”¹⁹. Diz que se o homem com quem vive quiser casar com documento, ela casa, mas ela própria não faz questão. Ressalta ainda que tem muita mulher casada que não sabe nem o que o marido tem, nem onde ele está. Em suma, casamento não é, para ela, nenhuma garantia. E este discurso se repete inúmeras vezes. Para muitas pessoas, o sucesso do relacionamento entre homem e mulher não está vinculado à oficialização do casamento. Como sugere a presidente de uma organização de mulheres, “muitas famílias surgem espontaneamente em Cabo Verde, o que não significa que sejam mais ou menos felizes”. O próprio Código da Família, que, após a independência de Cabo Verde, tem sido alterado de forma a tentar incluir a realidade cultural do país, conforme os valores e as práticas familiares tradicionais, tem dado grande destaque às questões referentes à união de fato, que é reconhecida e havida para todos os efeitos legais como o casamento formalizado.²⁰

¹⁹ “Casamento?! Ah! Eu não preciso.”

²⁰ O Decreto-Legislativo n° 12-C/97, publicado no *Suplemento do Boletim Oficial da República de Cabo Verde* a 30 de junho de 1997, define o casamento como “a união voluntária entre duas pessoas de sexo diferente, nos termos da lei, que pretendem constituir a família mediante uma comunhão plena de vida”. A

Aqueles que não vêem o casamento como um valor usualmente restringem sua importância ao contexto da emigração. A condição de legalidade no exterior só é alcançada, em grande parte dos casos, através do casamento com alguém que já adquiriu a nacionalidade do país em questão. E é por isso que muitos não hesitam ao afirmar: “Casamento com documento é só para emigração”. Nesses casos, casa-se até mesmo com algum parente próximo, como foi sugerido a Suzana. Vale notar, porém, que a distinção entre um casamento para a emigração e o casamento de fato nem sempre é muito clara. Como indica Meintel (1984),

Na prática, a diferença entre os dois é ambígua. (...) sempre se cria uma certa expectativa, desejando-se que ambas as partes envolvidas no negócio se conheçam e, se compatíveis, transformem o contrato num casamento a sério. (Meintel, 1984: 114)

Embora o casamento não apareça como um valor em determinadas circunstâncias, sua importância pode muitas vezes ser crucial, como foi observado no caso de Suzana. Para muitas famílias, o “viver junto” não se coloca como alternativa. A impossibilidade de realização do casamento com documento pode deixar como única opção o celibato. O senhor Inácio viu-se confrontado com esta realidade duas vezes. Originário de Santa Catarina, Inácio, já aos 70 anos, migrou para a Praia, levando consigo parte da família. Com 5 filhos, 4 mulheres e um só homem, pôde casar apenas duas de suas filhas. O rapaz ainda era considerado novo, com 19 anos, o que deixava apenas uma grande expectativa na família em relação a seu futuro. Duas filhas, porém, com não mais de 30 anos de idade, eram ainda solteiras, vivendo na casa dos pais. A situação gerava um certo desconforto na família, causando comentários entre os vizinhos. Alguns procuravam explicar a questão: “Aqui tem muito isso de casar virgem. Então, se até uma certa idade a mulher não arruma

união de fato é entendida como “a convivência de cama, mesa e habitação, estável, singular e séria entre duas pessoas de sexo diferente com capacidade legal para celebrar casamento, por um período de, pelo menos, três anos, que pretendem constituir família mediante uma comunhão plena de vida” (:25).

marido, ela não casa mais, fica com os pais”. O pai, no entanto, oferecia outra explicação, afirmando que as filhas não se casaram por serem doentes. Mas indicava, juntamente, outros motivos: “Elas não gostaram de nenhum homem, então ficaram aqui em casa mesmo”.

A carência relativa de homens na região pode ser sugerida ainda como um dos obstáculos que se colocam à realização do casamento. Esta questão pode tornar projetos que não eram ideais como alternativas a serem consideradas, como foi, no caso acima, a opção pelo celibato. A redução do leque de possibilidades pode alterar o valor das opções que são apresentadas. Mas o fato é que, embora não seja uma opinião generalizada, para muitas famílias, tanto da Praia como de Santa Catarina, o casamento ainda se configura como um valor, de importante consideração na construção dos projetos de vida de seus membros.

A opção pelo casamento ou mesmo pelo “viver junto” vem sempre acompanhada de uma nova escolha: o(a) parceiro(a) da união. Nesse momento, uma série de critérios são considerados para que se possa maximizar os resultados da troca matrimonial. Alguns deles são revelados na história de Suzana. O nível de escolaridade, embora tenha surgido não como um critério considerado pela família da moça, mas como um possível obstáculo enfrentado pela mesma na apreciação de Gustavo sobre Suzana, mostrou-se uma questão de grande importância. A família de Suzana temia que o rapaz estivesse desvalorizando o casamento pelo fato de a moça não ter concluído o Liceu. E esse conflito vê-se repetir inúmeras vezes na sociedade cabo-verdiana. Circulam correntemente histórias sobre homens casados que foram estudar no exterior e, de volta ao país, não mais queriam continuar com o antigo casamento, em razão da distância que agora se colocava entre ele e a esposa. Um destes, ao retornar para Cabo Verde, trouxe com ele uma outra mulher, disposto a terminar o relacionamento com a primeira. Sua atitude encontrou certa resistência, mas o rapaz argumentava que, a partir de então, só queria “quem soubesse segurar na caneta”. E dentro da própria família de Suzana, histórias como essa se repetiram, a exemplo de um primo seu

que, ao concluir um curso de nível superior em Portugal, não queria mais sua antiga esposa, fundamentando sempre seus argumentos no baixo nível de escolaridade da mulher. No entanto, apesar da frequência destes acontecimentos, ainda são muitas as críticas a tal atitude.

Outro critério usualmente considerado é a cor do possível cônjuge. Comentei, certa vez, sobre a história de Suzana com um rapaz de 25 anos, negro, estudante no Brasil, destacando o discurso de Margarida, que dizia não querer que a filha se casasse com caboverdiano. O rapaz, então, imediatamente perguntou-me como era a moça. Pediu que eu a descrevesse - cor e cabelo. Explicou sua curiosidade dizendo que, geralmente, as mães não querem que as filhas se casem com *pretu di kabelu bedju*²¹, principalmente se a filha tiver pele clara. No caso de Suzana, a cor da pele não foi um fator de destaque na apreciação da família da moça sobre Gustavo, mesmo porque a moça era “mais escura” que o rapaz em questão, o que favorecia este último. Mas a cor é um símbolo complexo e de forte apelo que pode influenciar implícita ou explicitamente na escolha do futuro cônjuge.

Lopes Filho (1996) ressalta que, em Cabo Verde, o conceito de “branco” assume um caráter singular. Com a acentuada ascensão econômica do mestiço, que, pouco a pouco, alterou a estratificação segundo a qual o branco ocupava o topo da hierarquia social no arquipélago, o vocábulo “branco” perdeu a noção de cor para significar posição social. De tal circunstância resultaram ditados e expressões ambíguos como “branco é quem tem dinheiro” e “branco sem cor” (: 69). A cor passa a se refletir na diferença sócio-econômica, como um símbolo. Mas é importante notar que a força do símbolo permite que ele assuma uma concretude. Se o vocábulo “branco” passou a se referir à posição social, a cor da pele, por sua vez, passa a sugerir efetivamente um determinado nível sócio-econômico. Certa vez, ao explicar o porquê de os comerciantes tenderem a cobrar preços mais elevados daqueles com a pele mais clara, um rapaz, negro, afirmou: “Aqui, todo mundo que é branco, mesmo

²¹ Preto com cabelo crespo.

que não tenha dinheiro, é rico”. Portanto, classificações de cor, que se referiam à situação sócio-econômica, rebatem novamente na cor da pele, muitas vezes efetivamente considerada na escolha do futuro cônjuge. É preciso notar ainda que gradações como “mais claro” e “mais escuro”, utilizadas em Cabo Verde para a definição da cor (ou da situação sócio-econômica), variam conforme o referencial e, assim, interferem nas trocas matrimoniais de diferentes formas em contextos diversos.

O relacionamento entre Suzana e Gustavo enfrentou também, logo de início, o obstáculo colocado pela família da moça por considerar o rapaz muito pobre para ela (um “rico sem dinheiro”, como sugere a discussão acima), apesar de a mesma enfatizar continuamente a importância de seu sentimento por ele. A situação financeira de Gustavo ia contra os projetos de expansão do capital material da família, que, apesar de desfrutar de uma boa situação financeira, contava apenas com a pensão que recebia após a morte do pai. Precisavam de alguém que possibilitasse a manutenção da posição de prestígio que haviam alcançado. Além disso, a situação econômica de Gustavo também levantava suspeitas sobre as reais intenções do rapaz. Margarida insistia em dizer que Gustavo não gostava da filha, apenas dos bens que ela possuía. Essa experiência vivida por Suzana e sua família evidenciou uma situação de conflito entre outros dois critérios de grande importância na escolha do futuro cônjuge: o aspecto material da troca matrimonial e o sentimento dos indivíduos envolvidos. Este confronto de valores surgiu em diversos momentos do processo de construção do projeto de Suzana, assumindo um caráter bastante ambíguo. Se Margarida, por um lado, denunciava a falta de uma disposição afetiva por parte do rapaz, que estaria interessado apenas nos benefícios materiais do relacionamento, por outro lado, colocava em segundo plano os sentimentos da própria filha, desprezados sempre que iam de encontro aos projetos da família.

A contradição evidenciada no caso de Suzana reflete um conflito corrente entre as sociedades africanas. A consideração explícita e prioritária do aspecto material da transação matrimonial vê-se continuamente confrontada em um contexto onde cresce com intensidade a relevância dos valores românticos. Não apenas a influência dos meios de comunicação, em filmes, novelas e músicas de amor, mas, especialmente no caso cabo-verdiano, o fluxo constante de informações e valores ocidentais que se estabelece com a emigração, têm fortalecido o amor romântico como um valor, que viria justificar uma ação com bases mais individualistas e problematizar a importância conferida aos interesses econômicos e sociais dentro do casamento. Essa situação de tensão é um ponto bastante explorado nos romances africanos contemporâneos, que muito freqüentemente abordam o confronto entre os noivados tradicionalmente arranjados e os novos e imprevistos sentimentos, como a paixão (Little, 1973: 130-131).

Ao tratar dos camponeses do Béarn, Bourdieu (1990: 160) indica que os casos onde a autoridade paterna precisa ser abertamente expressa, na organização dos matrimônios, para reprimir sentimentos individuais são circunstâncias excepcionais. Na maioria dos casos, segundo o autor, a norma mantém-se implícita porque as próprias disposições dos agentes harmonizam-se “espontaneamente” com as estruturas objetivas. O gosto é socialmente construído, em conformidade com os interesses econômicos e sociais, de tal forma que a verdade objetiva das trocas matrimoniais é continuamente camuflada pelos sentimentos, não menos verdadeiros.

Contudo, sobre o caso cabo-verdiano, é preciso ressaltar que não são apenas situações excepcionais de crise que revelam os cálculos de interesse econômico que subjazem às trocas matrimoniais. Contextos diversos podem favorecer diferentemente considerações de caráter econômico. O trabalho de Solomon (1992) revela uma interessante faceta desta questão. Realizada em um bairro da periferia da Praia - Tira Chapéu - habitado

por uma população pobre, composta em grande parte por antigos agricultores transplantados para a cidade, a pesquisa indica que, neste contexto, é possível observar uma apreciação mais explícita do critério econômico na escolha dos cônjuges. Solomon (: 125) demonstra como em Tira Chapéu as relações das mulheres com os homens estão estreitamente vinculadas a estratégias de sobrevivência. No discurso das mulheres entrevistadas, a busca por um relacionamento que melhore suas circunstâncias econômicas é abertamente enfatizada. O valor dos maridos ou *pai-di-fidju*²² é avaliado, em grande parte, conforme sua capacidade de sustentar a família. Podemos observar o ápice dessa circunstância no discurso de Sandra, uma das entrevistadas de Solomon, que afirmou: “if you have a good job, you don’t need [a man]. A man in the house just means more worries.” (: 203-204). O valor material do casamento é de tal ordem que ele se vê facilmente substituído por qualquer outro investimento capaz de favorecer a ascensão econômica da mulher. Um bom emprego seria ainda uma alternativa mais interessante por estar livre dos inconvenientes do matrimônio, especialmente da limitação imposta à independência feminina. Além disso, para quem ainda vê no casamento um valor, a melhora das condições financeiras da mulher através do trabalho fornece a ela um novo leque de possibilidades na escolha do seu parceiro. Belinha, outra entrevistada de Solomon, mostra-se intransigente ao exigir da filha que arrume um emprego seguro antes de arrumar um marido, argumentando:

I think a government job is a husband. Because today a man wants a woman who will contribute money to the house-hold... now young people want to marry someone who has a job -- they each put in their share. (...) These days men want some advantage. If she had a job, she could choose her husband -- when they both put in their share, there’s nothing to fight over. (...) So find yourselves jobs, get your peace of mind, then worry about finding a husband later. (: 204)

²² Literalmente, “pai de filho(s)”. A expressão é utilizada pelas mulheres para se referirem aos homens com quem tiveram ou ainda mantêm um relacionamento que não resultou em casamento formalizado, mas que, com elas, tiveram um ou mais filhos.

Um bom emprego transforma-se em um bom marido não apenas metaforicamente, como uma estratégia distinta para se alcançar os mesmos fins, mas também favorece uma alteração do contexto de forma a permitir que novas e melhores estratégias matrimoniais possam ser consideradas.

A comparação com o casamento não se esgota na metáfora entre o marido e o bom emprego, como pode ser observado no caso seguinte. Tereza, uma senhora de 60 anos, residente na zona rural de Santa Catarina, tem 7 filhos e nunca foi casada. Vive com duas netas e dois bisnetos. Todos os seus filhos estão *imbarkadu*²³. Tereza tem seu sustento garantido, em grande parte, pelas remessas enviadas periodicamente pelos seus filhos e sua situação é hoje admirada por muitos. Os comentários de seus vizinhos ressaltam seu sucesso: “Ela tem uma grande sorte. Ela não passava muito bem também, mas agora na sua idade, ela teve sorte, porque os filhos já apoiaram ela.” Certa vez, uma jovem senhora de 32 anos de idade, mãe de 3 filhos, impressionada com o exemplo de Tereza, perguntou-lhe se era feliz. Tereza lembrou todas as dificuldades pelas quais já passou, sem deixar de enfatizar também suas alegrias, e Vitória, a jovem senhora que a ouvia, concluiu:

Normalmente as pessoas dessa idade, como a senhora, ou são viúvas, ou são casadas. Por isso que eu estou perguntando para a senhora, porque tem muitas pessoas que falam: ‘Ah! Você tem que arranjar um marido para a velhice’. (...) Mas a senhora educou seus filhos de tal forma que hoje seus filhos que são seu marido. (...) Porque às vezes você tem marido e você passa muitas turbulências com ele, mas é casada e tem que estar com ele, tem que agüentar. Então, a senhora é feliz.

O trecho acima aponta para uma nova metáfora que equipara o marido aos bons filhos, que ajudam nas despesas da mãe. Se o casamento é concebido como uma estratégia de sobrevivência, o sucesso e a generosidade dos filhos para com a mãe podem ser

²³ Literalmente, “embarcados” - a expressão descreve a condição daqueles que emigraram. Vale notar como o termo sugere a origem náutica do crioulo cabo-verdiano. A *teoria da linguagem náutica* é uma entre várias hipóteses sobre a gênese dos pidgins e crioulos. Tendo a grande maioria dos crioulos conhecidos surgido no contexto das grandes navegações, alguns autores explicam certas peculiaridades destas línguas relacionando sua formação ao jargão náutico utilizado pelos marinheiros portugueses, ingleses, franceses, espanhóis e holandeses para comunicarem-se entre si (cf. Couto, 1996: 194-195).

percebidos como um possível substituto para o primeiro. E esta alternativa aparece, novamente, com a vantagem de não envolver as diversas dificuldades da relação entre marido e mulher.

A opção pela construção de uma família sem a presença do marido-pai, como foi o caso das duas mulheres descritas acima, é bastante comum em certos setores da sociedade cabo-verdiana. Uma mulher pode se relacionar com um homem e ter com ele um ou mais filhos, sem que necessariamente vivam juntos. O homem passa a ser seu *pai-di-fidju* e a relação entre eles é socialmente respeitada, embora não tenha o prestígio de um casamento formalizado e não implique obrigações claramente estabelecidas por parte do pai da(s) criança(s). Uma mulher pode ainda ter, e freqüentemente tem, mais de um *pai-di-fidju*.

Esta opção resulta, certamente, em uma série de dificuldades enfrentadas pela mulher para a criação e sustento de todos os seus filhos sem que se possa contar com a garantia de auxílio por parte do(s) *pai-di-fidju*. Exemplo disso é a situação vivida por Laura, uma mulher de 30 anos, mãe de dois filhos. Seu *pai-di-fidju* emigrou para Portugal e nunca deu notícias. Trabalhando como recepcionista, Laura sustenta seus filhos, com muita dificuldade. Mora em um bairro humilde da Cidade da Praia, na casa de sua mãe, que a ajuda na criação das crianças. Laura não se mostra satisfeita com sua situação, reclamando freqüentemente, amargurada: “Eu sou pai e sou mãe. Sou tudo”.

Embora experiências como a de Laura sugiram a ausência de um planejamento consciente da situação, que poderia ser melhor compreendida como uma resposta a uma série de possíveis problemas - gravidez indesejada, desemprego (tanto do pai quanto da mãe), falta de obrigação social por parte do pai, etc. - é possível que a constituição de uma família sem a presença do marido-pai seja uma alternativa conveniente em contextos específicos. Finan e Henderson (1988) enfocam a questão da alta incidência de mães-

solteiras²⁴ em Santiago sugerindo como hipótese que o fenômeno não é exclusivamente uma consequência da emigração masculina, mas também da falta de oportunidades econômicas para as mulheres das camadas mais carentes da população rural. Segundo os autores, o desequilíbrio na composição sexual da sociedade implica certamente uma diminuição do número de maridos em potencial, mas não requer necessariamente a emergência de mães-solteiras. Ainda, há uma série de fatores que poderiam desestimular a ocorrência do fenômeno. Além das dificuldades econômicas enfrentadas, há a reprovação da Igreja Católica, muito influente no meio rural. Criar filhos fora do casamento transforma-se também em uma condição que torna as possibilidades de futuros casamentos muito remotas. Mas todos estes obstáculos não impedem o crescimento do número mães-solteiras no arquipélago.

Finan e Henderson sugerem que a carência de alternativas econômicas para as mulheres, que têm pouco acesso ao mercado de trabalho fora da agricultura, é reconhecida pelas mesmas e considerada nos seus processos de decisão. Uma vez aceita a estratégia de sobrevivência baseada na agricultura, o estabelecimento de uma família apresenta-se como uma necessidade. Individualmente, as mulheres não têm capacidade de realizar todo o trabalho agrícola, o que se torna possível com a ajuda dos filhos, que auxiliam também na manutenção da unidade doméstica.

(...) rural Santiago society survives on family-oriented cooperation, not individual initiative. It is in Geertzian terms, a society based on the 'sharing of poverty.' To manage one's life as an individual is as culturally unconvincing to a single woman as it is economically unwise. (: 100)

Ainda, ter filhos pode representar a garantia de auxílio na velhice, como foi o caso da senhora Tereza e seus filhos emigrantes. Segundo os autores, aproximadamente metade

²⁴ Os autores ressaltam que o crioulo cabo-verdiano não possui uma categoria para designar esta instituição, limitando-se, portanto, ao uso da expressão portuguesa “mãe-solteira”.

das mães-solteiras com filhos adultos têm filhos emigrados, e cerca de 40% destas pessoas mandam remessas de dinheiro para seus familiares em Cabo Verde (: 100).

O argumento de Finan e Henderson, portanto, fundamenta-se na idéia de que a formação de famílias, mesmo sem a presença do marido-pai, é uma estratégia de sobrevivência na zona rural de Santiago, um contexto de grande escassez econômica. É preciso ressaltar, porém, que o argumento econômico não esgota as possibilidades de explicação do surgimento de um número elevado de mães-solteiras nessa sociedade, inclusive fora do meio rural. A construção da família fora do casamento formalizado e até mesmo do “viver junto” pode favorecer o acesso a uma situação valorizada por algumas mulheres cabo-verdianas, como sugere o caso seguinte.

Vitória, a jovem senhora que via em Tereza um exemplo a ser seguido, orgulha-se de sua própria situação. Sustentando seus três filhos com um bom emprego em uma ONG, Vitória gaba-se de suas conquistas:

Eu sou muito orgulhosa, tenho muito orgulho de ser independente. Tenho meu emprego, tenho meus pais e quero dar para os meus filhos a educação que recebi dos meus pais. Tenho muito orgulho de poder dizer que tenho minhas coisas e dos meus filhos. Por exemplo, minha televisão é minha e dos meus filhos. Não quero arrumar nenhum homem para tomar ela de nós.

A independência feminina é uma qualidade muito valorizada por mulheres como Vitória. As dificuldades enfrentadas na criação dos filhos sem a ajuda paterna são muitas e a pressão continuamente exercida pela sociedade a favor da realização do casamento também se mostra como um obstáculo para a manutenção de uma família sem a presença do marido-pai. Como ressaltava Vitória: “(...) tem muitas pessoas que falam: ‘Ah! Você tem que arranjar um marido para a velhice’.” Mas apesar de todos estes problemas, a possibilidade de “fazer sua própria vida”, sem depender de ninguém, podendo criar seus filhos como achar mais conveniente e sentir-se responsável por eles e por si mesma, são idéias valorizadas que

fazem desta prática social uma opção de grande importância, não apenas por suas vantagens econômicas.

No que se refere às várias possibilidades que se colocam frente às famílias de Santiago na elaboração de suas estratégias matrimoniais, é fundamental considerarmos ainda outra opção: a escolha de um parceiro que já tenha relacionamento conjugal com outra(s) mulher(es). Esta não é, certamente, uma alternativa facilmente aceita em muitos setores das sociedades cabo-verdiana. Os pais não gostam que suas filhas se juntem a homens que tenham outra(s) mulher(es). No entanto, os constrangimentos sociais e culturais que limitam as possibilidades de realização do matrimônio fazem de alternativas que antes não eram aceitas opções a serem consideradas. Seu Augusto, por exemplo, um morador de um bairro de classe média da Cidade da Praia, via no seu vizinho, Ricardo, um rapaz de 30 anos de idade com um bom emprego no governo, um excelente candidato para se casar com uma de suas 4 filhas. Seu Augusto incentivava abertamente o relacionamento entre eles, até descobrir que o rapaz tinha uma outra mulher fora do país e que pretendia trazê-la para com ele viver em Cabo Verde. A reação de Seu Augusto foi imediata, passando a tratar friamente o rapaz que antes procurava agradar e conquistar. Pude acompanhar apenas até este ponto a relação entre Ricardo e Seu Augusto. A tendência, porém, é que as dificuldades para se encontrar o melhor candidato, como espera o pai das moças, façam de Ricardo, se não mais o ideal, a possibilidade mais viável dentro de um determinado contexto. Exemplo disso é o discurso de uma moça residente em um bairro humilde da Cidade da Praia, com 23 anos de idade, que não hesitou ao afirmar, empolgada, que tinha muita vontade de se casar, mas acrescentou: “Os homens é que não gostam de casar. E como as mulheres querem ficar junto deles, acabam aceitando.”

Situações como esta não são comuns apenas em Cabo Verde. Estudos realizados em outras sociedades africanas, bem como em sociedades crioulas do Caribe, revelam a

freqüente adoção do concubinato frente a ausência de melhores alternativas. Trajano Filho (1998), em um estudo sobre a sociedade crioula da Guiné-Bissau, aponta para a existência de uma forte tendência poligínica, que aparece sob a forma do costume *kasa dus* (literalmente, “casa dois”). O costume, que se refere a relações conjugais com mais de uma mulher, é o resultado de uma negociação entre princípios contraditórios - lusitanos e africanos - que participaram da formação dessa sociedade crioula. A valorização simultânea do casamento monogâmico e da expansão do número de pessoas que determinado indivíduo tem como parentes, dependentes e clientes resultou na adoção desse costume, que é, ao mesmo tempo, sujeito a críticas negativas extremas e a perspectivas positivas e favoráveis, a depender do gênero e da condição social da pessoa que emite a opinião. Trata-se de uma grande variabilidade de valores que regulam, de alguma maneira, essa prática social, reforçando a ambigüidade característica das sociedades crioulas. Por outro lado, o costume *kasa dus* é também uma resposta à assimetria na distribuição sexual na Guiné, o que se assemelha à situação cabo-verdiana. A falta de homens e, principalmente, de homens “apropriados” para o casamento, leva a uma aceitação relativa do concubinato dentro da sociedade guineense. Como em Cabo Verde, para boa parte das mulheres, essa não é a prática conjugal ideal, mas pode aparecer como a prática mais viável dentro do mercado matrimonial.

Smith (1996), trabalhando com famílias das Índias Ocidentais, também enfatiza esse caráter de inevitabilidade do concubinato, que substitui o casamento legal, idealizado, para as mulheres que acreditam não serem capazes de obter nada melhor.²⁵ Numa análise das transformações no casamento na Nigéria, Karanja (1987) também aponta para essa forma alternativa de união expressa na curiosa distinção realizada pelas mulheres nigerianas, que dicotomizam os homens em “*Mr. Right*” e “*Mr. Available*”.

²⁵ Para uma análise do concubinato como alternativa para mulheres de classe baixa na sociedade cubana, cf. Martinez-Alier (1992).

É preciso ressaltar, porém, que a união com um homem que tenha outras mulheres torna-se aceita não apenas porque assume um caráter de inevitabilidade. Essa prática social pode mesmo se apresentar como uma alternativa conveniente para muitas mulheres, desde que sejam respeitadas algumas condições de grande importância para elas. Marcos, um cabo-verdiano de 36 anos de idade, é emigrante e leva sua vida dividido entre três países: Holanda, Portugal e Cabo Verde. Em cada um deles tem uma mulher e filhos. Marcos comenta abertamente sobre suas várias famílias e é bastante explícito quanto às condições que devem ser cumpridas para a manutenção desta situação:

Tenho que circular para poder dar atenção às minhas famílias. Tento dar atenção a todas, mas é difícil. Fico exausto... Se eu não der atenção a todas elas, estraga. (...) As mulheres aqui não se importam. Se você continuar dando atenção a elas, tudo bem.

Ter que dividir o marido com outra(s) mulher(es) não se torna um grande problema uma vez que se continue recebendo sua atenção. A presença do marido, sua participação nos assuntos familiares e, principalmente, o sustento da família são, para muitas mulheres, condições para uma boa união conjugal. O relacionamento aparentemente pacífico com suas *kumborsas*, as outras mulheres do seu marido, pode ser até mesmo importante para a construção de uma imagem respeitada da mulher na comunidade (cf. Solomon, 1992: 179-180). Os conflitos começam a surgir apenas quando esse homem não se mostra capaz de realizar todas as suas obrigações. Solomon (: 127) destaca a explicação de uma de suas informantes por ter deixado seu *pai-di-fidju*, com quem vivia há 20 anos, apontando para os principais distúrbios que surgem quando o companheiro se relaciona com outras mulheres:

It's great if it doesn't matter to you if your husband has other women. Normally, it really doesn't matter to me. But you can say it doesn't matter to you, but it has to matter. Because he gets paid and doesn't come home with the money; he takes part of it here and part of it there. It doesn't work. (...) If he once gave money in one way, and then starts giving it another way, it's because already the thing is not working.

If he continues to give the way he gave before, fine, but it doesn't work for him to give that way. He has to split it to give to that other woman.

Especialmente entre as camadas mais carentes da população, esta questão se torna um problema freqüente. Muitos homens nunca ajudaram suas várias mulheres no sustento da casa e, muito provavelmente, não têm condições para fazê-lo. As dificuldades econômicas impedem que este homem sustente satisfatoriamente todas as suas famílias. Ana, uma funcionária de uma organização de mulheres, comenta ironicamente: “Os maridos não sustentam todas as suas mulheres. Só se for um homem muito rico e querendo fazer assistência social... [risos]”.

Embora as reclamações referentes às relações de caráter poligínico freqüentemente incidam sobre questões de cunho econômico, quando as várias mulheres de um homem manifestam descontentamento quanto à distribuição da renda do mesmo, há também outras formas de competição, que aparecem de maneira menos explícita, entre as *kumborsas*. Já foi ressaltada aqui a disputa pela “atenção” do marido, uma categoria mais abrangente, que inclui muito mais do que a participação do homem no sustento da casa, além de se apresentar de maneira menos definida, com uma certa fluidez. Um agrado, um telefonema, a preocupação com os assuntos familiares, assim como a participação do marido na criação dos filhos, são todos fatores que demonstram, em conjunto, essa “atenção”. Mas há ainda uma forma de competição que perpassa todas essas outras. Ao longo das inúmeras conversas com diferentes mulheres, pude perceber que dificilmente uma delas apresentava a si mesma como a *rapariga*, a segunda mulher de um certo homem. Com grande freqüência apresentava-se como a esposa principal de um homem que, eventualmente, poderia ter outras mulheres. Mas essas mesmas mulheres desfrutavam de condições bastante diversas. Esmeralda, por exemplo, encontrava-se casada legalmente com um emigrante que, na Holanda, tinha outra mulher, com quem vivia a maior parte do tempo. Para Esmeralda,

porém, ela própria era, certamente, a esposa principal. Já Amália havia vivido vários anos com seu companheiro que, só mais tarde, viria a emigrar e se casar com outra mulher em Portugal. Mesmo reconhecendo a precedência legal da outra mulher, Amália não deixava de se ver como a esposa principal. Contrastando com as duas últimas, Marta sabia não ser a primeira mulher de seu companheiro, nem cronológica, nem legalmente. Antes de passarem a viver juntos, ele já havia se casado legalmente com outra. Como esta outra estava distante, porém, e ela própria era quem vivia a maior parte do tempo com ele, Marta também se julgava a esposa principal. O fato é que, de alguma maneira, Esmeralda, Amália e Marta, e diversas outras mulheres como elas, constroem a si mesmas como a primeira esposa, a principal entre todas as suas *kumborsas*, adotando critérios diversos e manipulando esses critérios de forma a favorecer sua condição.

“Ser o(a) primeiro(a)” é um valor fundamental não apenas neste contexto, mas na totalidade das sociedades africanas. A senioridade é um princípio organizacional comum ao idioma africano como um todo. Embora esteja vinculado sobretudo à idade, podemos pensar este princípio de maneira muito mais ampla. Trata-se não apenas do mais velho, mas também do primeiro filho, da primeira mulher, do primeiro a chegar ou simplesmente do primeiro a trazer alguma novidade.

Kopytoff (1987), em um estudo sobre a ocupação do continente africano através do “processo de fronteira” e a perpetuação de uma cultura política pan-africana, indica a relevância da senioridade para estas populações. O princípio da precedência, expresso na distinção hierárquica entre “*firstcomers*” e “*latecomers*”, está intimamente vinculado à legitimação da autoridade numa determinada região. O significado da precedência, porém, pode ser continuamente redefinido, em termos culturalmente aceitáveis. Como ressalta Kopytoff (: 56), a precedência não é um fato absoluto de cronologia. Os eventos do

passado podem apresentar significados diversos, e é justamente esta ambigüidade que possibilita sua manipulação:

One could be 'first' and 'senior' in a variety of ways (through age, achievement, length of residence, precedence in initiation, etc.) and in a variety of contexts (such as the kin group, the settlement, an age-set, a civic society, a cult group, etc.). The multifarious semantics of seniority allowed considerable room for 'sliding' from one context to another and for argument as to which context was the cause and which the consequence. (Kopytoff, 1987: 58)

De forma análoga, as mulheres cabo-verdianas que se relacionam com homens que têm mais de uma mulher se utilizam desta ambigüidade semântica do princípio da senioridade para favorecer situações diversas. O casamento oficializado, o relacionamento mais antigo ou mesmo o maior tempo de convivência, são todos critérios culturalmente aceitos que, em diferentes contextos, podem construir a precedência de uma *kumborsa* sobre as outras. Portanto, se a união conjugal com um homem que se relaciona com outras mulheres não é uma alternativa ideal, mas muitas vezes necessária, a solução é manipular a situação de forma a amenizá-la e/ou a colocar a si e à sua família numa situação vantajosa em termos de prestígio. Aceita-se “dividir o marido”, mas não se aceita dividir sua “atenção”, além de construir a si própria como a esposa principal, detentora de uma posição privilegiada dentro da relação poligínica.

A análise das diversas estratégias adotadas por cada família e cada indivíduo para maximizar os ganhos com a troca matrimonial revela, portanto, uma série de alternativas orientadas por valores diversos, que, inúmeras vezes, apresentam-se de forma conflitante. O valor do casamento contrapõe-se ao da independência feminina; a importância das vantagens econômicas da troca matrimonial contrapõe-se à ênfase nas inclinações afetivas; e o próprio prestígio conferido à exclusividade matrimonial contrapõe-se a uma valorização da precedência, o “ser o(a) primeiro(a)”, que só pode ser pensada dentro de uma situação relacional, em comparação com outras mulheres. Todas estas contradições refletem a

própria história da formação da sociedade cabo-verdiana, nascida no encontro de sociedades diversas. A pluralidade de origens destes valores, portugueses e africanos, conforma uma situação marcada pela ambigüidade. Contudo, mesmo que se mostrem muitas vezes contraditórios e outras tantas complementares, estes valores organizam de alguma maneira a diversidade de práticas matrimoniais encontradas nos contextos urbano e rural de Cabo Verde.

Holandês-Cabo-verdiano-*Badiu*

A elaboração de estratégias matrimoniais perpassa julgamentos fundados em diversos critérios, entre os quais se inclui a localização do candidato a cônjuge dentro de uma complexa estrutura que define os limites externos e internos da sociedade cabo-verdiana. Todo casamento é, em alguma medida, endogâmico e exogâmico. Complexas, porém, são as definições de quem é o “outro” com quem não se casa, quem é o “outro” com quem se casa e quais são aqueles considerados parte do grupo endogâmico, ou seja, parte do “nós”, com os quais podemos/devemos casar. Essas distinções indicam os tênues limites que compõem a estrutura social, sugerindo importantes questões de caráter identitário. A análise das estratégias matrimoniais realizada sobre o pano de fundo da temática da identidade se mostra particularmente relevante em Cabo Verde, uma sociedade crioula, onde concepções de identidade se apresentam de maneira bastante ambígua e, conseqüentemente, sujeitas a manipulações. É com o intuito de sugerir possíveis caminhos para se pensar essas questões que abordo agora a configuração das estratégias matrimoniais conforme as preferências referentes à origem dos candidatos a cônjuge.

Margarida, na construção do projeto matrimonial de sua filha Suzana, afirmou explicitamente que “homem cabo-verdiano não é homem para sua filha” e aconselhou a

moça a emigrar porque, “lá fora”, iam aparecer muitos homens para ela. Permanece obscura, porém, a consideração de quem seriam esses homens “lá fora” considerados ideais para um relacionamento conjugal com a moça. A análise de mais alguns casos onde a escolha do(a) parceiro(a) sugere questões de caráter identitário pode apontar para uma importante discussão a esse respeito.

1) Lino é um rapaz cabo-verdiano que estuda no Brasil. É o último filho de uma grande família de classe média. Como se dá, em geral, com aqueles que partem para estudar no exterior, Lino é ansiosamente aguardado pelos familiares que planejavam o seu retorno, quando o rapaz, já capacitado, poderá arrumar um bom emprego. No Brasil, Lino namorou, certa vez, uma brasileira, mas sua mãe, ao saber do relacionamento do filho, não aprovou a idéia. Segundo ele próprio, a mãe “ficou com o pé atrás”. Para o rapaz, sua mãe tinha “medo de perder o filho”, medo de que ele não quisesse mais voltar para Cabo Verde. A mãe, no entanto, aceitou melhor o relacionamento quando descobriu que a namorada de Lino era brasileira, mas era filha de pais cabo-verdianos.

2) Kukoia, originária de uma família humilde, emigrou aos 18 anos de idade para os Estados Unidos, onde já se encontrava outra irmã emigrante. Naquele país, casou-se com um jamaicano e teve um filho. De volta a Cabo Verde, juntamente com o marido e o filho, precisou enfrentar as críticas de sua mãe, que não aceitava com bons olhos o casamento da filha. Contudo, a mãe orgulhava-se por ter um neto *merkano*²⁶. Repetia inúmeras vezes aos vizinhos: “*Kel li é merkano. Tem passaporti merkano.*”²⁷ Quanto ao genro, ela assumia sua nacionalidade jamaicana, mas não deixava de ressaltar que ele havia morado muitos anos

²⁶ Americano.

²⁷ “Esse aqui é americano. Tem passaporte americano.”

nos Estados Unidos e que a família dele era jamaicana, mas que moravam todos nos Estados Unidos – mãe, pai, irmãos, avó, etc.

3) Artur era um bonito rapaz, morador de um bairro humilde da Cidade da Praia, que nunca havia saído de Cabo Verde. Arrumou um emprego em um hotel de luxo e lá conheceu uma jovem francesa, branca, funcionária de uma ONG, que estava no arquipélago a trabalho. Os dois iniciaram um relacionamento e viveram juntos por alguns meses. A moça retornou para a França e lá esperava por Artur para se casarem e juntos viverem no país. A francesa não era a única estrangeira com quem Artur já havia se envolvido. Sobre sua preferência por estrangeiras, o rapaz comentava: “As cabo-verdianas não servem para mim. Elas são interesseiras, só pensam no lado material... Não há sentimento. As cabo-verdianas só querem andar bonitas, com um cabelo impecável e uma roupa maravilhosa. As estrangeiras não... O modo de pensar é outro.” Perguntei a ele se imaginava a si mesmo casando-se com uma “africana”. De forma meio insegura, respondeu: “Africana mesmo? Não sei... nunca pensei. A gente não conhece muitas aqui.” Já sobre seu relacionamento com a francesa, era bastante explícito ao ressaltar que não podia desperdiçar a oportunidade de casar-se com ela. Afirmava: “Agora que subi a escada, não posso cair para trás.” Apenas esperava notícias da moça que já organizava a documentação para o casamento na França.

As três pequenas histórias acima, juntamente com a de Suzana, vão configurando um quadro bastante singular sobre as estratégias matrimoniais destas famílias. Os discursos de Margarida e Artur são bastante explícitos ao qualificar negativamente o casamento com cabo-verdiano(a). No entanto, enquanto Margarida não deixa clara sua preferência, encoberta pela ampla categoria dos “homens lá fora”, Artur afirma enfaticamente seu

projeto de casar-se com uma francesa. As diferenças na posição social dessas duas pessoas podem indicar as razões dessa divergência.

Vindo de uma família muito humilde, o casamento com uma francesa representa para Artur uma excelente estratégia de ascensão social. Não apenas implica a sua própria condição de legalidade na França, mas também abre todo um universo de possibilidades para sua família, podendo contar com um membro no exterior, que pode atuar como uma ponte para novas emigrações. O casamento com uma estrangeira, especialmente uma francesa, representa para Artur e sua família, sobretudo, um importante símbolo de *status*. O rapaz, que a princípio acusa as cabo-verdianas de “interesseiras”, é ele próprio bastante claro quanto às vantagens de que pode usufruir com esta transação matrimonial ao afirmar: “Agora que subi a escada, não posso cair para trás.” A expressão por ele utilizada faz referência explícita a uma situação de ascensão, que pode ser pensada tanto em termos econômicos quanto sociais. Ainda, o casamento com uma estrangeira apresenta-se de forma indispensável para Artur tendo-se em vista suas outras alternativas. Como afirma Bourdieu (1977: 57), um casamento particular só tem sentido em relação à totalidade de possibilidades matrimoniais simultâneas. No caso de Artur, essas possibilidades são muito limitadas, uma vez que suas condições de vida em Cabo Verde dificultam a existência de outras opções de bons casamentos. Isso se vê refletido na sensação de impotência de Artur frente as mulheres cabo-verdianas, que, ao considerar o aspecto material da troca matrimonial, diminuem as chances de um rapaz advindo de uma família muito pobre de corresponder às suas demandas.

É importante que se torne claro, porém, que todas essas vantagens do casamento com um(a) estrangeiro(a) se apresentam em um contexto bastante específico. Embora não seja muito difícil encontrar esse tipo de união em Cabo Verde, especialmente levando-se em

consideração a frequência com que os cabo-verdianos entram em contato com estrangeiros, para muitas famílias esse não é exatamente o ideal de relação conjugal.

A depender da posição social de uma determinada família, sua expectativa quanto a seus membros pode diferir profundamente. Ao contrário de Artur, a mãe de Lino, por exemplo, não apoiou o relacionamento do filho com uma brasileira porque temia o distanciamento do rapaz em relação a seus parentes e, provavelmente, temia perder a oportunidade de construir uma nova aliança em Cabo Verde. Como neste caso, muitas outras famílias esperam que seus membros (ou ao menos algum deles) permaneçam por perto. Mesmo que haja a necessidade de partir para o exterior - para concluir os estudos, por exemplo - espera-se ansiosamente por seu retorno. A opção pela construção de uma vida fora do arquipélago (e provavelmente fora da comunidade cabo-verdiana, como veremos logo abaixo), em consequência do casamento com estrangeiro, pode ir contra o projeto traçado por uma família para seus membros.

O estudo de Monteiro (1997) sobre a comunidade cabo-verdiana na Itália sugere que os casamentos com estrangeiro, embora tenham alcançado 38,8% dos matrimônios registrados na Embaixada de Cabo Verde em Roma entre 1977 e 1996 (: 382), não são muito bem aceitos pela Comunidade. O discurso apresentado por muitos cabo-verdianos emigrados é que as mulheres cabo-verdianas casadas com italianos isolam-se e distanciam-se da Comunidade. Como ressalta o autor,

Na realidade, verifica-se um tendencial afastamento das cabo-verdianas casadas com italianos em relação à comunidade de pertença, pela pressão que lhes é exercida, seja da parte do marido, ou da família deste. Depois de casadas com italianos, muitas abandonam o trabalho e ficam em casa e, sendo pouco o dinheiro do marido, deixam de enviar remessas a Cabo Verde, cortando a ligação não só material, mas sobretudo afectiva com o país. (Monteiro, 1997: 386)

Monteiro enfatiza ainda que, não apenas a cabo-verdiana casada com italiano tende a se isolar, mas a própria Comunidade também demonstra um fechamento geral em relação ao

cônjuge ou candidato a cônjuge estrangeiro, que é visto com desconfiança (: 387). O casamento com um estrangeiro pode representar, portanto, em muitos contextos, uma quebra da regra de endogamia definida em relação aos limites da diáspora cabo-verdiana.

Outra importante questão a ser considerada no que se refere à aceitação do casamento com estrangeiro é a nacionalidade do candidato a cônjuge. A experiência de Kukoia, relatada acima, revela claramente as disparidades na apreciação de procedências diversas. Enquanto a nacionalidade norte-americana do neto representou para a mãe de Kukoia um motivo de orgulho, marcando sua diferença em relação aos vizinhos, o fato de seu genro ser jamaicano foi fonte de conflitos na família. A mãe de Kokoia sentiu a necessidade de reelaborar continuamente a condição de seu genro, ressaltando a longa vivência do rapaz e sua família em terras norte-americanas.

O casamento de um cabo-verdiano com uma pessoa originária de algum outro país africano coloca um problema ainda maior. Artur, que não hesita ao expor sua preferência por estrangeiras, mostra-se mais incerto quanto ao casamento com africanas: “Africana mesmo? Não sei... nunca pensei. A gente não conhece muitas aqui.” Embora o discurso do rapaz sugira apenas uma indiferença quanto a esse tipo de casamento, em muitas outras situações a negatividade com que são vistos é explícita. A repreensão quanto à união conjugal com alguém de nacionalidade africana é bastante generalizada, inclusive no que se refere aos nativos da Guiné-Bissau, país que esteve em contato estreito com o arquipélago durante séculos.

Esta questão está intimamente vinculada à maneira como os cabo-verdianos pensam a si próprios em relação ao continente africano. Cabo Verde é concebido em descontinuidade com a África. Os originários do continente são chamado no arquipélago de “africanos”, termo este que, em geral, não inclui os cabo-verdianos. São ainda denominados, pejorativamente, de *mandjaku*. Embora este último termo esteja originalmente relacionado a

uma etnia africana particular, em Cabo Verde ele assume um caráter generalizador: “Aqui todo africano é *mandjaku*”. Além de permitir uma generalização do “outro”, a expressão possibilita ainda uma unificação da própria população cabo-verdiana, construída no contraste com os africanos do continente: “Somos todos diferentes, mas os *mandjaku* são mais diferentes”. Se a pluralidade cultural é sentida com intensidade no arquipélago, o povo cabo-verdiano se unifica ao se estabelecer a comparação como o outro “africano”. E a resposta a essa comparação reforça sempre o contraste entre as duas partes: “Não temos muito em comum”.

Da mesma forma que os cabo-verdianos se pensam em oposição ao *mandjaku*, o arquipélago, desvinculado do continente, é pensado muito mais em termos de sua localização atlântica: “Nós somos um país do Atlântico. Somos um povo das ilhas.” Esse discurso aparece com grande frequência em diversos setores da população cabo-verdiana. Da elite às camadas mais pobres da população rural de Santiago, a mesma idéia se repete: “Não somos Europa, nem somos África. Somos Atlânticanos.”

A partir dessa breve exposição sobre a questão identitária dos cabo-verdianos em relação aos seus vizinhos do continente, torna-se compreensível sua atitude frente aos casamentos com pessoas de outras nacionalidades africanas.²⁸ Embora essas uniões conjugais não sejam absolutamente censuradas, ocorrendo algumas poucas vezes, a reação a elas é sempre bastante negativa. O *mandjaku* apresenta-se como o “outro” com quem não se deve casar. A diferença colocada entre cabo-verdianos e “africanos” deve ser mantida e até

²⁸ A discussão sobre a relação entre Cabo Verde e o continente africano coloca uma questão de grande complexidade. É preciso levar em consideração nesse debate muito mais do que os discursos atuais sobre essa relação, mas principalmente questões de caráter histórico. A posição assumida por Cabo Verde frente às outras populações africanas ao longo de séculos de contato entre o arquipélago e o continente construiu a base que fundamenta discursos como os aqui citados. A complexidade e a relevância dessa discussão não é, de forma alguma, subestimada no presente trabalho. Contudo, está além dos objetivos aqui propostos. A temática é aqui tratada muito brevemente apenas para que possa dar sentido à concepção cabo-verdiana do casamento com “africanos” dentro da discussão sobre estratégias matrimoniais.

mesmo reforçada evitando-se esse tipo de relação conjugal.²⁹ Já o casamento com os outros estrangeiros, pensados dentro de uma categoria também ampla, pode ser favorável, como vimos, em algumas circunstâncias específicas. Tanto a posição social do(a) cabo-verdiano(a) em questão e a história de casamentos na sua família, quanto a nacionalidade do(a) candidato(a) a cônjuge interferem no julgamento sobre as vantagens e desvantagens dessa troca matrimonial. De maneira geral, porém, podemos sugerir que, sendo também um “outro”, o “estrangeiro” apresenta uma situação de incerteza e insegurança. Como afirma Lino sobre a reação de sua mãe, o namoro do filho com uma brasileira deixou-a “com o pé atrás”. Mas ao contrário da relação com o “africano”, o casamento com um “estrangeiro”, especialmente se europeu ou norte-americano, pode apresentar uma série de vantagens para algumas famílias.

Se esse quadro construído a partir das histórias aqui analisadas indica que o casamento com estrangeiro não é o ideal de união conjugal, mesmo que favorável em algumas circunstâncias, permanecesse ainda a questão de quem seriam os homens (ou mulheres) “lá fora” aos quais se refere a mãe de Suzana. Os dois casos abaixo podem sugerir uma possível resposta para essa questão.

1) A família de Armando é originária da Ilha do Fogo. Apenas ele, a mãe e duas irmãs permaneceram no país, enquanto todos os outros membros da família, inclusive seu pai, emigraram para a Angola. Os irmãos e irmãs, fora do arquipélago, casaram-se todos com cabo-verdianos também originários da Ilha do Fogo.

²⁹ Vale observar que, contrapondo-se à visão cabo-verdiana sobre o casamento com “africano”, a elite da sociedade crioula da Guiné-Bissau concebe seus casamentos endogâmicos tendo como unidade social de referência a elite crioula juntamente com os portugueses e os cabo-verdianos (Trajano Filho, 1998). Trata-se de uma definição de identidade que não vê no português e no cabo-verdiano um “outro”, ao contrário do ponto de vista deste último.

2) Pedro emigrou para os Estados Unidos, onde casou-se legalmente e teve filhos. Sua esposa, embora tivesse nacionalidade americana, era também cabo-verdiana e sua família era conhecida da família de Pedro. Moravam todos no mesmo povoado em Santa Catarina. Os pais do rapaz incentivaram abertamente a relação, atentos para os benefícios que ela traria.

As histórias de Pedro e dos irmãos de Armando apontam para um padrão matrimonial bastante comum e incentivado entre as famílias em Cabo Verde. A abertura do cabo-verdiano ao exterior se traduz em uma busca por parceiros matrimoniais além das fronteiras do país. Mas não basta que o futuro cônjuge seja holandês, português ou americano. As atenções se voltam especialmente para homens e mulheres enquadrados numa categoria ambígua usualmente denominada de “holandeses-cabo-verdianos”, “portugueses-cabo-verdianos”, “americanos-cabo-verdianos”, etc. São emigrantes ou filhos de emigrantes, dispersos pelo mundo, que têm dupla nacionalidade e que podem circular com relativa facilidade entre diversos países, não apenas física mas também culturalmente. Essas pessoas atuam como mediadores ou *cultural brokers*, com capacidade para articular a ligação de Cabo Verde com o resto do mundo.

As vantagens dessa troca matrimonial são diversas. Casar-se com alguém de outra nacionalidade significa abrir as portas para a legalidade no exterior e para a possível emigração de outros membros da família. Como eles próprios afirmam: “Ter alguém na família com dupla nacionalidade é sempre uma saída.” Este casamento é ainda um símbolo de *status*, que constrói a diferença em relação àqueles que antes eram iguais. Significa ter acesso a um mundo novo, ao alcance de poucos. Tudo isso sem os riscos envolvidos no casamento com um “estrangeiro”. Trata-se, afinal, de um compatriota. O exemplo da mãe de Lino revela como a insegurança do relacionamento com uma brasileira é prontamente

substituída por uma aprovação da relação ao descobrir-se que a moça é uma “brasileira-cabo-verdiana”. Trocas matrimoniais deste tipo implicam a segurança e, poderíamos mesmo dizer, o ideal de permanecer dentro da comunidade cabo-verdiana.

A preferência por este tipo de casamento sugere uma estrutura na qual o limite que marca o grupo endogâmico são os limites da diáspora cabo-verdiana. As margens internas deste grupo constituem o lugar privilegiado onde é grande a proximidade com o tão valorizado “outro”, sem que no entanto se corte o vínculo com o “nós”. São estes os homens e mulheres “lá fora” para os quais convergem as ambições de muitas famílias cabo-verdianas. É ainda preciso ressaltar, porém, que dentro desse grande grupo formado pela diáspora configuram-se outros menores, relacionados a cada ilha do arquipélago, que também devem ser considerados na elaboração das estratégias matrimoniais. As histórias de Pedro e da família de Armando demonstram a constituição do que poderíamos chamar aqui de uma “endogamia de ilha”. As práticas matrimoniais de muitos cabo-verdianos sugerem não apenas uma restrição dos casamentos aos limites da diáspora, mas sua circunscrição ainda mais precisa aos originários (e descendentes) de uma mesma ilha. Este tipo de casamento é uma preferência expressa de maneira enfática. Armando justifica as escolhas de seus irmãos:

Lá fora, as pessoas se casam de preferência com pessoas da mesma ilha. As pessoas de Fogo se casam com as pessoas de Fogo. Muitas vezes eles já se conheciam antes da emigração ou ao menos conhecem a família ou o bairro de onde vieram.

E esse discurso se repete continuamente: “Geralmente é assim, Fogo com Fogo, Brava com Brava...”. Como o movimento oscilatório de um pêndulo, as estratégias matrimoniais procuram atender a tendências centrípetas e centrífugas. Busca-se casar “lá fora”, com um cabo-verdiano que tenha outra nacionalidade, mas que seja, ao mesmo tempo, de sua mesma ilha.

Conforme visto, as ilhas de Cabo Verde estão divididas em dois grupos: o Barlavento, que inclui Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o Sotavento, incluindo Maio, Santiago, Fogo e Brava. As relações entre as populações das diversas ilhas muitas vezes são expressas em termos da relação entre esses dois grupos, ou, mais precisamente, entre *badius* e *sampadjudus*. O termo *badiu* é hoje usualmente entendido como “gente de Santiago”. Historicamente, *badiu* era o termo que se referia aos negros livres que viviam à margem da economia e da sociedade no período escravocrata (cf. Correia e Silva, 1996: 70-71). Seu estilo de vida nômade e rebelde aos olhos dos portugueses teria lhes conferido a alcunha de *badius* (vadios). Já a população do Barlavento teria se dedicado à construção de residências fixas, cobertas de palhas (cf. Amaral, 1964: 185), de onde surgiria a expressão *sampadjudus* (“são palhudos”). Embora o termo se refira aos nativos do Barlavento, mais especificamente às pessoas de São Vicente, muitas vezes é estendido às outras ilhas, com exceção de Santiago. As relações entre *badius* e *sampadjudus* são freqüentemente hostis, sendo os nativos de Santiago e São Vicente as peças centrais deste conflito. No confronto entre as duas populações, vários outros adjetivos foram sendo acrescentados às categorias iniciais. Os *badius* são também chamados “*pé ratxadu*”³⁰. Os *sampadjudus* são insultados por termos como “*corason di barata*” e “*mufinu*”³¹, expressões que sugerem a falta de coragem para envolver-se em brigas. Os *badius* os acusam de covardes, enquanto os próprios *badius* são acusados de serem violentos. É importante notar que mesmo fora do arquipélago, entre cabo-verdianos da diáspora, esses termos ainda se mostram plenamente atuais. Em novembro de 1998, pude acompanhar na *internet*, em uma sala de bate-papo de cabo-verdianos residentes em vários países diferentes, uma discussão envolvendo a distinção entre *badius* e *sampadjudus*. O conflito teve início com o envio da seguinte mensagem:

³⁰ “Pé rachado” - A expressão, embora tenha sido inicialmente utilizada em sentido pejorativo, já possui uma conotação positiva, sendo cantada em versos *badius*.

³¹ “Coração de barata” e “mofino”.

*Min e caboverdiano mas li ness meio mim e que ta manda li. Ja tenho um grupo, anti-badios e badias, temos que lutar contra essa malta de praia, fora com eles todos, badios e badias. Viva saocent (...).*³²

Essas palavras geraram reações bastante exaltadas, tanto em apoio à mensagem original quanto em resposta, também hostil, de grupos “de Santiago”. Houve ainda uma série de reclamações, pedindo respeito e união entre os cabo-verdianos. Mas o importante aqui é perceber que a distinção entre *badius* e *sampadjudus* é muito forte e atual em toda a sociedade da diáspora.

A organização matrimonial vê-se fortemente influenciada por estes conflitos. O caso seguinte, narrado por um rapaz morador de um bairro de classe média da Cidade da Praia, revela como as escolhas de futuros cônjuges tomam em consideração questões referentes aos estereótipos de *badius* e *sampadjudus*:

Eu tenho um amigo, da Praia, que namorava uma menina de São Vicente. A família dele não gostava da menina. Diziam que ela era do Barlavento e que as mulheres do Barlavento são mais fáceis. As mulheres de Santiago são mais tradicionais. O marido pode ficar 20 anos fora e elas ficam aqui esperando.

Discursos como este se repetem entre homens e mulheres de diferentes setores da população de Santiago. Uma jovem senhora, comerciante em Assomada, também sugeriu o mesmo tipo de conflito em casamentos inter-ilhas:

Casamento de mulher de Santiago com homem de São Vicente costuma dar certo, não tem problema. Mas casamento de mulher de São Vicente com homem de Santiago não dá. As mulheres de São Vicente são mais livres, mais ousadas, saem muito.

Tais estereótipos contribuem para a tendência a realizar os casamentos entre pessoas originárias da mesma ilha, um padrão que se reproduz inclusive fora do arquipélago nas

³² “Eu sou cabo-verdiano, mas aqui nesse meio, eu é que mando. Já tenho um grupo, anti-badios e badias, temos que lutar contra esse pessoal de Praia, fora com eles todos, badios e badias. Viva São Vicente (...).”

comunidades cabo-verdianas no exterior. Mais uma vez, não basta que o candidato a cônjuge seja cabo-verdiano ou holandês, por exemplo. O ideal é que seja um holandês-cabo-verdiano-*badiu* (ou *sampadjudu*, conforme a origem do interessado).

Nesse jogo de identidades que se entrelaça ao jogo matrimonial, a principal arma é a ambigüidade. A opção pelo casamento com pessoas que partilham de uma condição identitária bastante ambígua possibilita a manipulação de sua identidade social, conforme a necessidade de cada contexto.

Bourdieu (1977) demonstra que as estratégias orientadas para as vantagens primárias de uma determinada prática são quase sempre acompanhadas de outras de segunda ordem – “estratégias oficializantes” - cujo propósito é corresponder, ao menos aparentemente, às demandas da regra oficial, transformando interesses particulares em interesses coletivos legítimos. Obedecer às regras também envolve ganhos: prestígio e respeito. O caso aqui tratado, porém, demonstra como uma única estratégia pode corresponder simultaneamente a estas duas demandas ao fundamentar-se numa situação ambígua. A estratégia matrimonial sugerida nos exemplos de Pedro e dos irmãos de Armando, casando-se com cabo-verdianos de dupla nacionalidade, atende a interesses materiais e simbólicos, vantagens imediatas do casamento com uma pessoa de nacionalidade estrangeira, sem deixar de mostrar, ao mesmo tempo, que a regra foi seguida casando-se com alguém que é parte do “nós”. Trata-se de uma prática matrimonial que joga com o poder da ambigüidade da condição social de uma determinada categoria de cabo-verdianos. É o privilégio de poder manipular a identidade destas pessoas conforme a situação, sem nunca abandonar a identificação com Cabo Verde, mas também sem se fechar ao “outro”. Manter-se no terreno do ambíguo é, portanto, a principal estratégia. Ela permite alcançar simultaneamente o prestígio da aliança com alguém de outra nacionalidade - o novo - e a segurança e o respeito do relacionamento com

o igual. Trata-se de uma negociação de valores opostos, de investidas centrífugas e centrípetas.

É preciso destacar, porém, que toda essa discussão se desenvolve na esfera da construção de ideais de trocas matrimoniais, no domínio das preferências que são expressas nos discursos e, algumas vezes, reveladas nas práticas. De fato, se nos mantivermos nesse terreno do “ideal”, podemos indicar inúmeras outras vantagens desse tipo de casamento, que não se restringem ao poder de manipulação da identidade do cônjuge. A questão identitária é apenas uma entre uma série de fatores que, juntos, fazem do casamento com um emigrante uma prática matrimonial altamente valorizada. A situação vivenciada pelos parentes do emigrante é especialmente privilegiada. Sua esposa e filhos, bem como seus pais e irmãos, partilham com ele do sucesso e prestígio advindos de sua experiência no exterior. A diferenciação social que atinge o emigrante alcança também seus parentes próximos. Mesmo que nunca tenham deixado o país em algum momento, seus familiares usufruem do prestígio advindo do distanciamento, isto é, usufruem do *status* de emigrante. As remessas de dinheiro enviadas periodicamente pelos emigrantes aos seus parentes próximos favorecem a ascensão econômica de diversas famílias, que abandonam a situação de miséria em que se encontravam, diferenciando-se de seus vizinhos, aos quais antes eram iguais. Como indica Furtado (1993),

[o casamento com emigrante] é a garantia da ausência de dificuldades económicas na constituição da nova unidade familiar e a possibilidade objectiva de ter alguém da família no exterior capaz de ser a ponte para a saída de outros que desejam emigrar. (Furtado, 1993: 146)

Casar-se com um emigrante é, sobretudo, construir um vínculo com o exterior. É poder usufruir do contato com o “outro”, com o “novo”, mesmo sem ter deixado o país. Os familiares dos emigrantes podem vivenciar as novidades que eles aportam, e que marcam continuamente a diferença em relação aos outros que a elas não têm acesso. Desde valores

mais aparentes, como uma boa casa, construída conforme padrões europeus, até outros mais sutis, como a possibilidade de assistir, antes dos outros, aos capítulos finais da novela gravados numa fita de vídeo trazida pelo parente emigrado, são diversos os fatores que marcam essa distinção. Enfim, o casamento com emigrante significa não apenas um desafogo econômico, mas principalmente um símbolo de prestígio desfrutado intensamente por aqueles que partilham dessa condição. Trata-se, em última instância, da possibilidade de inserção em um tipo de sociedade cujas fronteiras ultrapassam as do estado. Os familiares dos emigrantes usufruem das vantagens de participar da sociedade da diáspora. É por todos esses motivos que o casamento com um emigrante configura-se em Cabo Verde como um ideal para diversas famílias, colocando, inclusive, em segundo plano outros critérios de seleção do cônjuge, como nível de instrução, idade e inclinação afetiva (cf. Meintel, 1984: 115-116).

Quando trazemos a discussão para o plano da realidade observável, notamos que nem sempre todas essas vantagens caminham juntas. Por exemplo, nem todos os emigrantes que compõem a diáspora partilham da condição privilegiada de ter dupla nacionalidade, vivendo sob os riscos da ilegalidade. Ainda, muitos deles não enviam, por motivos vários, remessas de dinheiro para seus familiares. Em suma, nem todas as histórias de emigração - e, conseqüentemente, de casamento com emigrante - são histórias de sucesso. É preciso ressaltar também que o próprio casamento com emigrante pode se dar de diversas formas. Como no exemplo dos irmãos de Armando, que casaram em Angola com outros cabo-verdianos, há aqueles que emigram e, lá fora, unem-se a outro emigrante. Há também aqueles que, em Cabo Verde, casam-se com jovens já emigrados. E há ainda outros que só depois de alguns anos de casados assistem à emigração de seus respectivos cônjuges. Cada uma dessas formas de casamento implica uma situação muito diferente, com ganhos diversos. Em última instância, nem todas as vantagens do casamento com emigrante,

pensado como um ideal, estão presentes em cada situação particular. Mas pensadas em conjunto, tais vantagens fazem deste tipo de casamento uma importante alternativa. É a *possibilidade* de ocorrência de cada um desses fatores que faz dessa prática específica uma *preferência*, que, quando efetivamente realizada, nem sempre corresponde a todas as expectativas.

A separação e a espera

O casamento com emigrante, pensado como uma instituição, carrega em si algumas contradições fundamentais. São as inconsistências inerentes a essa prática social e as diversas maneiras de lidar com elas o tema desta seção. A análise, até então direcionada para o ponto de vista das famílias envolvidas nesse tipo de troca matrimonial, passa agora a enfocar o ponto de vista do indivíduo, mais especificamente, da mulher que se casa com um emigrante.

A mulher que opta por casar-se com um emigrante está fadada a permanecer a maior parte de sua vida longe de seu marido, a não ser que ela própria esteja também fora do país. Os emigrantes, predominantemente homens, na grande maioria das vezes partem deixando no arquipélago esposa e filhos. Enquanto ele se vê responsável pelo sustento da família através da remessa regular de determinada quantia de dinheiro, a mulher, em Cabo Verde, assume a posição de chefe da família, responsabilizando-se por todas as outras tarefas que, de longe, ele não pode se ocupar. Na melhor das hipóteses, a esposa receberá uma visita periódica do marido, mantendo-se distante do mesmo o restante do tempo. O caráter ambíguo desse tipo de união conjugal marcado pela separação revela suas diversas facetas nos discursos das cabo-verdianas.

Para muitas mulheres, o casamento com emigrante coloca obstáculos intransponíveis para a plena realização do matrimônio. Vitória, uma jovem senhora de 32 anos de idade, viu seu marido emigrar para a Europa após passarem vários anos juntos. Depois de viver cerca de 10 anos longe de seu esposo, cuidando sozinha de seus 3 filhos, decidiu colocar um fim no relacionamento. Refletindo sobre sua condição e a de suas amigas e parentes casadas com emigrantes, afirmou:

Quem tem marido emigrante, na verdade não tem marido. Ele pode mandar dinheiro todo dia, telefonar todo dia, que o principal... Marido emigrante é marido só de nome. Tem muita mulher que fala que tem marido emigrante mas é só para falar que tem. Na verdade, não é marido. (...) Não quero ficar com um homem que está fazendo a vida dele lá fora, com outra mulher, outros filhos, outra família.

Assim como Vitória, Madalena já teve seu marido emigrado. Hoje, porém, aos 35 anos de idade, pode desfrutar da convivência com o esposo que retornou para Cabo Verde. Madalena ressalta, igualmente, os problemas do relacionamento com um emigrante: “Não gosto que o marido emigre. (...) Casamento assim não é feliz. Casamento é para viver junto.” Como as duas anteriores, Ana, uma senhora de 40 anos funcionária de uma organização de mulheres, afirma: “A última coisa que eu seria era mulher de emigrante. Não quero ficar longe de alguém que está fazendo a vida dele lá fora.” E esse discurso não se restringe à população feminina. Armando, comentando sobre os emigrantes, também afirma: “Sustentam a casa, fazem tudo o que têm que fazer direitinho. Mas o principal... Isso para mim não é casamento.”

O casamento com emigrante carrega em si a certeza de que o cotidiano da mulher será construído longe do seu marido. A distância se coloca entre o casal como um grande obstáculo, trazendo a separação para uma relação onde, segundo pessoas como Vitória, Madalena, Ana e Armando, deveria prevalecer a união, o convívio e a intimidade. Ana não considera o casamento (legal e/ou religioso) um valor: “Já tive tantas ofertas, mas nunca

gostei de casar”. Por sua vez, valoriza profundamente a experiência de “fazer a vida junto” ao homem que escolheu para si, inclusive para que se sinta “menos dependente” do mesmo. Vitória também ressalta a dificuldade de relacionar-se com “um homem que está fazendo a vida dele lá fora”. Para ela, assim como para Armando, não basta ao marido sustentar a casa, nem um simples telefonema. É necessário tudo isso, acrescentado de um maior envolvimento, participação, preocupação e muitos outros fatores que o façam partilhar da construção de uma família, o que nos remete à noção de “atenção” já discutida anteriormente. A “atenção” do marido é fundamental para a plenitude do relacionamento.

Como sugere Simmel (1964: 119), o isolamento, pensado como uma forma de interação entre duas partes, é especialmente relevante nas relações cuja natureza baseia-se na própria negação do isolamento. Com a emigração, temos, portanto, o paradoxo de uma forma de matrimônio que conduz à separação onde, idealmente, deveria imperar o “viver junto”. O casamento com emigrante carrega em si mesmo a semente da destruição do que é, para algumas pessoas, sua característica mais elementar.

Os discursos de Ana, Madalena, Vitória e Armando estão, no entanto, vinculados a uma concepção particular do matrimônio, que se apresenta restrita a uma parcela da população cabo-verdiana. A heterogeneidade de opiniões sobre o ideal de união conjugal, orientadas por valores diversos e muitas vezes contraditórios, interfere diretamente para que o casamento com emigrante assuma um caráter ambíguo, sendo alvo de críticas negativas extremas e de grandes elogios, conforme a pessoa que emite a opinião. As inúmeras vantagens do casamento com emigrante continuam fazendo dele um ideal de prática matrimonial para parte significativa da população do arquipélago.

Clara, uma jovem de 23 anos, vinda de uma família muito pobre, sonha em casar-se na igreja e não esconde sua preferência por emigrantes. Argumenta que só assim saberá com certeza que seu marido terá condições de sustentar uma família. E esse “sonho” é

experienciado com satisfação por inúmeras mulheres. Mesmo à distância, seus casamentos se mantêm como tais. É preciso que se compreenda, portanto, quais os valores e práticas que fazem com que a separação não se coloque como um obstáculo para a realização plena destes matrimônios.

São diversos os fatores que contribuem para a conservação da união conjugal apesar da separação física imposta ao casal. A primeira questão a ser considerada é que, para muitas mulheres, a independência feminina é um valor inalienável. Neste caso, o casamento com um emigrante apresenta-se como uma estratégia altamente conveniente. Ao mesmo tempo em que se desfruta do prestígio dessa prática matrimonial, preserva-se a possibilidade de fazer sua própria vida sozinha, sem a interferência cotidiana do cônjuge.

Outro fator fundamental para a compreensão dessa prática social é o grande valor atribuído, em certos setores da população, às transações materiais. Para tais pessoas, o componente emocional, alimentado pela intimidade da relação face-a-face, não é o único, nem mesmo o mais importante, nas relações matrimoniais. A manutenção de uma rede de trocas entre o emigrante e seus familiares em Cabo Verde é a condição fundamental para a conservação da relação, o que marca um grande contraste com opiniões como a de Vitória.

A importância conferida às transações materiais nas relações interpessoais sugere a influência de valores e práticas africanos na sociedade cabo-verdiana. Como aponta LeVine (1976: 121), nas sociedades africanas, em geral, a transferência de bens (presentes, comida, dinheiro, propriedade, pessoas, etc.) é considerada explicitamente como um indicativo da qualidade das relações, especialmente as de parentesco. Segue-se desta noção particular dos objetivos e significados das interações o fato de que a separação física não é vista por estas pessoas como o fim de uma relação. As obrigações materiais podem ser cumpridas mesmo à distância. Com isso, LeVine demonstra como as relações se conservam através de longas ausências:

(...) so long as a husband provides his wife with a place to live at home, a social group (his family) to live with, a livelihood (a piece of land or some capital for trading) and a pregnancy every two and a half years, his prolonged absence for economic or educational reasons is regarded as quite tolerable. (LeVine, 1976: 132)

Tendo-se em mente estes valores, compreende-se como a família cabo-verdiana pode manter-se preservada social e psicologicamente para os seus membros, apesar das condições impostas pela emigração. Em muitas circunstâncias, inclusive, é apenas através da emigração que o homem adquire meios para cumprir com todas as obrigações materiais exigidas por seus parentes.

Outro grande motivo para que a separação não ponha fim aos casamentos com emigrantes é o fato de eles partilharem de uma dimensão extra-pessoal, não se esgotando na relação entre marido e mulher. Os parentes, especialmente familiares do marido emigrado, desenvolvem um papel central na relação entre o homem que parte e sua esposa que permanece em Cabo Verde. Eles operam como um terceiro elemento que é introduzido na relação atuando como um mediador onde a unidade não pode se dar de forma imediata.

Jorge, um rapaz de aproximadamente 30 anos, morava em Assomada e tinha uma namorada. A moça engravidou e Jorge partiu para Portugal, deixando-a na casa de seus pais. O rapaz logo arrumou um emprego no novo país e sempre mandava remessas de dinheiro para a família em Cabo Verde. O dinheiro seguia diretamente para seus pais, que, atuando como mediadores, redistribuíam-no, passando parte do mesmo para a nora. Vale dizer que a negociação era, inúmeras vezes, fonte de conflito entre nora e sogros. Torna-se claro a partir deste caso como a proximidade física dos pais do emigrante com sua esposa os faz particularmente importantes enquanto mediadores na relação do casal. Eles atuam como uma ponte que une, ao mesmo tempo em que marca a distância entre os dois.

Uma outra forma de mediação pode ser pensada quando observamos a importância fundamental dos familiares do emigrante (aqui incluindo seus pais, irmãos, esposa e filhos)

para a relação entre ele e seu país de origem. Tais pessoas atuam como mediadores que possibilitam a manutenção dos vínculos que o emigrante, mesmo distante, possui com Cabo Verde. Quando casado, sua mulher se responsabiliza pela unidade doméstica, pela criação dos filhos e pela unidade de produção, especialmente na zona rural. Ela e/ou algum outro parente próximo também assumem os negócios que o emigrante eventualmente estabeleça no país, além de contribuir para a manutenção de um fluxo de informações, de tal forma que o emigrante, mesmo estando fora, permaneça atualizado com relação aos acontecimentos no arquipélago. Estes fatores contribuem em larga medida para que a instituição “casamento com emigrante” seja uma estratégia matrimonial conveniente também para o marido em questão. A escolha de uma mulher que está em Cabo Verde como esposa pode representar um mecanismo importante para a manutenção de seus vínculos com o país.

A superação dos obstáculos colocados pela contradição básica do casamento com emigrante – a separação no matrimônio – só pode ser plenamente compreendida tendo em vista outro fenômeno fundamental na organização das famílias cabo-verdianas. O marido emigrante procura, em geral, manter um contato periódico com seus parentes no arquipélago. Embora a maior parte do tempo seja vivida no exterior, costuma realizar visitas à sua família, especialmente quando consegue legalizar-se no país que o acolheu, o que facilita seu trânsito. Além desses pequenos e constantes retornos há, ainda, a expectativa por um momento final quando se realizará seu regresso definitivo. Este se dá, normalmente, quando o emigrante já conseguiu a aposentadoria no país de acolhimento, podendo voltar a Cabo Verde com a certeza de que receberá uma pensão mensal, garantindo seu futuro e de sua família.

É importante notar, porém, que mesmo os pensionistas muitas vezes não abandonam por completo os vínculos com o exterior. Afinal, trata-se de toda uma vida construída lá fora e que não pode ser abandonada tão facilmente. Carlos, por exemplo, partiu para Portugal há

mais de 20 anos. Em todo esse tempo, voltou a Cabo Verde apenas duas vezes para visitar sua esposa e seus 6 filhos. Embora já estivesse aposentado no segundo retorno, permaneceu no arquipélago por apenas 6 meses para então regressar a Portugal. Não conseguia mais ficar por tanto tempo em seu país de origem.

Apesar de serem inúmeros os casos em que os homens não retornam, adiando sua volta infinitamente, permanece a expectativa pelo regresso. De fato, conforme foi destacado no capítulo II, o retorno é ele próprio um valor, de grande relevância tanto para aqueles que emigram, que desde o dia de sua partida sonham com a sua volta, quanto para aqueles que, em Cabo Verde, ansiosamente os aguardam. E se o “retorno” é um valor, a “espera” é a outra face dessa moeda. As mulheres de emigrantes constroem suas vidas em função da espera pelos seus maridos. É preciso ainda sublinhar que a espera, assim como a própria saudade, é uma das diversas maneiras de manter o vínculo entre o emigrante e seu país de origem. Sem ela, a emigração, tal como acontece em Cabo Verde, seria impossível.

A noção de “espera” configura-se, inicialmente, como uma forma de controle social sobre as esposas cujos maridos estão embarcados. Marcos, ele próprio um emigrante, comenta sobre o comportamento desejável para essas mulheres:

A mulher não é obrigada a esperar, mas se ela não quer mais, ela tem que falar com o marido e acabar tudo. A mulher não pode ficar traindo o marido que está fora e continuar casada com ele.

Após um momento de silêncio, Marcos completou enfaticamente: “Homem e mulher são diferentes. São diferentes e eu vou te falar por quê. O homem, no máximo, você vai chamar de bandido. Mulher não, tem logo outro nome.” E Adriana, que acompanhava a discussão, concluiu: “O homem não tem nome que dói”. Portanto, se para o homem é evidente a carência de mecanismos de controle social – nem sequer há um termo para

rotular os desviantes – para a mulher, a necessidade de esperar pelo marido se coloca como um imperativo sobre sua vida, condicionando a manutenção da relação:

As mulheres cabo-verdianas não saem de casa. Os maridos não deixam elas saírem e nem mesmo as levam quando eles saem. Se o marido migrou e está fora, então, aí é que fica pior para a mulher. Ela tem que preservar sua imagem e não pode ir a lugar nenhum. Só vai à missa. (Ana)

O controle exercido sobre as mulheres de emigrantes atua de diversas maneiras. Vitória, por exemplo, expressa seu receio de arrumar um outro homem ressaltando a vergonha que sentiria dos filhos caso isso acontecesse. Ana também enfatiza que os próprios homens cabo-verdianos respeitam as mulheres de emigrantes. Segunda ela, “não querem uma mulher traidora no meio da comunidade”. A sociedade como um todo cria uma situação de muita pressão exercida sobre a mulher cuja família investe em um casamento orientado para grandes ganhos materiais e simbólicos. Neste sentido, o casamento com emigrante pode ser comparado a uma troca matrimonial que envolva um alto *bridewealth*. Se por um lado se situa no extremo da positividade, por ser uma aliança muito boa (tanto para a mulher quanto para sua família), por outro lado, sendo uma aposta muito elevada, este casamento gera uma grande pressão sobre a esposa. Ela se torna muito controlada, o que faz com esse tipo de casamento se situe, ao mesmo tempo, no máximo da negatividade. É dessa situação de vigilância extrema que brotam grande parte das críticas, por uma parcela da população, sobre a condição submissa e resignada das mulheres de emigrantes.

Embora apresente esta faceta negativa, a “espera” configura-se, simultaneamente, como um valor fundamental para as mulheres que constróem, através dessa prática, sua honra e dignidade. Penélope, símbolo ocidental da “espera”, revela nos versos do poeta da *Odisséia* a ambigüidade do prestígio esculpido sobre a pena dos dias a sós. As incertezas sobre o paradeiro do marido Ulisses não desviaram a retidão da mulher que teceu sua vida de espera. Passados 20 anos de ausência do esposo, os pretendentes empenhavam-se na

corte a Penélope, na suposição da morte de Ulisses. “A mais cordata das mulheres”, porém, traçou minuciosamente o plano que estendeu o seu pesar. Estabelecendo aos pretendentes um prazo para a realização do matrimônio – quando terminasse, enfim, de confeccionar a mortalha do herói Laertes – passou seus dias a tecer a enorme tela e as noites a desfiá-la. Fiel a seu marido, construía pouco a pouco sua glória. Sofrimento recompensado pelo regresso de Ulisses:

*Doce é a terra, quando surge aos olhos dos náufragos, a quem, sobre as ondas Posídon dismantelou a bem construída nau, sob os golpes dos ventos e das vagas encapeladas; lançam-se a nado, poucos todavia logram escapar ao alvamento mar e alcançar a margem; com o corpo coberto de espuma, livres, enfim, do perigo da morte, pisam alegres a suspirada terra: o mesmo prazer sentia Penélope em contemplar o marido ali presente, sem conseguir desprender os níveos braços do pescoço dele.*³³

A felicidade pelo regresso do marido, contada por Homero, mescla-se ao orgulho pela dignidade de quem esperou por tantos anos mantendo-se fiel a ele. Se as mulheres de emigrantes cabo-verdianas receiam a vergonha do não saber esperar, temendo o peso das acusações que caem sobre a infidelidade, por outro lado desfrutam profundamente, como Penélope, o prestígio advindo da espera, que fazem delas mulheres especiais.

Sílvia, uma francesa de 38 anos, branca, foi a Cabo Verde com o objetivo de trabalhar em um projeto educacional desenvolvido por uma organização não-governamental. Passados já dois anos no arquipélago, a francesa envolveu-se com um cabo-verdiano, negro, funcionário público, com quem passou a viver. A história chamou a atenção daqueles que os conheciam. O mais inusitado, porém, se deu quando o marido da tal mulher, também originário da França, foi visitar-lhe em Cabo Verde, hospedando-se na mesma casa onde a esposa vivia com o cabo-verdiano. O acontecimento foi alvo de comentários diversos entre pessoas de vários estratos sociais. Ao mesmo tempo em que se demonstravam surpresos, divertiam-se ao contar e recontar o estranho episódio: “Ficaram os

³³ Trecho da tradução da *Odisséia* de Homero feita por Antônio Pinto de Carvalho (1978).

três juntos na mesma casa!”, o que era seguido sempre por muitos risos. Josefa acrescentava ainda ao fato uma outra passagem que lhe trazia admiração. A francesa tinha lhe perguntado certa vez se ela não havia ficado com nenhum outro homem durante os 8 anos que esteve longe de seu marido emigrado. Josefa negou enfaticamente e, depois, sorria ao reproduzir o comentário da francesa: “As mulheres cabo-verdianas sofrem muito...”

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres de emigrantes são amenizadas pela satisfação advinda do prestígio em que sua condição acarreta. O fato de a francesa não suportar esperar pelo marido, se por um lado é motivo de estranheza, por outro lado revela a capacidade de esperar como uma atributo singular das cabo-verdianas. Ao mesmo tempo em que se divertem com os detalhes do inusitado acontecimento, essas mulheres se tornam repletas de orgulho ao verem a si próprias como um exemplo de paciência e resignação a ser seguido. Trata-se de uma qualidade não acessível a todos e que, assim, as torna mulheres especialmente honradas. Através da “espera”, as mulheres cabo-verdianas constroem sua superioridade em relação a uma branca européia e até mesmo em relação aos homens.

A capacidade de esperar também se revela como um símbolo de distinção nas disputas entre *badius* e *sampadjudus*. Os pais que não aprovavam o relacionamento do filho com uma moça de São Vicente argumentavam contra as *sampadjudas* afirmando que estas não sabem esperar: “as mulheres do Barlavento são mais fáceis. As mulheres de Santiago são mais tradicionais. O marido pode ficar 20 anos fora e elas ficam aqui esperando.” O fato de a “espera” ser vista como um atributo restrito a poucos faz dela uma qualidade ainda mais prestigiada.

Contudo, o orgulho e a honra precisam sempre dividir espaço com o sofrimento e a incerteza. A espera das mulheres nem sempre é correspondida pela contrapartida masculina. Algumas delas esperam durante anos pelo marido, embora ele nunca tenha dado notícia. Não é raro ouvir pessoas afirmarem esse tipo de situação: “Tem mulher que o marido já

migrou há 40 anos, não deu mais notícia, e ela continua esperando, na esperança de um dia ele voltar. E se ele voltar, ela recebe de braços abertos.”

O marido de Carmem partiu para a Angola há 25 anos. Voltou apenas uma vez em Cabo Verde, visitando a família, e depois nunca mais apareceu. Nenhum telefonema, nenhuma carta, nenhuma notícia. Carmem precisou assumir todos os encargos de sua família. Trabalha no comércio informal, comprando roupas que vêm dos Estados Unidos e revendendo na feira. Foi desta forma que garantiu o sustento de seus filhos por todos esses 25 anos. Ainda assim, Carmem nem mesmo cogita a possibilidade de voltar a se casar. Argumenta que “já tem filho rapaz”. E continua vendo a si própria como mulher de emigrante.

Vidas como esta fazem ressoar os versos de *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque de Hollanda e Augusto Boal:

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas (...)*

*Quando eles embarcam, soldados
elas tecem longos bordados
mil quarentenas*

*E quando eles voltam sedentos
querem arrancar violentos
carícias plenas,
obscenas (...)*

*As jovens viúvas marcadas
e as gestantes abandonadas
não fazem cenas*

*Vestem-se de negro, se encolhem
se conformam e se recolhem
às suas novenas
serenas*

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas*

Tais mulheres resignadas alimentam-se de sua honra. Como Penélope, que preservava sua fidelidade apesar de não acreditar mais na possibilidade de Ulisses estar vivo, as mulheres de emigrante cabo-verdianas mantêm-se na expectativa pelo retorno, mesmo que nele não mais acreditem. Na dubiedade de sua situação, prendem-se à dignidade, da qual não abrem mão. O retorno transforma-se em um símbolo, que não necessita mais de sua realização efetiva, e o valor a ele atribuído é transferido para a longa condição de espera.

O sofrimento trazido por situações extremas como estas envolve ainda o enfrentamento de uma série de dúvidas e críticas geradas pelo conflito entre uma pluralidade de valores contraditórios, o que pode ser observado na história seguinte. Aos 17 anos de idade, Vitória foi viver com Lucas, seu primeiro namorado, com quem viria a ter três filhos. Após viverem juntos durante muitos anos, Lucas emigrou para os Estados Unidos. Vitória, depois de quase 10 anos de espera pelo esposo, descobriu que seu marido tinha uma outra família no país de emigração. Ele havia se casado oficialmente a fim de se legalizar nos EUA, transação esta auxiliada pela própria Vitória, que lhe mandou todos os documentos dos quais precisava. Porém, a mulher com quem ele se casara não era apenas parte de um projeto de legalização, e sim, de fato, uma esposa com quem ele viria a constituir família. Magoada, Vitória decidiu-se por acabar com seu casamento. A jovem senhora hoje se orgulha de sua atitude: “Foi minha opção acabar. Eu podia ter continuado com ele, ter hoje um carro para mim e tal, e ninguém ia ficar sabendo. Fui eu que não quis isso para mim.” Expressa ainda satisfação pela sua independência, suas conquistas e seu emprego em uma ONG. Afirma ficar contente por poder levar sua vida. No entanto, apesar de sua atitude, considerada por muitos decidida, forte e mesmo rara no contexto cabo-verdiano, Vitória ainda não consegue desvincular-se totalmente do marido. Ressalta que se trata de “toda uma história de sentimentos juntos...” - seu ex-marido foi o único homem de sua vida e, de certa

forma, continuará a ser assim. Vitória não se interessa pelos pretendentes que a abordam, continuando a reviver, em suas lembranças, suas experiências com Lucas. Relembra, com satisfação, que nos momentos difíceis, é ainda a ela que Lucas procura; quando esteve muito doente, recorreu a ela antes de chamar por sua outra mulher. Em algumas ocasiões, Vitória demonstra que ainda ama o marido e diz saber que ele também a ama, “porque sempre mandou dinheiro e tudo mais”. Sua postura é alvo de críticas severas por parte de amigas. Aos olhos delas, Vitória, uma mulher digna, respeitada na sociedade e muito trabalhadora, não pode permanecer nessa situação. Adriana, uma médica de 35 anos de idade, repreende claramente a amiga: “Vitória, você fala como alguém que ainda está esperando o marido.”

A situação ambígua vivida por Vitória reflete uma série de valores contraditórios que orientam suas ações. Por um lado, diversos fatores a impedem de cortar definitivamente os vínculos com o ex-marido. Vitória ressalta o valor de seu sentimento e convive com a expectativa ainda presente de que não foi apenas a primeira mulher de Lucas, mas será também a última, a quem ele buscará nos dolorosos e derradeiros momentos. A procura por um novo companheiro não é considerada como uma opção por Vitória, o que, apesar de sua ênfase no fim do relacionamento, reflete a persistência de uma condição marcada pela espera. Por outro lado, Vitória orgulha-se da própria decisão de por fim à postura resignada de mulher de emigrante, optando pela separação. E ainda se vangloria por abrir mão de uma situação de conforto, mantida através dos bens enviados pelo marido, em troca da tão valorizada independência, conquistada longe do mesmo. Enfim, uma pluralidade de valores orienta estratégias opostas, que se entrelaçam numa vida marcada pela ambigüidade.

As reações à postura de Vitória também apresentam um caráter dúbio. Apesar das críticas severas à sua condição de espera, os discursos revelam, implicitamente, que o alvo das censuras não é precisamente a espera, mas a relação desigual onde o marido não corresponde à expectativa da esposa. O problema de Vitória não é simplesmente o fato de

esperar o marido, o que por si só é uma atitude honrada, mas a espera por um homem que optou por construir outra família no exterior. Encontramos uma situação semelhante no discurso de uma senhora que demonstra sua indignação pela condição da mulher de emigrante afirmando: “Há mulheres que só têm um filho, o marido emigra, e quando o marido volta, anos depois, elas já não podem mais engravidar.” Ter que esperar pelo marido não é o grande problema. A crítica recai sobre a espera em situações onde o esposo não cumpre com todas as suas obrigações, como dar filhos à sua mulher ou dar o sustento a eles.

As histórias acima revelam ainda uma outra dimensão do matrimônio marcado pela separação e expectativa pelo retorno do marido. Podemos sugerir, com base no conceito de “tragédia” de Simmel³⁴, a dimensão “trágica” do casamento com emigrante. Na ausência do marido, a mulher de emigrante constrói sua autonomia através das diversas tarefas que desenvolve. São mulheres que experienciam uma vida intensamente ativa, assumindo as tarefas do chefe de família. Vale notar que a população feminina representa 38,3% da chefia das famílias em Cabo Verde, o que é um valor muito significativo (*Estrutura das Famílias*, 1995: 10). Contudo, o discurso destas mulheres ainda enfatiza a posição passiva de alguém que se mantém à espera pelo retorno do marido. Elas permanecem pensando sua subjetividade, como vimos, somente dentro da relação com o marido emigrante. Apesar de viverem uma situação de emancipação na prática, suas interações sugerem uma descontinuidade com o seu discurso. As atividades que assume a mulher de emigrante promovem sua emancipação no exterior e não retornam para o cultivo de uma subjetividade autônoma. Seus atos operam apenas como acréscimos à sua personalidade advindos de uma esfera de valor que lhe permanece exterior.

³⁴ Simmel (1998b) elabora a noção de “tragédia” a partir da discussão sobre o conceito de cultura. O autor sugere que a cultura tem origem no processo através do qual nossos saberes e capacidades específicos atuam no desenvolvimento de nossa subjetividade, numa aproximação entre a alma subjetiva e seu produto objetivo. A noção de “tragédia” se refere à situação inevitável onde já não controlamos mais essas realidades objetivas para sua reinserção no processo de vida subjetivo.

Contudo, essas duas dimensões da mulher de emigrante, apesar de sugerirem uma descontinuidade, estão profundamente interrelacionadas, pois é justamente essa autonomia desenvolvida pela mulher como chefe de família que vai possibilitar a espera, durante tantos anos, pelo marido emigrante. Além disso, através da “espera”, que controla as atividades da mulher de emigrante e, simultaneamente, contribui para a configuração de sua honra e dignidade, essa mulher constrói a unidade de sua subjetividade. Vitória, por exemplo, costura toda a história de sua vida, do passado distante a um momento projetado no futuro, com referência a seu (ex)marido emigrante. A personalidade da mulher de emigrante é una, direcionada para um ponto no tempo futuro. Todas as suas atividades cotidianas, ao invés de fragmentarem sua subjetividade, são unificadas na espera pelo regresso do marido, mesmo que seja apenas um retorno simbólico.

Vale destacar, por fim, que a descontinuidade entre o exterior (a emancipação) e o interior (a submissão) vivenciada pelas mulheres no casamento com emigrante, sendo uma inconsistência da própria sociedade, pode encontrar nela mesma os meios para lidar com esse paradoxo. Podemos considerar neste ponto a existência de instituições que ajudem as mulheres a lidar com as contradições desta situação. O papel desempenhado pelas organizações de mulheres, tema do estudo de Solomon (1992), sugere uma importante forma de resolução deste conflito. Segundo a autora, o grupo de mulheres de Tira Chapéu, Praia, estruturado pela OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), que, como outras várias organizações de mulheres no país, trabalha pela emancipação feminina, indica importantes caminhos de atuação. Para as mulheres que conformam o grupo, ele se torna relevante primeiramente por mostrar-se como uma resposta às demandas econômicas individuais e da comunidade. Por outro lado, o grupo cria um contexto para o convívio entre essas mulheres. Solomon (: 221) demonstra que muitas delas vêm o grupo organizado pela OMCV como um meio de diversão, uma forma de sair, conhecer outras mulheres e

aprender com novas experiências. O grupo é muitas vezes associado por seus membros ao *batuku*, uma atividade que reúne música e dança, desenvolvida caracteristicamente pelas mulheres de Santiago. A imagem criada sobre a associação sugere uma demanda particular destas mulheres: a necessidade de reconstruir sua subjetividade vinculada a atividades sociais, que são altamente valorizadas. O associativismo funciona, portanto, não apenas como uma estratégia de sobrevivência, elaborada segundo princípios culturalmente legitimados (cf. Finan e Henderson, 1988: 100), mas também como uma forma de propiciar o convívio, juntamente com a experiência e o conhecimento que o acompanham. Tais fatores beneficiam as mulheres pessoalmente, no cultivo de sua subjetividade, em conformidade com a emancipação alcançada no domínio externo.

Capítulo IV

Proximidade e Poder no Grupo Doméstico

O conflito entre a emancipação alcançada pelas mulheres em sua prática cotidiana e a subordinação da subjetividade feminina aos homens (maridos) é uma inconsistência inerente à sociedade cabo-verdiana que extrapola a condição vivida pelas esposas de emigrantes. Em sentido mais amplo, podemos entender esse conflito como um produto da coexistência de valores e práticas que apontam para a centralidade da posição ocupada pela mulher na organização familiar, ao mesmo tempo em que reforçam uma ideologia onde o homem deve manter-se como o centro das tomadas de decisão, da autoridade e do respeito. O presente capítulo parte do confronto entre estas tendências divergentes para abordar a construção dos diferentes papéis no interior do grupo doméstico e suas inter-relações.

A tradição patriarcal

A história da formação de Cabo Verde é particularmente relevante para a compreensão da constituição de uma ideologia patriarcal no arquipélago. A raridade com que a mulher europeia emigrava para as terras a povoar, conforme nos sugere também a história brasileira (cf. Mattoso, 1988), propiciou a intensificação das uniões livres entre homens europeus de variados estratos sociais e mulheres trazidas como escravas do continente africano. Tal relação daria origem não apenas a um processo de miscigenação, fundamental na constituição da sociedade cabo-verdiana, mas também ao estabelecimento de uma assimetria particular entre homem e mulher que viria a ter uma influência marcante na configuração das relações no interior da família. A escrava negra constituía-se como um elemento triplamente subjugado pelo senhor branco. Além de uma dominação racial e de estrato, havia ainda na hierarquização sexual imposta pela doutrina católica. É com base na

continuidade dessa tradição colonial que Lopes Filho (1996) explica a formação da “família cabo-verdiana tradicional de tipo patriarcal”, resultado direto da herança cultural fundada na autoridade do homem em relação à mulher - quer este fosse seu dono, como no tempo da escravidão, patrão, ou mesmo seu marido ou “companheiro”.

Na relação entre o homem e a mulher no interior do agregado, o homem (o pai) é o chefe da família e, como tal, a sua opinião e decisões prevalecem. Ele constitui a autoridade máxima no seio do seu agregado e o único senhor na sua casa, uma vez que qualquer pessoa que viva debaixo do seu tecto deve acatar as suas decisões, incluindo a própria mulher. Como chefe de família ele exerce rigorosamente e de modo arbitrário a sua autoridade quer seja sobre a sua mulher quer entre os seus filhos, inspirando-lhes ao mesmo tempo temor e respeito. (Lopes Filho, 1996: 126)

A autoridade e rigidez do marido-pai não se limitam às relações no interior do agregado familiar. Sua figura funciona como um símbolo de respeito também nas relações entre famílias, a exemplo das negociações matrimoniais, onde a presença paterna é fundamental para que o grupo consiga maximizar seus ganhos, sem que seja subvalorizado ou mesmo desrespeitado pelo parceiro de troca. Sendo este um tema já abordado no capítulo anterior, reservo-me aqui a tratar da importância do pai no interior da família.

A ideologia patriarcal, que remonta ao período de formação da sociedade cabo-verdiana, é hoje veiculada em grande parte pelo que poderíamos chamar de cultura popular, onde a relação hierárquica entre marido e mulher é apresentada como uma norma social a ser respeitada. Neste sentido, destacam-se especialmente as histórias que pertencem a um gênero particular da tradição oral cabo-verdiana, chamado por Silva (1985b) de *stórias di ómi ku mujer*³⁵. O conto abaixo, coletado pelo autor e apontado por ele como um exemplo do referido gênero, ressalta a definição dos papéis de marido e mulher e a distância presente nesta relação:

³⁵ Estórias de homem e mulher.

Éra un bes un ómi ku un mujer. Ómi éra ton mansu ki papia y da reiba ka éra ku el, kifari sana!

Mujer ki ja daba kóna di si maridu molói, ta abuzaba d'el ki ka ta mataba móska: e' ta poba maridu na pana agu, laba losa, laba ropa, ranza lena. Maridu tenba ki fase tudu es kusa li, len di si obrigason di gana pon pa kasa.

Mujer albes ta rapikaba ki, désdi kusia ku konpo kama, e' ta poba maridu n'el; óki e' staba na si ténpra, nbes di kumida, e' ta daba-el alguns tabéfu p'el pegaba bóka stangu!

Maridu, di saportaba kaladu tudu kes maltratu, j'el staba sima fiu di lina. Un dia, ki j'el ka sabeba kus'e k'el ta fase, e' sai, e' sinta na pónta poial, e' po mo na kesada, ta pensa si poku sórti. Anton, un galu ciga na si bera y, na meiu di un munti galina, rasta asa, tora bóita, fla'l:

- Kó-kó-kó-kó... Ami, ku dés, ku vinti, N sabe governa... bo ku un, bu ka sabe governa!... Mujer, barapó... barapó!...

Kantu ómi obi kel conseju di galu, e' rusponde:

- Asá!... Mós, sima bu fla, mé!...

Anton, maridu ranza si bon bara, e' fla mujer:

- Já N kansa ku saporta bu dispurdénsa!... Osi, bu ten ki paga-m tudu kobi ki bu buru kume-m na na órta!...

E' fica pórtá, e' tra cabi, e' po na bolsu, e' sagua mujer barapó, ti ki ka bun mas! Na fin, e' rakumenda'l:

- Di li pa dianti, na trabaju e gana pon pa kasa; bu trabaju e governa kasa y fase kusas di kasa. Pa mas pikénu kusa kasabi ki bu fase-m, bu lonbu sta na pónta na barapó...

Anton, di la pa dianti, tudu kusa toma kaminu na kasa, sen nobidadi. (Silva, 1985b: 05-06)

“Era uma vez um homem e uma mulher. O homem era tão manso que falar e sentir raiva não era com ele, muito menos ralar!”

A mulher, que já tinha percebido que seu marido era mole, abuzava dele, que nem matava mosca: ela mandava o marido buscar água, lavar louça, lavar roupa, arranjar lenha. O marido tinha que fazer todas estas coisas, além de sua obrigação de ganhar pão para a casa.

A mulher às vezes exagerava a tal ponto que, até cozinhar e arrumar a cama, ela colocava o marido para fazer; quando ela estava no auge do seu temperamento, ao invés de comida, ela dava alguns tabefes para matar a fome dele!

O marido, de tanto suportar calado todos aqueles maltratos, já estava como um fio de linha. Um dia, quando ele já não sabia o que fazer, saiu, sentou na ponta do degrau na frente da casa, pôs a mão no queixo, pensando na sua pouca sorte. Então, um galo chegou perto e, no meio de um monte de galinhas, arrastou as asas, deu voltas e falou:

- Kó-kó-kó-kó... Eu, com dez, com vinte, sei governar... você com uma, não sabe governar!... Mulher, vara... vara!...

Quando o homem ouviu aquele conselho do galo, respondeu:

- Nossa!... Você tem razão!...

Então, o marido arrumou uma boa vara e falou para a mulher:

- Cansei de suportar os seus abusos!... Hoje, você tem que pagar toda a couve que seu burro comeu na minha horta!...

Ele fechou a porta, tirou a chave, pôs no bolso, surrou a mulher com a vara, até não poder mais! No final, recomendou-lhe:

- Daqui em diante, meu trabalho é ganhar pão para a casa; seu trabalho é governar a casa e fazer as coisas de casa. Por menor a coisa que você fizer errada, seu lombo está na ponta da minha vara...

Então, dali em diante, todas as coisas tomaram rumo na casa, sem novidade.”

A estória apresenta uma situação onde há uma inversão de papéis entre marido e mulher, seguida pelo restabelecimento da ordem. A personalidade mansa do homem impedia-o de exercer sua autoridade, passando a ser controlado pela mulher, que o dominava e lhe dava ordens. O homem não assumia o papel a ele atribuído, o que gerava um desconforto, levando inclusive à degradação física do mesmo. A reversão desta situação se dá com o conselho do galo, que surge, por um lado, como uma metáfora da sociedade e, por outro lado, como um símbolo de masculinidade³⁶, indicando ao personagem da estória a atitude a ser tomada para uma conformidade como as regras sociais: o homem dever saber “governar” sua(s) mulher(es), independente de quantas forem estas e mesmo que, para isso, seja necessário o uso de força física. Como ressalta Silva (1985b: 14), a solução do problema não vem com o diálogo, que pressupõe uma igualdade entre as duas partes, mas através do castigo, que revela a prepotência masculina. Os papéis são então restabelecidos de acordo com a expectativa social: a mulher “governa a casa e faz as coisas de casa”, o homem “ganha o pão” e este último assume sua posição de autoridade, sustentada pelo respeito e pelo temor frente à ameaça de violência.

A ideologia que privilegia a posição do homem na relação entre marido e mulher, expressa no conto acima, é confrontada, porém, com as interações observáveis no cotidiano das famílias cabo-verdianas. Como na estória, mulheres que mandam em seus maridos

³⁶ Certa vez, um rapaz contou-me sobre um conhecido seu de pouco mais de 30 anos de idade que já tinha 12 filhos, com mulheres diferentes. Comentou que o tal homem acredita que, porque tem muitos filhos, “*é mas galu ki tudu galu*” (“é mais galo que todos os galos”). A quantidade de filhos - assim como de mulheres - mostrou-se nessa e em muitas outras circunstâncias como um importante símbolo de masculinidade e é a partir disso que o galo surge como uma metáfora do homem. Quem é mais galo que todos os galos é mais homem que todos os homens. A analogia reforça, portanto, a carga simbólica do conto onde o galo surge como autor do conselho que reforça a posição masculina.

muitas vezes não são bem vistas pela sociedade, mas o fato é que elas existem e em grande número. A aprovação social e o desejo do marido-pai de exercer sua autoridade dentro do agregado familiar nem sempre implicam a plena efetivação de seu poder, como veremos a seguir.

“A mãe é que é tudo. O pai é uma figura...”

Woortmann (1987), em um estudo sobre a organização familiar e de parentesco entre os pobres de Salvador, Bahia, ressaltou a distinção entre dois modelos que vigoram simultaneamente no referido grupo social. Por um lado, persiste no grupo um ideal de família que se apresenta em conformidade com os valores dominantes, isto é, os ideais da classe média e da elite baiana. Por outro lado, a experiência da pobreza levou a população estudada à elaboração de um modelo alternativo, adaptado às condições impostas pela situação de classe. O primeiro deles pode ser compreendido como um “ideal desistido”, contraposto ao segundo, o “modelo da práxis”, uma ideologia realista imposta pela vida cotidiana. Frente a esse quadro, o autor ressalta:

Para compreendermos a ideologia do parentesco entre os pobres da Bahia, o modelo analítico deve reter a existência e a atuação recíproca desses dois modelos culturais, assim como a ambigüidade que resulta de sua manipulação diferencial por homens e por mulheres em circunstâncias específicas. (Woortmann, 1987: 59)

Este mesmo modelo analítico pode ser transposto para a situação cabo-verdiana, não mais se remetendo apenas a uma situação de classe, mas, de forma mais ampla, à realidade de uma sociedade heterogênea, produto de um processo de formação social fundado no encontro de civilizações diversas. Neste sentido, o “ideal desistido” remete à herança patriarcalista, contraposto a um modelo cultural adaptado à realidade crioula, marcada também por questões de caráter econômico, mas especialmente por uma configuração

particular de valores e práticas heterogêneos, e por isso ambíguos, inerente à condição de criouldade. Esse “modelo crioulo”, que surge frente à distância estabelecida entre o ideal patriarcal e a prática cotidiana, entre o consenso social sobre a autoridade paterna e a efetivação de seu poder, é o produto da negociação entre fatores de diferentes ordens, que serão analisados ao longo deste capítulo. É preciso ressaltar ainda que, sendo uma resposta à distância entre os valores patriarcais, impostos durante séculos como o ideal dominante, e a realidade experienciada no cotidiano, este modelo apresenta uma grande variabilidade, modificando-se conforme o estrato social. A heterogeneidade social cabo-verdiana apresenta-se como um *continuum*, com elementos que vão progressivamente se afastando do ideal patriarcal, e essa heterogeneidade se vê refletida na diversidade de sínteses culturais encontradas, que poderíamos chamar não apenas de um único, mas de vários “modelos crioulos”, coexistentes dentro de uma mesma ordem social.

Se procurarmos ordenar esta heterogeneidade segundo um critério de classe, muito do que Woortmann revela com relação ao ideal de família dos pobres baianos também se faz presente para a parcela mais carente da população cabo-verdiana. A economia precária do arquipélago deixa marcas profundas no cotidiano desta população. Apresentando uma taxa de desemprego superior a 30% (Lesourd, 1995: 41) e uma economia fortemente dependente da frágil produção agrícola, responsável pela metade dos empregos, o país enfrenta uma série de limitações impostas pela escassez econômica e seus habitantes vêm-se obrigados a trazer para o interior da família o peso dessa condição. Para uma grande parcela dos cabo-verdianos, como veremos a seguir, a elaboração de um ideal de família mais realista apresenta-se fortemente moldado pela pressão econômica.

Questões de caráter econômico tornam-se ainda mais incisivas frente ao grande valor atribuído, em sociedades africanas, às obrigações materiais nas relações entre parentes. Conforme foi ressaltado no capítulo anterior, a manutenção de uma rede de trocas é

fundamental para a conservação de uma boa relação entre os familiares. Desta forma, sustentar a família, ou, como no conto descrito acima, “ganhar o pão”, é uma obrigação de suma importância para o homem (marido-pai), chegando mesmo a condicionar o pleno desfrute de seus direitos no interior do grupo doméstico. Se o homem não cumpre o seu dever de sustentar a família, está sujeito a ter que abrir mão de seus direitos, em especial de sua autoridade, como vemos no depoimento abaixo:

Os homens não sustentam nem os seus filhos. Passam a vida inteira sem dar nada a eles e quando vêem seus filhos já grandes, na rua, querem tomar conta da vida deles, exercer a sua autoridade... A mãe é que tem que pensar na doença, na morte, na alimentação, na educação... A mãe é que é tudo. O pai é uma figura... (Ana)

A indignação de Ana ao apresentar a situação acima, revela como, para ela, há um ideal de família onde o pai deve sustentar seus filhos. Se o pai de fato “ganha o pão” para a casa, sua autoridade sobre os outros membros da família é legítima. O problema surge quando este homem não segue o modelo como esperado. Deixando de cumprir sua obrigação de sustentar a casa, coloca em questão o que, a princípio, seria de seu legítimo direito. Mas ainda nesse caso, segundo Ana, os homens continuam acreditando no seu direito de “tomar conta da vida dos filhos”, em conformidade com uma ideologia patriarcal, mesmo que, na prática, sua presença se torne cada vez menos significativa. A mãe, ao participar ativamente da criação dos filhos, inclusive como provedora da família, assume uma posição central, contraposta ao pai, que se limita cada vez mais a ser somente “uma figura”. Sua importância passa a ser apenas ideológica, distante das interações cotidianas.

É preciso ressaltar que a situação descrita acima está vinculada à realidade de um estrato específico da sociedade cabo-verdiana, precisamente, aquele onde a escassez econômica tem favorecido uma diminuição da participação dos pais na vida familiar. Enfrentando as limitações impostas pela instabilidade financeira, a contribuição do pai para o sustento dos filhos, especialmente aqueles com os quais não coabita, normalmente aparece

apenas como uma ajuda esporádica, e não como uma obrigação a ser cumprida periodicamente.³⁷ A insegurança econômica do pai é refletida na instabilidade de suas contribuições para o sustento dos filhos e, conseqüentemente, na diminuição de sua autoridade frente a eles. Como afirma Maria Madalena Tavares, presidente da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV),

A autoridade se esvanece com a situação econômica. (...) É preciso pensar no sentimento do pai para entender seu distanciamento. O homem se afasta para não se sentir diminuído vendo a miséria de sua família.

Ao mesmo tempo em que o homem perde sua legitimidade enquanto autoridade máxima da família por não ser capaz de cumprir com o papel socialmente definido de provedor, ele próprio reforça seu distanciamento, como sugere o relato acima, numa reação frente ao seu fracasso. A escassez econômica fundamenta, portanto, uma entre várias formas de distanciamento do marido-pai, que serão abordadas mais adiante.

A diminuição da autoridade paterna no interior do agregado familiar, vinculada a questões de caráter econômico, aparece de forma bastante semelhante em várias outras sociedades confrontadas pela mesma situação de pobreza. Woortmann (1987: 65-66), no estudo sobre os pobres baianos, constrói um quadro muito próximo do caso cabo-verdiano. Segundo o autor, a ideologia dominante brasileira postula que o homem deve ser o chefe do grupo doméstico e, ainda, que ele deve prover a família. Contudo, nas famílias pobres, nem sempre o papel de provedor é satisfatoriamente desempenhado pelo homem, e se não lhe é fácil cumprir o ideal, dada sua situação de classe, também não lhe é fácil assumir sua posição de chefia. Frente a isso, surge um novo ideal, adaptado à realidade destas pessoas, onde o chefe do grupo doméstico passa a ser, não necessariamente o homem, mas aquele

³⁷ Clarke (1979: 106), ao abordar a organização familiar em comunidades rurais na Jamaica, também indica que a responsabilidade do pai pela manutenção dos filhos com os quais não mais coabita é muitas vezes efetuada através do oferecimento irregular de presentes. No ponto de vista masculino, tais contribuições são “presentes voluntários”, não passando pela noção de obrigatoriedade.

que sustenta o grupo doméstico. Manipulando o modelo dominante, as mulheres afirmam sua autonomia e dominância nos termos de um modelo operacional. Tal situação se repete em muitas outras comunidades marcadas pela pobreza. Nos guetos negros dos Estados Unidos descritos por Stack (1974 e 1975), o desemprego dos homens também os impede de assumir seu papel de provedor do grupo doméstico e, com o controle dos recursos econômicos pelas mulheres, são atribuídos a elas poder e autoridade. Da mesma forma, Smith (1996) e Clarke (1979) demonstram como na Guiana e na Jamaica, respectivamente, a impossibilidade do homem de desenvolver o papel socialmente definido de marido e pai tem atuado a favor da marginalização de seu papel no grupo doméstico.

Os casos acima revelam a particular configuração do poder em uma situação de escassez econômica. A capacidade de prover a família é fundamental para a aquisição de autoridade dentro do grupo doméstico. O depoimento abaixo vem acrescentar mais um fator a essa relação. Pedro, um rapaz de 24 anos de idade, vindo de uma família muito pobre, mas que já tem hoje um bom emprego como professor, ao refletir sobre a questão da autoridade paterna, afirma:

O pai, mesmo estando fora, ameaça dizendo que não vai mais mandar dinheiro se não fizerem como ele quer, então a mulher e os filhos obedecem. Mas quando o pai não manda dinheiro ou quando os filhos crescem e começam a trabalhar, ficando independentes, a autoridade do pai já enfraquece.

O dinheiro aparece no discurso de Pedro como uma importante fonte de autoridade. O controle do orçamento familiar pelo homem confere a este um grande poder sobre os demais membros do grupo doméstico - tão grande que independe de sua proximidade física em relação aos familiares. Por outro lado, como já foi ressaltado, sem a possibilidade de prover a família, “a autoridade do pai já enfraquece”. Mas Pedro enfatiza ainda que, se não há, para os outros membros da família, a necessidade de um provedor, o marido-pai também é deslocado para uma posição marginal. Para a manutenção de sua autoridade, é necessário

que seus familiares dependam de sua participação no sustento da casa. Mulheres que tenham trabalho remunerado não precisam se submeter ao poder do marido. Da mesma forma, filhos adultos que trabalham e, portanto, são independentes, já não se sujeitam como antes às ordens paternas. Podemos observar, com isso, que a autoridade do marido-pai está condicionada às transformações que se sucedem no grupo doméstico ao longo do tempo.

O período de desenvolvimento do grupo doméstico onde os filhos têm acesso a meios de sustentação de si próprio e de outros membros da família delimita uma etapa importante da vida familiar, marcada pela disputa por autoridade. O(s) filho(s) passa(m) a competir com o pai pelo controle do grupo doméstico. Se, nos termos do modelo operacional, prover a família é a condição fundamental para exercer o papel de chefe do grupo doméstico, tal posição se torna isenta de uma distinção sexual ou etária. Tanto a mulher pode assumir este posto, idealmente reservado ao marido, quanto o filho adulto. Vale lembrar aqui o depoimento citado no capítulo anterior da senhora que dirigiu-se à outra, sustentada pelos filhos, afirmando: “(...) hoje seus filhos que são seu marido”.

Esta disputa por autoridade tende a tornar-se ainda mais conflituosa no contexto migratório. Filhos emigrantes não só têm acesso a melhores condições de emprego, mas também a uma série de outros valores. O conhecimento, em primeira mão, das novidades do mundo moderno contribui, juntamente com o sucesso econômico, para uma reconfiguração da hierarquia familiar caracterizada pelo maior grau de poder de decisão conferido ao filho emigrante, em detrimento da autoridade paterna.

A escassez econômica e o próprio ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico são, portanto, fatores que agem a favor de um afastamento progressivo do marido-pai com relação a seus familiares, acompanhado da diminuição de sua autoridade frente aos mesmos. Há, contudo, uma série de outros fatores que promovem um distanciamento paterno, distanciamento este que assume formas bastante distintas, analisadas a seguir.

- A distância na emigração

Conforme já foi abordado anteriormente, a emigração cabo-verdiana é um fenômeno que atinge predominantemente a população masculina. São homens, em sua grande maioria casados, que partem do país deixando para trás esposas e filhos. A distância física entre o emigrante e seus familiares só é vencida, quando possível, em visitas periódicas ao arquipélago. Circulando entre países, o marido-pai assume uma posição bastante ambígua, oscilando entre demonstrações de grande autoridade e situações caracterizadas pela limitação de seu poder.

Se o casamento nunca é um obstáculo para a partida dos cabo-verdianos, como sugere Lesourd (1995: 296), é possível que a constituição de uma família seja mesmo pensada como uma força impulsionadora para a emigração. Com as limitações do mercado de trabalho em Cabo Verde, torna-se cada vez mais difícil para o homem cumprir seu papel como provedor da família. Frente a esse quadro, a emigração surge como uma alternativa muito importante na tentativa de conseguir um bom emprego, capaz de sustentar esposa e filhos. Se cabe ao marido-pai “ganhar o pão”, deixar o arquipélago pode ser, muitas vezes, a única saída para que possa cumprir plenamente seu dever.

Sendo capaz de sustentar sua família através das remessas de dinheiro enviadas periodicamente aos parentes, o emigrante pode assumir, legitimamente, uma posição de grande autoridade. Já vimos no depoimento de Pedro como esse marido-pai emigrante é capaz de fazer valer sua palavra, apesar da distância: “O pai, mesmo estando fora, ameaça dizendo que não vai mais mandar dinheiro se não fizerem como ele quer, então a mulher e os filhos obedecem”. Mesmo de longe, este homem procura controlar os acontecimentos no

cotidiano de sua família, tentando manter-se informado de todos os fatos e impor suas decisões. Muitas vezes são felizes neste intuito. Sua figura pode assumir tal importância que supera os obstáculos impostos pela distância. Lucas, por exemplo, apesar de ter convivido com seu pai, que está nos Estados Unidos, por apenas seis meses durante toda sua vida, afirma, com orgulho, que só irá se casar com a “benção” do pai. Meintel (1984: 112) também indica a existência de vários casos onde filhas adolescentes têm que esperar a permissão do pai, nos Estados Unidos, para participar de qualquer festejo numa ilha próxima. Contudo, em muitas outras circunstâncias, a autoridade paterna vê-se confrontada pela sua impossibilidade de acompanhar de perto os acontecimentos familiares, como podemos observar no caso abaixo.

Há 20 anos Carlos adoeceu gravemente e precisou fazer um tratamento médico em Portugal, recebendo auxílio financeiro do governo de Cabo Verde. Mesmo com o fim do tratamento, decidiu-se por permanecer no exterior, onde ficou por todos esses anos, voltando ao arquipélago apenas duas vezes para visitar sua esposa e seus seis filhos. Em sua segunda visita à família, que reside no interior de Santa Catarina, recebeu a notícia de que sua filha mais nova havia tido dois filhos, com diferentes *pai-di-fidju*, sem que houvesse se casado com nenhum deles. Os pais das crianças não a ajudavam na criação das mesmas. Portanto, a jovem mãe trabalhava fora para sustentar os filhos e deixava as crianças sob os cuidados da avó. Carlos, quando soube do que se passava, ficou encolerizado. Protestou muito, queixando-se especialmente da esposa, a qual culpava pelo acontecido. Inflexível, cortou relações com a filha e repreendeu a esposa, que, submissa, ouvia a tudo sem dizer uma só palavra. O conflito estendeu-se ao longo da estadia de Carlos em Cabo Verde. Mas após seis meses de visita ao arquipélago, regressaria a Portugal e, muito provavelmente, a vida familiar voltaria a seu ritmo normal.

A história de Carlos revela, logo de início, uma explicação para sua incapacidade de controlar os acontecimentos no interior de sua família: seu distanciamento, durante 20 anos, mostrou-se um obstáculo grande demais para que pudesse acompanhar e, com isso, controlar o cotidiano familiar. Somente seu retorno ao país pôde colocá-lo em dia com acontecimentos de grande importância para a família – mas que já não eram mais reversíveis. Essa limitação acompanha a situação experienciada pelo marido-pai que vive distante de seus familiares. Como afirma Armando, ele próprio um emigrante,

Tem muito migrante que mesmo de longe quer controlar a mulher, as irmãs, os filhos, mesmo depois de estar 14 anos fora. (...) Eles falam, mas não fazem. Só dá para controlar de perto. Mesmo de perto já é difícil, mormente de longe.

No depoimento acima, bem como na história de Carlos, podemos observar, porém, que o marido-pai emigrante continua vendo a si próprio como o centro de decisões, procurando impor, à distância, uma determinada ordem. Mesmo que sejam muitas vezes apenas vãs tentativas e que ele saiba as pequenas chances que tem de fazer valer sua opinião, não abre mão de sua autoridade.

A situação destes homens emigrantes revela, de maneira paradigmática, o conflito entre a ideologia patriarcal que aponta o homem como o foco da autoridade e do respeito e a centralidade da posição ocupada pela mulher no grupo doméstico. Enquanto o homem, no exterior, adquire os meios para sustentar sua família, a mulher, em Cabo Verde, assume uma posição central, responsabilizando-se por todas as outras tarefas que, de longe, ele não pode se ocupar. Acompanhando de perto o cotidiano da família, a esposa-mãe constrói uma posição de grande importância, tornando-se o foco da rede de relações domésticas.

O emigrante não tem moral para se impor. (...) A mãe se impõe com maior força... e é obedecida. Isso é natural, por causa do maior convívio entre a mãe e os filhos.
(Ana)

A ausência de “moral” do pai emigrante é continuamente enfatizada por uma parcela considerável da população cabo-verdiana. Estando distante, torna-se difícil confiar a autoridade da família a ele, como seria de se esperar idealmente. É preciso, pois, um novo modelo, adaptado a esta realidade, que eleja um substituto nesta função. É neste ponto que a mãe surge como uma figura de importância fundamental. No convívio intenso com os filhos, do qual o pai não participa, ela constrói sua própria autoridade.

A situação descrita acima já sugere a dificuldade de se utilizar a categoria “autoridade” na análise da realidade cabo-verdiana. O termo se mostra demasiadamente amplo, abrangendo situações distintas. Nas famílias aqui analisadas, tanto o pai quanto a mãe mostram-se detentores de poder e autoridade dentro do grupo doméstico. O poder, definido por Weber como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (Weber, 1991: 33), apresenta-se como um conceito “sociologicamente amorfo”, como sublinha o autor. Tal conceito pede uma precisão maior, a fim distinguir entre diferentes formas de poder, fundamentadas sobre diferentes qualidades do indivíduo em condições de impor sua vontade. No caso aqui analisado, poderíamos sugerir, a princípio, a distinção entre a autoridade e o respeito, com legitimidade ideológica, reservados ao pai e o poder de influência da mãe, capaz de induzir ações conforme sua vontade. Embora essa distinção careça de uma melhor elaboração, ela já indica uma importante relação entre as diversas formas de poder e autoridade do pai e da mãe e a proximidade diferenciada dos dois em relação ao cotidiano do grupo doméstico. O respeito alcançado pelo pai está intimamente vinculado ao seu distanciamento em relação à esposa e aos filhos. Embora seu afastamento prejudique muitas vezes a imposição de sua vontade, outras tantas vezes o respeito que alcança a partir de sua posição distanciada reforça seu poder. Já vimos um exemplo disso no caso de Lucas, que espera o consentimento do pai, que pouco conheceu, para se casar. Já o

poder de persuasão da mãe, por contraste, é fortalecido justamente no convívio intenso com os filhos, na sua proximidade em relação às questões familiares.

O poder conferido à mãe é ainda alimentado pelo próprio afastamento paterno. É fundamental que se observe que a emigração do pai e a centralidade conferida à mãe favorecem-se mutuamente. Com o distanciamento paterno, a mãe encontra um maior espaço de atuação. Desvencilhando-se dos obstáculos colocados pela presença do pai em uma sociedade de herança patriarcal, a mulher põe-se em condições de desenvolver um papel central como o foco da rede de relações no grupo doméstico. Por outro lado, é somente estando seguro a respeito da independência particular à mulher cabo-verdiana que o homem pode emigrar deixando no arquipélago sua família. À esposa são confiadas tarefas de grande importância, como criar os filhos e cuidar dos negócios da família no país. São essas esposas-mães independentes e com um papel central no domínio do sistema de parentesco que permitem que a emigração do marido-pai não implique na desestruturação do grupo doméstico. Com a emancipação alcançada pela mulher, a ausência paterna acarreta menores dificuldades.

Essa oposição que vai se configurando entre o pai que se mantém circulando, em um fluxo constante entre países, e a mãe que permanece fixa e segura no arquipélago encontra uma correspondência em outros símbolos muito fortes do imaginário cabo-verdiano. Manuel Lopes, escritor de grande importância na consolidação de uma tradição literária no país, sugeriu ao longo de suas obras, conforme ressalta Franco (1996), uma tentativa de definição da alma cabo-verdiana a partir de uma estrutura binária. Terra e mar, ficar e partir, combinam-se dando origem a uma nova unidade, síntese reveladora desse povo. Nas palavras de Manuel Lopes,

O desejo de partir é nele uma obsessão. Todo o cabo-verdiano vive na ilusão de que não morrerá antes de ‘conhecer mundo’. [...] Partir, é, para, ele, viver [...]. Todavia

nunca renuncia à terra. Daí a idéia fixa da terra. Há-de voltar um dia. (Lopes apud Franco, 1996: 16)

Neste sistema de oposição, o mar surge como uma metáfora da estrada longa que convida, num apelo irresistível, à partida para a “terra longe”. É o mar o símbolo do espírito aventureiro, sujeito a uma condição de grande instabilidade. Contraposto a ele, está o apelo das raízes, o da terra, que sugere segurança, conforto e estabilidade. Enquanto o mar evoca a esperança e a saudade, a terra evoca a realidade concreta. Esta estrutura binária que aparece na obra de Manuel Lopes perpassa, de maneira geral, quase toda a obra literária do país, revelando a configuração de um *ethos* próprio ao cabo-verdiano.

Ao sobrepormos a este sistema de oposições a definição de papéis no interior da família, encontramos novas correlações. Ao pai emigrante, que parte rumo a mundos novos e incertos, corresponde à instabilidade do destino marítimo. Já o apelo da terra, do enraizamento, encontra sua correspondência no apelo feminino, tanto da mulher-mãe quanto da mulher-amante, que, à espera por seus maridos e filhos, mantêm-se fixas à terra.

O pai é aquele que circula, que está longe, ausente. A mãe é aquela que cria, que nutre, trazendo o conforto de uma vida difícil, mas segura. É a imagem da própria “mamãe-terra”, identificada como um símbolo das ilhas de Cabo Verde. A este lado materno associa-se ainda a tradição de um povo, a transmissão da cultura cabo-verdiana, marcada de forma feminina na língua crioula, nas práticas religiosas, na preparação dos alimentos, nas cerimônias de batismo, casamento e morte, e especialmente no *batuku*³⁸ (cf. Duarte, 1985). Ao lado paterno, associa-se o fascínio pelo novo, a modernidade.

Em *Chiquinho*, o mais consagrado romance cabo-verdiano, Baltasar Lopes narra, através de um dos personagens, um mito de origem que sintetiza, de forma magistral, os símbolos destacados acima:

³⁸ O *batuku* é um gênero de música e dança, característico da ilha de Santiago, que revela fortes raízes africanas. Trata-se de uma performance executada especialmente (mas não exclusivamente) por mulheres.

(...) nhô João Joana lhe contou que, no princípio do mundo, a Terra era uma mulher muito bonita e muito infeliz. Vendo os seus filhos morrer por falta de comida, saía todas as noites a vaguear e ia chorar nos cumes das rochas os seus amores perdidos. Ela tinha-se casado com um moço leviano que nunca lhe aparecia inteiro, mas sim partido em pinguinhos de água. A Terra ficava sempre com gana do amor incompleto do seu marido. E este saía pouco depois, a visitar as mães-de-filho que tinha por esse mundo fora. (Lopes, 1997: 28)

No mito, a figura da mulher - mãe e amante - se funde à da terra. E não se trata de uma terra qualquer, mas das ilhas de Cabo Verde, bonitas, porém infelizes frente a incapacidade de nutrir seus filhos. Como o arquipélago marcado pela seca, que tem causado a fome e a morte de grande parte de sua população, a mulher do mito espera ansiosamente pela chuva. Esta última é identificada ao homem, inconstante como as águas (da chuva ou do mar). Nas suas idas e vindas, mostra-se um marido incompleto, incapaz de se entregar por inteiro. E o mito revela ainda que este homem não circula simplesmente pelo mundo afora, mas entre famílias, entre outros filhos e mães-de-filho, como veremos a seguir.

- O distanciamento paterno e as formas de união conjugal

Perguntado sobre a prática da poligamia, qualquer cabo-verdiano não hesita em afirmar que tal costume não é legalmente permitido no país, mas que, apesar disso, existe e acontece com grande frequência. Esta prática soma-se ainda a um número significativo de relações conjugais instáveis, onde os vínculos entre homem e mulher são rompidos com relativa facilidade. Em ambos os casos - de relações conjugais simultâneas e/ou sucessivas - os homens mantêm-se circulando por diversas famílias, participando apenas esporadicamente do convívio familiar em cada uma delas. Apresentam-se, como no mito

acima, “incompletos” e seu distanciamento em relação à(s) esposa(s) e aos filhos soma-se ainda à ausência de um maior controle sobre suas responsabilidades como pai e marido.

No capítulo anterior, já foi ressaltado que o concubinato pode se tornar, em determinadas circunstâncias, uma importante alternativa para a mulher e sua família na opção pelo melhor matrimônio. Neste sentido, a avaliação sobre as diferentes formas de união conjugal pelos próprios atores é fundamental. O casamento formal pode ser o preferido, mas a escolha de um parceiro que já tenha relacionamento conjugal com outra(s) mulher(es) pode ser uma alternativa aceitável frente aos constrangimentos sociais e culturais que limitam as possibilidades de realização do matrimônio.

O concubinato pode até mesmo ser uma opção bastante conveniente a depender dos valores em jogo. Como revela o provérbio citado por Martinez-Alier (1992), a respeito do caso cubano, “é melhor ser amante de um homem branco do que esposa de um negro” (: 129), o que sugere estratégias elaboradas a partir das estipulações de uma determinada hierarquia social. Assim como a cor (ou a situação econômica, mesclada à primeira), a independência feminina também pode ser um valor cuidadosamente considerado, levando à opção por uma relação conjugal caracterizada por um menor comprometimento e, conseqüentemente, uma maior mobilidade da mulher. O casamento formal, como foi mostrado no capítulo anterior, nem sempre aparece como o ideal³⁹. Portanto, é preciso observar que há uma pluralidade de valores que orientam as escolhas dos atores de tal forma que o concubinato pode assumir uma grande importância em certos setores da sociedade cabo-verdiana, não apenas pela sua frequência, mas pelas vantagens que envolve.

A análise do concubinato sob o prisma das estratégias dos atores revela uma importante faceta do fenômeno. Não podemos nos limitar, porém, a esse nível de explicação para a ocorrência de um número tão amplo de relações informais, muitas vezes

³⁹ Também no caso dos pobres de Salvador, Bahia, Woortmann (1987: 80) ressaltava como, para muitas mulheres, o casamento formal é algo a ser evitado, uma vez que implica em uma grande subordinação da mulher ao marido.

caracterizadas por uma significativa instabilidade. A situação de classe de grande parte da população também se configura como um fator importante na intensificação desse fenômeno. A escassez de recursos e a instabilidade econômica do homem pode levar ao desenvolvimento de uma instabilidade conjugal que, ao contrário do que parece à primeira vista, é uma adaptação às limitações impostas pela condição de pobreza (cf. Woortmann, 1987: 114). Esta teoria adaptativa nos remete uma vez mais à questão do papel de provedor idealmente reservado ao marido-pai. A incapacidade do homem de cumprir tal papel seria o fator estrutural responsável pela fragilidade da relação entre homem e mulher. A reação de ambos frente ao fracasso do primeiro explicaria a relativa frequência com que o vínculo entre eles é rompido.

A explicação estrutural, relacionada à escassez econômica, não pode, contudo, ser superestimada na abordagem destas formas de relação conjugal. Evidências empíricas têm demonstrado que, no Caribe, os padrões conjugais não se modificaram de maneira significativa apesar de melhoras na situação econômica da população (Seibert, 1999: 371-372). Ainda sobre a área etnográfica caribenha, que tem gerado grande parte das discussões sobre relações conjugais informais, Smith (1996: 47) critica as suposições de que tais uniões seriam institucionalizadas apenas entre a classe baixa, afirmando que uniões de todos os tipos são encontradas em todas as classes e grupos raciais, modificando-se apenas a frequência com que ocorrem. Em última instância, o que é preciso ter em mente é que se trata de uma conjunção de fatores que devem ser paralelamente considerados. Ao lado das explicações fundadas nas estratégias dos atores e dos fatores de ordem estrutural, a história também oferece um rico terreno que merece ser considerado para uma tentativa de explicação dos padrões conjugais.

O passado colonial tem sido apontado como um dos grandes responsáveis pela proliferação de relações informais em diversos países, especialmente nas ex-colônias do

Novo Mundo. A relação entre o colonialista branco e a escrava negra, além de ter estabelecido uma hierarquia particular entre o homem e a mulher, contribuiu também em grande medida para a carência de relações conjugais mais estáveis.

A situação vivenciada no período colonial pela população de São Tomé e Príncipe, descrita por Seibert (1999), oferece-nos um interessante material comparativo, dada a proximidade dos processos de formação desta sociedade e da cabo-verdiana. As ilhas de São Tomé e Príncipe foram, como Cabo Verde, colonizadas por Portugal no final do século XV. Sua localização na costa oeste africana e a condição de insularidade fazem-nas partilhar de algumas singularidades da sociedade cabo-verdiana, que criam um certo contraste com relação à África continental ao mesmo tempo em que as aproximam dos processos de formação das sociedades afro-caribenhas. Partindo destas singularidades, Seibert (:402) sugere que os padrões conjugais dominantes na ex-colônia portuguesa de São Tomé e Príncipe são o resultado de um processo de criouliização, semelhante ao ocorrido na região do Caribe, onde influências européias e princípios africanos mesclaram-se, dando origem a novas formas.

Desde o início da colonização, o casamento monogâmico nunca conseguiu se firmar em São Tomé e Príncipe, da mesma forma que os sistemas de parentesco africanos não foram capazes de sobreviver inteiramente às assimetrias deste encontro intersocietário. Durante o período inicial da colonização, o número de homens brancos nas ilhas era muito pequeno. Estes colonizadores eram, em sua maioria, homens solteiros e, quando casados, apenas pequena parcela havia trazido suas esposas européias para o arquipélago. A situação era favorável para que tais homens mantivessem relações casuais ou mesmo uniões mais estáveis com mulheres negras ou mulatas. Seibert (:373) ressalta ainda que os colonizadores consideravam sua presença nas ilhas como temporária, o que inviabilizaria a realização de casamento formais com mulheres nativas. Note-se, portanto, que desde o

passado colonial já era ressaltada a idéia de que o homem era transitório, em oposição à mulher fixa, ocasionando, assim, uma significativa instabilidade das relações conjugais. O autor aponta também que, mesmo nos raros casamentos oficiais, contraídos nos altos estratos da população, o homem mantinha relações informais com outras mulheres.

A situação cabo-verdiana pouco difere da descrita acima. Os padrões conjugais que se firmaram ao longo do período colonial em Cabo Verde também revelam a origem de uma forma nova, diferente tanto dos casamentos monogâmicos portugueses quanto dos sistemas de parentesco africanos. Assim como em São Tomé e Príncipe, a desproporção entre a quantidade de homens e mulheres brancos favoreceu o relacionamento entre os primeiros e as escravas negras, gerando vasta prole mestiça. As uniões livres, muito correntes em Cabo Verde desde o seu povoamento, não se limitavam a determinados estratos da população. Lopes Filho (1996) demonstra como elementos proeminentes da hierarquia civil, militar e até mesmo religiosa estavam intensamente envolvidos nestas relações, a exemplo do Padre Nicolau da Cidade Velha, que deixou no arquipélago 54 filhos (: 69). O autor também enfatiza que as relações sexuais livres aconteciam independentemente de o homem ser solteiro ou casado, e mesmo que a esposa europeia o tivesse acompanhado ao arquipélago. Generalizados em todas as ilhas, em todos os estratos sociais e em todas as etnias, como afirma o autor (: 70), o concubinato e a poligamia nunca foram exclusivos de determinada camada social. Portanto, não podemos hoje relacioná-los unicamente às pressões econômicas sofridas pela classe baixa.

Vale notar ainda que as relações de concubinato, embora fossem irregulares aos olhos da lei, sempre foram legitimadas socialmente. Os senhores orgulhavam-se por ostentar inúmeras amantes e filhos bastardos. Como afirma Lopes Filho,

(...) nas ilhas de Cabo Verde esse tipo de ligações foi mais ou menos aceite pela comunidade sem constrangimento, embora em muitos casos as mulheres aspirassem

à regularização das situações através do casamento. Daí que a estrutura familiar fosse, pois, baseada na ligação do homem com a mulher escolhida, legitimada pelo casamento quando possível, mas pode acontecer ser que tal nunca se venha a concretizar. Todavia, nem por isso a sociedade deixa de reconhecer e aceitar a situação. (Lopes Filho, 1996: 74)

O processo histórico que favoreceu a proliferação da prática do concubinato precisa ainda ser considerado sob a ótica macro-política das relações de poder envolvidas no processo de colonização. Stoler (1989), numa análise das formas de controle sexual na Indochina francesa e em colônias holandesas no oriente, sugere como este controle pode ser percebido como uma política articulada aos interesses coloniais, atuando no sentido de demarcar fronteiras entre “colonizadores” e “colonizados”. A delimitação destas categorias requer a regulamentação da vida sexual, conjugal e doméstica de toda a população colonial, o que deveria ser rigorosamente calculado e exigido. A dominação sexual é mais do que uma metáfora social da supremacia européia, servindo fundamentalmente como um marcador de classe e raça.

Stoler demonstra, por exemplo, como a pequena quantidade de mulheres européias que emigravam para as colônias não era apenas um produto do acaso. A emigração feminina para as Índias foi conscientemente restringida durante séculos, tornando o concubinato a opção mais atrativa para os homens europeus nas colônias. Segundo a autora, o concubinato era considerado um meio eficaz na estabilização da ordem política, reforçando a hierarquia na qual se baseavam as sociedades coloniais (: 637-638). A prática era altamente encorajada pelo governo colonial e pelas companhias privadas, que temiam, no casamento dos empregados europeus com mulheres da mesma origem, a formação de um proletariado, colocando em risco o prestígio branco.

Contudo, o concubinato também trazia um grande inconveniente: o surgimento de uma classe de mestiços que tornava problemática a rígida distinção entre “colonizadores” e “colonizados”. Quando a supremacia européia mostrava-se vulnerável, portanto, era preciso

promover a substituição do concubinato pela prostituição e, quando possível, pelo casamento entre europeus (Stoler, 1989: 639). Mas se a emigração de mulheres européias passava a ser incentivada, a relação entre mulheres brancas e homens nativos era, por sua vez, controlada através de leis que atuavam como interdições a este - e unicamente a este - tipo de relação inter-racial. Stoler demonstra a partir destas evidências o caráter processual do controle das relações sexuais e conjugais nas colônias. Os arranjos domésticos podiam variar conforme os interesses em jogo. Redefinições da moralidade eram efetuadas especialmente durante as crises do controle colonial, reafirmando as hierarquias de privilégio e poder.

As inter-relações entre as formas de união conjugal e o processo de colonização, conforme sugere Stoler, desenvolvem-se de maneira particular no caso cabo-verdiano. Como já foi ressaltado, as uniões livres entre homens brancos e mulheres negras proliferaram durante todo o período colonial. Se a princípio estas relações confirmavam a dominação dos colonizadores sobre os colonizados, a longo prazo trouxe uma séria consequência para o sistema hierárquico em vigor. Os filhos dessas uniões inter-raciais cresceriam em número, dando origem a um novo grupo social, mestiço, que viria a causar a dissolução do antigo sistema. Como nas colônias estudadas por Stoler, este problema exigia drásticas medidas do governo colonial português. Neste sentido, procuraram, a princípio, incentivar as uniões entre europeus através de soluções para o problema da escassez de mulheres brancas, conforme indica uma Ordenança Real de 1620:

Por carta de El-Rei de 20 de Outubro, se mandou que para Cabo Verde se degradassem as mulheres que se costumavam daquela para o Brasil, a fim de que se extinga quanto possível a raça do mulato. (Barcellos apud Lopes Filho, 1996: 69)

Tal medida, porém, não foi suficiente, mesmo porque as mulheres que se procurava enviar a Cabo Verde eram brancas, mas também degredadas – prostitutas ou criminosas – o que não contribuía para a reafirmação de uma classe branca privilegiada.

Com a continuidade de uma mestiçagem intensa, a política colonial passou a atuar sobre os direitos dos mestiços. Segundo Carreira (1984: 151-153), nos princípios do período colonial a inscrição da paternidade dos filhos das escravas, servas e forras nos livros de batismo era permitida mesmo quando o pai era homem branco e casado. A partir de 1815, período que coincide com a ascensão de um grupo social intermediário, predominantemente mestiço (Lopes Filho, 1996: 67), o nome do pai passou a ser omitido nos livros de batismo. Ilegítimos, estes mestiços não se viam em condições de reclamar seus direitos, especialmente à herança. Se por um lado não se impedia o crescimento de uma classe mestiça, por outro lado procurava-se manter a distinção entre ela e a classe dominante, limitando os privilégios da primeira.

Os costumes conjugais do passado colonial trouxeram para a atual realidade cabo-verdiana conseqüências marcantes. As uniões informais socialmente legítimas, mas marcadas por uma relativa instabilidade, a prática da poligamia, elevados índices de filhos ilegítimos⁴⁰, são todos fatores que contribuem para reforçar a relação entre mãe e filho, em detrimento da relação entre marido e mulher e, principalmente, da relação entre pai e filho.

A carência de estabilidade nas uniões conjugais revela a fragilidade da relação entre marido e mulher. Circulando entre diversas unidades domésticas, o homem afasta-se progressivamente de cada uma delas. A mãe, por sua vez, sempre ao lado dos filhos, reforça cada vez mais sua autoridade doméstica. As mulheres são constantes, permanentes, enquanto os homens são transitórios, circulando quer seja entre países ou entre famílias. Não são raros os casos de homens que, mesmo morando na mesma cidade que suas mãe-di-

⁴⁰ Segundo Carreira (1984: 156), durante a década de 1960, a porcentagem de crianças ilegítimas, nascidas fora do casamento formal, variou entre 51,0% e 66,2%. Estima-se hoje que 80% das crianças no arquipélago nascem de uniões extra-conjugais (*Criança e Mulher em Cabo Verde: análise de situação*, 1998: 26).

fidju, aparecem apenas em torno de duas vezes ao ano em visitas a cada uma delas. O pai muitas vezes nem mesmo reconhece como legítimos os seus filhos e, quando o faz, está ocupado demais com as outras famílias, entre as quais tem que dividir sua atenção. Sua distância em relação a cada uma das mulheres e seus filhos enfraquece, dia após dia, seus laços com os mesmos.

O resultado de tais padrões conjugais é a proliferação de grupos domésticos que têm a mulher como chefe de família. Segundo a pesquisa realizada pela Direcção Geral de Estatística de Cabo Verde em 1995 (*Estrutura das Famílias*, 1995: 10), os chefes de família de sexo feminino representam cerca de 38,3% do total de chefia dos grupos domésticos. Em 1988-1989, a percentagem de famílias chefiadas por mulheres teria alcançado 41,45% a nível nacional (*Inquérito às Famílias*, 1989: 17). Destas, 50,42% encontravam-se na ilha de Santiago, sobretudo nas zonas rurais. Comparando estes índices com os dados referentes a outros países, podemos perceber a dimensão do fenómeno em Cabo Verde. São Tomé e Príncipe, que, conforme foi ressaltado, apresenta uma grande proximidade em relação a Cabo Verde, apresenta 33% das famílias chefiadas por mulheres e, no Caribe, onde a literatura tradicionalmente tem apontado a alta incidência de famílias chefiadas por mulheres, em 1980 estima-se que o fenómeno tenha alcançado 36,7% dos grupos domésticos (Seibert, 1999: 371).

A forte presença de mulheres como chefes de família em Cabo Verde pode ser explicada tanto pelo alto índice de emigração masculina quanto pelos padrões de união conjugal.⁴¹ Ambos os fatores favorecem o distanciamento do homem em relação ao grupo doméstico e permitem uma maior concentração de autoridade e poder nas mãos da mulher. É fundamental que se ressalte, porém, que a explicação para a centralidade da posição da

⁴¹ O grande número de viúvas, devido à maior expectativa de vida das mulheres, também é um fator a ser considerado na explicação para o alto índice de chefes de família do sexo feminino. Contudo, sendo este um fenómeno mais generalizado, vale concentrar a análise na emigração e nas formas de união conjugal, que caracterizam melhor a singularidade cabo-verdiana.

mãe no grupo doméstico não se encerra aí. A tendência “matrifocal”, embora seja reforçada no distanciamento paterno, não depende unicamente da ausência do marido-pai. Assim como afirma Smith (1996: 42) a respeito da situação na Guiana, também em Cabo Verde a matrifocalidade é uma propriedade das relações internas dos grupos domésticos, o que independe do fato de estes serem chefiados por homens ou por mulheres, como procuro demonstrar a seguir.

- O distanciamento paterno e a organização do grupo doméstico

Amaro era casado e vivia com sua esposa e seus sete filhos em um bairro humilde da Cidade da Praia. Trabalhando no controle do chafariz⁴² de seu bairro - o que lhe rendia baixo salário - proporcionava, com muita dificuldade, o sustento de sua família. Já falecido, é lembrado pelos filhos como um homem que queria sempre se impor, demonstrar sua autoridade, mas que, no fundo, “tinha bom coração”. E a família relembra vários exemplos dessa sua atitude. Quando uma de suas filhas engravidou, ainda muito jovem e sem que fosse casada, Amaro quis colocá-la para fora de casa, dizendo: “Filha minha não pari dentro da minha casa”. Mas frente à insistência da mãe, que dia após dia argumentava a favor da filha, a moça acabou tendo sua criança em casa, onde permaneceria com seu filho. E da mesma forma aconteceu com as outras irmãs que, passo a passo, repetiram o exemplo da primeira. A cada filha que engravidava sem se casar, Amaro voltava a dar a mesma ordem, mas elas sempre permaneciam na casa do pai. E algumas destas crianças foram aí criadas pela avó até tornarem-se adultos.

A história de Amaro lembra muito a experiência de Carlos, o emigrante que, de volta a Cabo Verde, descobriu que sua filha já tinha dois filhos. Embora em situações um pouco diferentes, tanto Amaro quanto Carlos demonstram tentativas de impor determinada ordem

⁴² Fonte pública de distribuição de água.

no interior de suas respectivas famílias sem que seus intuitos sejam alcançados. O alvo do conflito nos dois casos é o mesmo: a filha que engravidou sem se casar. Ambos os pais mostram-se bastante insatisfeitos e reagem frente ao acontecido. Se a situação não pode mais ser desfeita, optam pelo castigo: Carlos corta relações com a filha e Amaro tenta expulsar suas filhas de casa. Mas apesar das tentativas dos pais de se impor com base em sua autoridade, a situação permanece inalterada nas duas famílias.

Embora uma análise isolada da história de Carlos pudesse sugerir a emigração como o único obstáculo para a plena efetivação da autoridade paterna, a proximidade entre este caso e o de Amaro nos faz perceber que a emigração não é o único fator que compromete o poder do marido-pai. Amaro está presente no cotidiano familiar, além de cumprir satisfatoriamente seu papel como provedor do grupo doméstico e, ainda assim, não consegue se impor enquanto poder de decisão. O que precisa ser enfatizado é que, lado a lado com o distanciamento físico proporcionado pela emigração, há ainda uma atitude de distanciamento que acompanha esses homens no próprio convívio familiar e que prejudica a centralidade de sua posição no grupo doméstico. Relembramos abaixo um depoimento bastante esclarecedor neste sentido. Ana, comentando sobre um emigrante que, depois de muitos anos fora do país, voltou a Cabo Verde para viver junto de sua família, afirma:

O marido estava tão habituado a estar fora de casa, que, quando voltou, os filhos eram como estranhos para ele. Eu percebia a falta de carinho, de amizade, entre o pai e os filhos. A rotina do senhor era: entra, come, sai, entra, dorme, sai... Não havia um momento em que parava para ficar com os filhos. (...) Os pais, principalmente os que migram e depois voltam, mesmo presentes, são ausentes.

Embora a emigração reforce consideravelmente o distanciamento paterno, podemos perceber pelo depoimento de Ana que a atitude do pai em relação aos outros membros do grupo doméstico é decisiva para que sua posição dentro da família seja cada vez mais marginal. Mesmo após o retorno, com a presença física do pai, ele permanece

sendo “ausente” na vida familiar. Não se trata mais de uma ausência física, mas do que poderíamos chamar de uma “ausência psicológica”. A relação entre pai e filho(a) caracteriza-se, em geral, por uma formalidade que marca uma carência de convívio e de participação de um na vida do outro. A distância paterna traduz-se também numa relação distante, sem “carinho” e “amizade”, sem calor humano. Reservado e frio, o pai se contrapõe à imagem da mãe, em sua atitude calorosa, que a identifica, mais uma vez, ao clima quente das ilhas.

A rotina descrita por Ana – “entra, come, sai, entra, dorme, sai...” - sugere, logo à primeira vista, uma associação do homem com a rua e, conseqüentemente, seu afastamento em relação ao domínio doméstico. Traçar essa construção dos espaços de circulação tanto dos homens quanto das mulheres pode representar outro importante caminho para se explicar essa “ausência” paterna, contraposta à presença da esposa-mãe no cotidiano da família.

Sair à noite para boates, especialmente em Assomada, no interior de Santiago, não é um programa ao alcance de qualquer um. Estes locais ficam repletos de rapazes, mas são muito poucas as moças que podem freqüentá-los. O número de homens costuma ser algo próximo de quatro ou cinco vezes o número de mulheres. Em um lugar onde o índice de masculinidade se mostra bastante baixo, essa constatação pode, a princípio, causar surpresa. A explicação, porém, não está na quantidade de mulheres residentes na região, mas na concepção do que viria a ser um espaço conveniente para sua circulação. Muitos pais não deixam suas filhas saírem para boates e, se casadas, seus maridos também exigem que permaneçam em casa.

O controle sobre a circulação das mulheres em determinados espaços atua de maneira contundente. Certa tarde, quando Suzana levava-me em um passeio por Assomada, a moça quis ir comigo até um bar, mas, receosa, disse: “Não podemos entrar

desacompanhadas, sem um cavalheiro.” Perguntei-lhe então para onde saem as meninas e Suzana insistiu que elas simplesmente não saem. Não podem nem mesmo fazer um passeio até a sorveteria. Acompanhadas do namorado de Suzana, finalmente pudemos entrar no bar. Lá dentro, só havia homens, com exceção das garçonetes que, segundo a moça, eram todas pixinguinhas⁴³. Enquanto a própria Suzana procurava uma maneira de entrar no bar, acusava todas as outras mulheres que lá se encontravam.

Na Cidade da Praia, a quantidade de mulheres que freqüentam bares e boates já é bem maior. Mas o fato ainda causa espanto, especialmente quando saem sem a companhia de um homem. Nas ruas, em frente às casas, onde os jovens despendem horas conversando, também não é comum encontrar mulheres. Mas à medida em que se entra nas casas, começa a se revelar um universo feminino. Os homens, como indicado no depoimento de Ana, limitam-se a freqüentar suas casas para comer e dormir. Saem durante o resto do tempo, deixando o ambiente doméstico sob o domínio materno.

Do que foi exposto até aqui, segue-se naturalmente a associação entre os homens e a rua, de um lado, e as mulheres e a casa, de outro. A relação apresenta-se ainda em conformidade com a idéia, já abordada, de que o homem circula – entre países ou entre famílias – enquanto a mulher permanece fixa. No entanto, uma observação mais detalhada a respeito do espaço feminino revela que a associação entre a mulher e a casa – e, especialmente, a sua casa – mostra-se bastante simplista. A descrição de um único dia na vida de uma mulher, apontando toda sua trajetória e as atividades que desenvolve, pode indicar importantes singularidades na elaboração desse espaço feminino. Adiante, segue a descrição de um dia comum na vida de Vitória, uma jovem senhora residente em Assomada.

⁴³ “*Pixinguinha*” é um termo bastante amplo, sendo utilizado em situações diversas, a fim de insultar ou censurar comportamentos que vão desde uma atitude considerada mais ousada para o padrão local até a prostituição de fato. Suzana, por exemplo, justificou o uso do termo indicando que o comprimento das saias das garçonetes era demasiadamente curto. Vale notar que o termo só é aplicado a mulheres.

Era uma segunda-feira. Pela manhã, ainda cedo, Vitória saiu de casa e foi até a sede da organização não governamental onde trabalha. Após resolver alguns assuntos mais urgentes, deixou o local e seguiu até um centro de formação profissional, onde também participa como membro do núcleo de coordenação. Depois de conferir o andamento dos cursos, partiu rumo a Achada Lém, uma localidade na zona rural de Santa Catarina. Aí, visitou a escola e procurou saber das dificuldades enfrentadas por eles, mostrando-se sempre bastante envolvida com os problemas da comunidade. Visitou, em seguida, algumas famílias, divulgando os serviços prestados pela ONG na qual trabalha. Chegada a hora do almoço, ainda em Achada Lém, seguiu até a casa de uma senhora, mãe de seu colega de trabalho, onde fez a refeição. Após uma longa conversa, pegou a condução de volta à Vila de Assomada. Foi novamente até a ONG e, em seguida, foi fazer compras em um mercado. Passou em casa para deixar as compras e servir o lanche aos seus três filhos. Deixando-os sob os cuidados da avó, Vitória saiu novamente, indo desta vez até a casa de uma prima. Assistiu à novela e ao noticiário. Depois, jantou com a prima, que tinha preparado uma catxupa⁴⁴ para a família. Só então, já em torno das 22:00 h, Vitória voltou à sua casa para dormir.

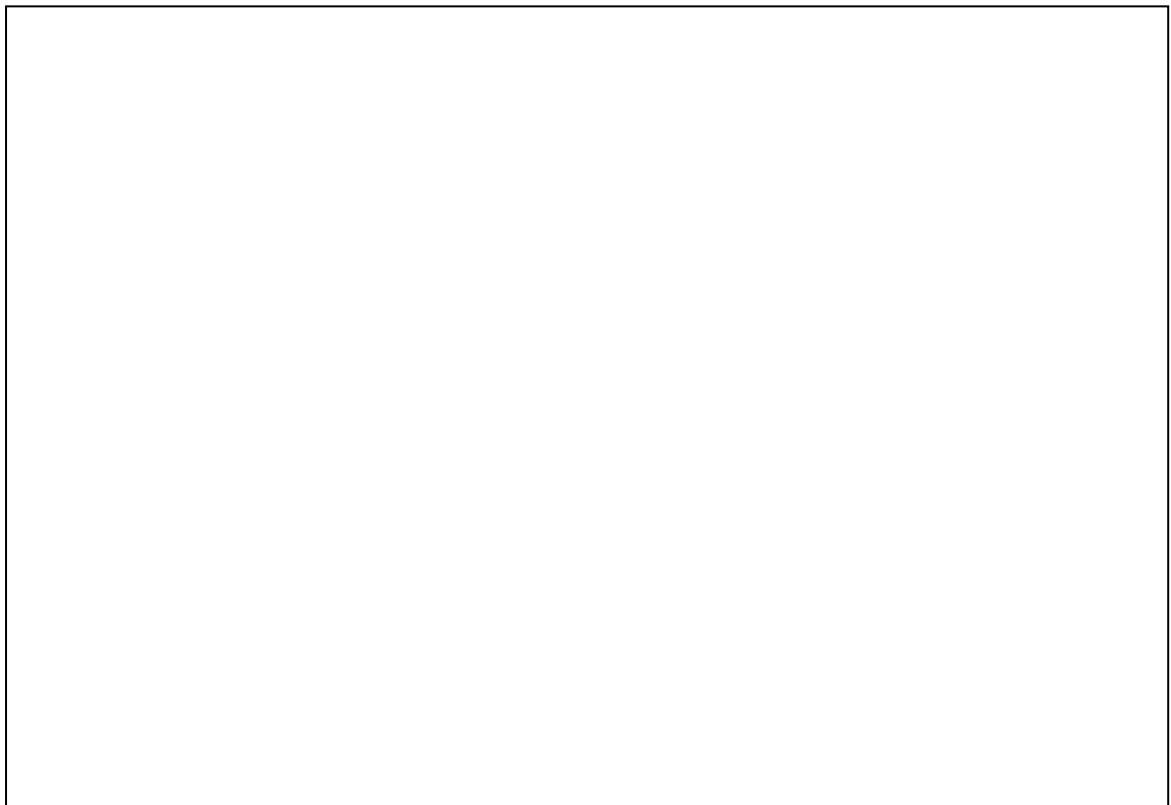
A descrição acima demonstra como as mulheres não se mantêm fixas às suas casas, como sugerido a princípio. Vitória é uma pessoa bastante ativa e isso não compromete sua reputação, uma vez que é muito respeitada por todos na vila. Outras mulheres como Vitória também circulam muito pela vila e mesmo fora dela. O que é importante observar é que essas mulheres têm um circuito próprio, que difere do circuito masculino. Fora as atividades de trabalho de cada uma, existem outros locais freqüentados regularmente por elas, sem que isso prejudique o julgamento sobre as mesmas. Os mercados e feiras são um bom exemplo disso.

⁴⁴ Comida típica cabo-verdiana.

Os mercados que vendem produtos alimentícios funcionam diariamente. Cada vila tem ainda, em determinado dia da semana, uma feira, onde é vendida uma grande diversidade de produtos. Em Assomada, por exemplo, a Sucupira⁴⁵ acontece às quartas-feiras e aos sábados. Mulheres de toda a ilha freqüentam esses locais, tanto para comprar quanto para vender. As mercadorias vendidas vão de roupas e sapatos à produtos eletrônicos, utensílios domésticos, jóias, alimentos, produtos de perfumaria, etc. A origem das mercadorias também varia bastante. São produtos comprados especialmente nos Estados Unidos, no Brasil, em Portugal e em países da África (Senegal e Gâmbia principalmente). Quem tem família fora de Cabo Verde em geral vende os produtos que estes parentes mandam do exterior. Aqueles que têm melhores condições vão pessoalmente buscar as mercadorias fora do país. Quem não tem acesso a essas facilidades, compra mercadorias dos comerciantes para então revender nas feiras. O fundamental aqui é que as mulheres conformam a grande maioria destes vendedores, os chamados rabidantes. Em especial, as hortaliças são vendidas exclusivamente por mulheres. Elas trazem os produtos (verduras, frutas, ervas, feijão, milho...) do interior da ilha, em geral de suas próprias roças, e às vezes até de outras ilhas. Algumas destas mulheres trabalham diariamente nos serviços domésticos e só participam desse comércio no dia da feira de sua vila. Outras circulam por toda a ilha, acompanhando a dinâmica das feiras. Vendem seus produtos todos os dias, cada vez em um lugar: às quartas e sábados em Assomada, às quintas na Vila de Tarrafal, e assim sucessivamente.

A fotografia abaixo retrata o mercado da Cidade da Praia:

⁴⁵ *Sucupira* é o nome das feiras da Cidade da Praia e Assomada. A denominação parece ter tido origem no seriado de televisão brasileiro *O Bem Amado*, de muito sucesso em Cabo Verde.



As feiras, especialmente as seções voltadas para a venda de produtos alimentícios, são um espaço eminentemente feminino. É essencial observar que, embora seja um espaço voltado especialmente para o comércio, importante fonte de renda para inúmeras famílias, ele não se limita a isso. As feiras mobilizam um grande número de pessoas. Na Sucupira de Assomada, por exemplo, em torno de duas mil pessoas circulam durante o dia de feira. Para além da compra e venda, as feiras e mercados são um espaço de circulação, onde mulheres de toda a ilha se reencontram, acompanham as novidades, trocam experiências, etc.

Outro importante espaço de circulação das mulheres são as casas de amigas e parentes. Visitas entre mulheres são muito comuns, a exemplo de Vitória, que regularmente ia a casa de sua prima. Essa rotina sugere um outro circuito feminino, capaz de reforçar uma série de laços entre as mulheres. Elas não apenas freqüentam as casas umas das outras, mas

também se dedicam a uma rede de ajuda mútua. Em suas visitas, prestam serviços, ajudando a cuidar das crianças ou das tarefas domésticas, por exemplo.

Torna-se evidente que as mulheres não estão, de maneira alguma, fixas às suas casas. Elas partilham de uma grande mobilidade que, no entanto, está restrita a alguns espaços específicos. Vale notar que são todos eles espaços vinculados de alguma forma ao domínio doméstico. A compra e venda de alimentos está associada ao dever de “cuidar da casa”, de nutrir a família. As visitas e a ajuda mútua entre mulheres também se desenvolvem fundamentalmente no domínio doméstico. Associadas à casa e a outros espaços a ela vinculados, as mulheres assumem uma posição central no grupo doméstico. A casa não é apenas o lugar da mulher, mas o lugar da família. E é sobre a própria família que a dominância feminina se reforça. Ainda, ao entrarem em contato umas com as outras, seja nas idas às feiras ou em suas constantes visitas, as mulheres criam entre elas uma importante rede de relações, que passa a ser, em última instância, a principal ligação entre diversos grupos domésticos. Além de ser o foco da família, a mulher torna-se também o ponto focal da rede de relações inter-domésticas.

Enquanto a mulher consolida seu controle sobre a família, reforçado pela sua participação intensa no cotidiano familiar, o homem é progressivamente expulso do domínio doméstico. Se o homem não participa da rotina doméstica, não auxilia nos serviços de casa, isso não é apenas uma decisão sua. A própria mulher não quer a ajuda do marido neste sentido. “Cuidar da casa” é o papel da esposa e ela não permite que o marido invada seu domínio. Quando a ajuda do homem em casa é colocada em questão, a mulher não hesita em responder: “Não tem nada para ele fazer aqui”.⁴⁶ E o marido, muitas vezes, não é nem mesmo considerado parte da família. Certa vez, em um almoço onde estavam presentes os

⁴⁶ O mesmo não acontece em relação aos filhos. Desde muito cedo as crianças são levadas a ajudar nos afazeres domésticos. Atividades como buscar água, atender à porta, ajudar na limpeza da casa ou mesmo cuidar dos irmãos mais novos são tarefas exigidas dos filhos, tanto como um método de gestão familiar quanto como uma forma de socialização das crianças.

irmãos da dona da casa, uma amiga perguntou a ela, referindo-se a um dos irmãos, se ele era seu marido. Prontamente, a mulher respondeu: “Não, ele é meu irmão. Aqui não tem marido, só tem família.”

Essa situação vem reforçar ainda mais a imagem construída por Ana: “A mãe é que é tudo. O pai é uma figura...”. Enquanto o pai permanece afastado do convívio familiar, tendo sua autoridade preservada apenas a nível do discurso, a mãe assume uma posição central nas interações cotidianas. Autoridade máxima no domínio doméstico, a esposa-mãe se contrapõe ao marido-pai, que se torna cada vez mais distante em relação aos outros membros da família, incapaz de se impor enquanto poder de decisão.

É importante perceber aqui a distinção fundamental entre a chefia da família como categoria formal e a autoridade real sobre os membros do grupo doméstico (cf. Woortmann, 1987: 67). O pai, se está presente como no caso de Amaro, cumprindo com o seu papel de provedor, não perde sua posição de chefe da família. No entanto, nas interações cotidianas, a autoridade passa para as mãos da mãe, que efetivamente dá as ordens no grupo doméstico. Para que se compreenda a tendência matrifocal das famílias cabo-verdianas, é central que se perceba que ela não está necessariamente vinculada à idéia da mulher como chefe de família. Como afirma Tanner (1974: 133), a matrifocalidade não é o produto de uma particular composição do grupo doméstico, caracterizada pela ausência do pai. Há uma série de práticas e valores que organizam as interações no grupo doméstico e que fazem da mulher o foco da família.

Tanner (1974: 131-132), ao especificar as características essenciais da matrifocalidade, sugere que sistemas de parentesco “matrifocais” são aqueles onde o papel da mãe é central tanto em termos estruturais quanto culturais e afetivos. Isso significa que:

- 1) a mãe tem um certo controle sobre o grupo doméstico, estando envolvida com o gerenciamento da renda familiar e com o processo de tomada de decisão nas questões que

dizem respeito ao grupo; 2) a imagem da mãe é um valor para a sociedade; e 3) a posição afetiva da mãe é central e esse afeto é culturalmente valorizado e padronizado, sendo uma força motivadora para o desenvolvimento da tendência matrifocal. Implícitas nos traços especificados pela autora estão duas idéias centrais: trabalho e maternidade. Por um lado, o poder econômico e político sobre o grupo doméstico pressupostos na componente estrutural da matrifocalidade implicam um envolvimento da mãe no trabalho remunerado. Por outro lado, a valorização da imagem da mãe e sua posição afetiva estão intimamente relacionados à sua relação com os filhos. Além disso, o próprio trabalho da mulher fora de casa está condicionado às suas obrigações como mãe. É, portanto, enfocando essas duas temáticas e suas inter-relações que prossigo na análise do papel desempenhado pelas mulheres cabo-verdianas e de suas implicações para a organização familiar.

O gerenciamento do orçamento doméstico é uma atividade que tem sido executada pela esposa-mãe em grande parte das famílias em Cabo Verde. Mulheres que se posicionam na chefia das famílias, sejam elas viúvas, esposas de emigrantes ou mães solteiras, assumem totalmente o gerenciamento da renda familiar. Quando os maridos emigrantes enviam remessas de dinheiro à família, é à mulher que cabem as decisões sobre sua utilização. Mesmo que o pai envie o dinheiro diretamente aos filhos, “é a mãe quem diz com o quê e como gastar”. E tal função não se limita às mulheres cujos maridos estão ausentes. Esmeralda, por exemplo, embora seja casada e viva com seu marido, é a responsável pela administração de parte importante dos negócios da família, como o bar construído por um de seus filhos. O marido, mesmo presente, não toma parte em suas decisões. Voltado exclusivamente para o trabalho em uma pequena propriedade agrícola da família, ele deixa nas mãos da esposa todo o gerenciamento da renda familiar.

A mulher não apenas gerencia o orçamento doméstico, mas também, muitas vezes, contribui para o mesmo. Embora idealmente a função de “ganhar pão para a casa” seja

reservada ao homem, grande parte das mulheres se dedica ao trabalho fora de casa. Já foi ressaltado como a feira é um importante local de serviço para essas mulheres. De fato, o comércio informal está profundamente relacionado ao trabalho feminino. As mulheres integram cerca de 80% do mercado informal em Cabo Verde. Vale notar que a própria noção de “informalidade” desse serviço revela sua disparidade em relação às estipulações do modelo dominante. O comércio informal aparece, neste sentido, como uma tentativa das mulheres de criar um espaço que responda às suas demandas por um serviço remunerado.

O trabalho feminino não está vinculado apenas a uma situação de escassez econômica onde o homem se mostra incapaz de sustentar sozinho sua família. Certamente este é um motivo de peso para que tantas mulheres busquem trabalhar fora de casa. Mas a explicação para essa procura não se encerra aí. O trabalho remunerado funciona como um passo fundamental na construção da independência feminina. Ana afirma com veemência que tudo o que quer é poder contribuir para o patrimônio da família, “construir junto”, de tal forma que possa se sentir menos dependente do marido, usufruindo de maiores direitos. Muitas vezes as próprias mães incentivam o trabalho das filhas para que elas construam, assim, sua própria independência. A possibilidade de cooperar para o sustento da família, além de ser uma importante contribuição para a independência feminina, é ainda um fator decisivo para que se fortaleça o poder econômico e político da mulher sobre os outros membros do grupo doméstico.

Ao lado da participação central da mulher na vida econômica da família, a existência de um forte vínculo entre mãe e filhos é outra condição essencial para o desenvolvimento de uma tendência matrifocal nas interações familiares. Ter filhos é, em certos setores da população cabo-verdiana, um grande valor. Mesmo com a atuação de uma série de organizações que incentivam e viabilizam práticas contraceptivas, a taxa de fecundidade a nível nacional é ainda bastante elevada. Para muitos homens, ter uma grande quantidade de

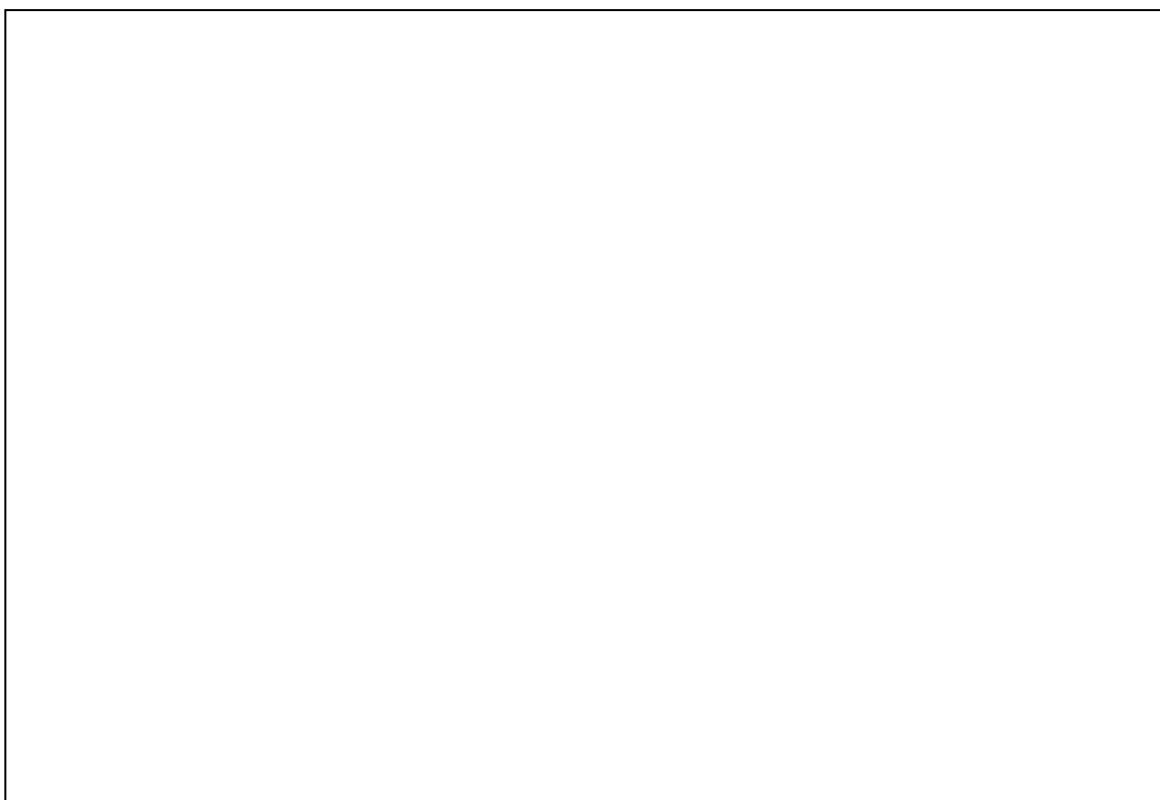
filhos é um importante símbolo de prestígio. Um homem com muitos filhos “é mais galo que todos os galos”. A religiosidade da população é outro forte argumento contra o uso de métodos anticoncepcionais. Baseados na crença católica, muitos acreditam que devem ter “tantos filhos quanto Deus quer”. Nem mesmo as difíceis condições financeiras contribuem para uma maior preocupação com o planejamento familiar, pois, como muitos afirmam, “cada filho nasce com seu pão”.⁴⁷ Tão grande quantidade de filhos exige uma atenção especial às responsabilidades na criação dos mesmos. E é nesse momento que a mulher surge como uma figura central.

A associação da mulher com o domínio doméstico envolve, logo a princípio, sua participação na criação dos filhos. No contato diário com as crianças, a mãe desenvolve um alto grau de autoridade sobre elas. Sua atuação é decisiva nas questões que dizem respeito aos filhos. Vale relemburar, uma vez mais, o depoimento de Ana, que afirma: “A mãe é que tem que pensar na doença, na morte, na alimentação, na educação... A mãe é que é tudo. O pai é uma figura...”. A imagem da mãe é construída, neste sentido, como a grande responsável pelos filhos. Sua dedicação ilimitada é sempre ressaltada como prova de seu valor. Janete, que viu seu *pai-di-fidju* partir para a Holanda antes mesmo do nascimento da criança, queixa-se, em um misto de mágoa e orgulho: “Ter filho não é nada, criar filho é tudo. (...) O pai só fez os filhos e sumiu. Ele não se preocupa com as crianças.” E é essa mãe, que é tudo para seus filhos (em oposição ao pai, sempre “ausente”), que constrói a base mais sólida das relações familiares.

Sem dúvida, a relação mais forte na família é a relação entre mãe e filhos. É naturalmente assim, envolvendo um carinho muito forte que vem desde o aleitamento. (Maria Madalena Tavares, presidente da OMCV)

⁴⁷ O valor de ter filhos não pode ser generalizado à totalidade da população cabo-verdiana. A taxa de fecundidade varia profundamente entre as zonas rural e urbana e conforme a faixa etária e o estrato sócio-econômico do grupo em questão. Em parte como resultado de um investimento maciço em campanhas a favor do planejamento familiar, muitas pessoas têm modificado sua opinião sobre o assunto, como Regina: “Antigamente as mulheres tinham muitos filhos. Agora, com a situação econômica, não dá. Só 2 ou 3”.

O discurso acima revela como o valor da relação mãe-filho(a) remete a questões em torno da natureza feminina. O ato de amamentar, de nutrir suas crianças, é um entre vários símbolos que reforçam o laço entre a mulher e seus filhos. Os próprios filhos ressaltam que é na mãe que encontram a segurança, o apoio e a cumplicidade que carregam por toda sua vida. E as meninas, desde muito cedo, são socializadas de forma a estarem preparadas para desenvolver, no futuro, este papel central.



A fotografia acima revela como a menina, na brincadeira de boneca, começa a aprender sobre suas responsabilidades futuras. Com a boneca amarrada às costas, ela imita o gesto das mães cabo-verdianas que carregam assim seus filhos e reproduz um dos símbolos maiores da relação entre mãe e filho, como veremos mais adiante.

O valor da maternidade e a necessidade do trabalho feminino apresentam, no entanto, uma situação paradoxal. No momento em que se confrontam a criação dos filhos e o trabalho remunerado, uma questão ganha peso: quem cuida das crianças enquanto a mãe, principal responsável por elas, precisa trabalhar fora de casa? O confronto entre essas duas dimensões do papel da mãe dá origem a um dilema que acompanha a mulher durante toda sua vida. Aparecida, mãe de 13 filhos, aos 57 anos de idade ainda vivencia as consequências dessa contradição fundamental. Sentindo que sua saúde já não corresponde às expectativas de trabalho, lamenta-se: “O país é pobre, tem muito trabalho e as mulheres têm muitos filhos. No final, o corpo está acabado e não dá mais para trabalhar.” Se o desgaste físico proporcionado pela maternidade é um problema que se faz sentir a longo prazo, até a velhice, as responsabilidades com os filhos, quando ainda crianças, são um obstáculo ainda maior para que a mulher possa trabalhar fora de casa.

Como ressalta Sheldon (1992), numa sociedade onde a identificação entre “crianças”, “domesticidade” e “responsabilidades de mulher” é central, a capacidade de uma mulher trabalhar fora está vinculada ao seu acesso a creches ou à ajuda de amigos ou membros da família. De fato, estas duas formas de auxílio, especialmente a segunda, são muito importantes para as mulheres cabo-verdianas. Mas há ainda outras soluções encontradas por elas na negociação destas funções contraditórias. A mãe pode levar os filhos com ela para o trabalho, pode deixá-los sozinhos em casa ou contratar uma empregada para cuidar das crianças. A tabela abaixo indica a frequência com que cada uma destas soluções é utilizada.

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS POR SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA, CONFORME O RESPONSÁVEL PELO SEU CUIDADO DURANTE O TRABALHO MATERNO, CABO VERDE, 1994				
RESPONSÁVEL PELO CUIDADO DAS CRIANÇAS	SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA (%)			TOTAL (%)
	BAIXA	MÉDIA	ALTA	
Irmãos(as) mais velhos(as)	25,6	24,9	6,1	20,6
Avó/tia	49,0	50,2	49,0	49,4
Vizinhos(as)	6,7	6,9	9,4	7,4
Leva com ela	10,8	8,0	6,5	8,7
Fica sozinha	3,5	2,3	1,2	2,5
Empregada	1,9	2,6	13,6	4,9
Outro	2,5	5,1	14,4	6,3
TOTAL	578	536	419	1533
FONTE: <i>A Saúde das Crianças Menores de Cinco Anos em Cabo Verde</i> (1996: 74)				

Segundo os dados acima, a grande maioria das crianças permanece sob a responsabilidade de membros da família enquanto a mãe trabalha fora de casa. Avós, tias e irmãos(as) conformam 70% dos responsáveis pelas crianças durante o trabalho materno. Quanto à porcentagem de crianças que ficam sozinhas, apesar de a tabela indicar um valor bastante baixo (2,5%), este é um dado muito relativo. Quando as crianças permanecem sob a responsabilidade dos irmãos mais velhos, que em geral são eles próprios crianças também, torna-se difícil traçar uma distinção rígida entre aquelas que são cuidadas por parentes e as que ficam sozinhas em casa. Em uma região bastante pobre da Cidade da Praia pude observar uma situação que revela claramente esta questão. Na casa de um senhor já bastante idoso, que morava com sua esposa e duas filhas, todas elas com problemas de saúde, havia três crianças. A mais velha tinha seis anos, seguida por uma de três anos e outra de apenas um ano de idade. Filhas de um casal vizinho, as crianças eram deixadas sob a responsabilidade da família enquanto os pais saíam a serviço. Contudo, sem condições para cuidar das crianças, a família acaba deixando as duas meninas menores sob a

responsabilidade da mais velha. Com apenas seis anos de idade, a menina assumia todas as funções no cuidado das irmãs. Com a mais nova amarrada às suas costas com um pano – a brincadeira de boneca já havia dado lugar à realidade muito cedo – procurava acalantar a criança que chorava, enquanto, rigorosa, buscava corrigir o mal comportamento da irmã de três anos através de pequenos castigos. Se por um lado a situação revela que muitas crianças são deixadas sozinhas na prática, por outro lado mostra como desde muito cedo estas meninas vêm sendo preparadas para desenvolver as funções maternas.

Vale notar que o número de crianças deixadas sob a responsabilidade dos irmãos é significativamente menor nos estratos sociais mais elevados, enquanto aquelas deixadas aos cuidados de empregadas têm aí maior expressão. A categoria “outro”, que muito provavelmente inclui o acesso aos serviços de creches e jardins de infância, também demonstra uma grande diferença entre os estratos sócio-econômicos, sendo mais expressiva entre a classe alta.

Outra parte significativa das crianças (8,7%) é levada com a mãe para o trabalho. Especialmente as mulheres que trabalham no comércio informal tendem a levar seus filhos mais novos com elas, como pode ser observado na fotografia abaixo:



Nos mercados e feiras, muitas mães podem exercer um serviço remunerado e, simultaneamente, cumprir a função de cuidar dos filhos. Desta forma, o ambiente das feiras partilha mais intensamente do caráter de domesticidade que já havia sido ressaltado anteriormente.

Para facilitar a mobilidade durante o trabalho, muitas mães mantêm seu filho amarrado às costas com um pano. Esta forma de carregar as crianças, além de ser bastante prática, tem uma importância fundamental como símbolo da relação entre mãe e filho. *Bombu*, o ato de carregar as crianças com a ajuda do pano, evoca todo o conforto, carinho e

proteção que a mãe oferece a seu filho e alimenta o afeto deste por sua mãe, consolidando a centralidade materna na vida familiar.⁴⁸

O pano utilizado para carregar as crianças é um símbolo que concentra em si diversas dimensões do papel de mãe. Utilizado também pelas mulheres amarrado na cintura, o pano desempenha uma importante função:

Tem uma coisa na barriga que se chama madri. Depois que a mulher tem filho, ele fica solto. Se não segurar com o pano, a mulher sente dor na barriga. (Madalena)

Madri, o útero, se não ficar seguro pelo pano, “corre por todo o corpo” e a mulher se sente fraca. É preciso que se amarre o pano principalmente quando se faz muito trabalho, quando se carrega muito peso. O pano está relacionado, portanto, à força e ao trabalho feminino. Como indica Vitória, “amarrando o pano as mulheres se sentem mais fortes, mais seguras, com mais coragem”, desempenhando melhor suas atividades. Também no *batuku*, especialmente na *txabeta*, momento em que os movimentos da dança tornam-se mais vigorosos, as mulheres amarram o pano nos quadris para conferir mais força ao movimento. Por outro lado, o pano está intimamente associado à maternidade. “Só depois que tem o primeiro filho é que tem *madri*”. Assim, só as mulheres que são mães devem usar o pano amarrado à cintura. Vinculado à maternidade, ao trabalho e à força, o pano se torna um poderoso símbolo da mãe e, por extensão, da família cabo-verdiana.⁴⁹

Embora o papel da mãe na criação dos filhos seja muito importante, é preciso observar mais atentamente o papel desempenhado por outros membros da família. Conforme indicado na tabela, 49,4% das crianças permanecem sob a responsabilidade de

⁴⁸ Também na Guiné-Bissau, *bambaran*, o pano utilizado pelas mães para carregar as crianças, é apontado por Trajano Filho (1998: 481) como o símbolo mais poderoso na representação da relação mãe-filho, a ligação que constitui, por excelência, a família guineense.

⁴⁹ O pano utilizado no cotidiano da mulher cabo-verdiana é fabricado na Indonésia e importado pelos cabo-verdianos de outros países africanos. Há ainda o *panu terra* (pano da terra), fabricado artesanalmente em Cabo Verde. Toda mulher tem pelo menos um ou dois panos da terra. Utilizado em ocasiões especiais, como festas e visitas, o pano da terra também é usado pela mulher quando está doente, uma vez que possui poder curativo. Todo pano dá mais força, mas o produzido em Cabo Verde é especialmente poderoso: “O *panu terra* é um valor, como ouro.”

avós e tias. Os dados não variam significativamente conforme o estrato sócio-econômico. Em todas as camadas, tias e, especialmente, avós ocupam uma posição central. O primeiro ponto a se observar neste dado é que, mesmo quando a mãe recebe ajuda de outra pessoa para a criação dos filhos, esta pessoa é sempre, ou quase sempre, uma mulher. A responsabilidade sobre as crianças permanece como uma função feminina.

Dentre essas mulheres que atuam no cuidado das crianças, a avó é especialmente importante. Sua atuação não se limita aos casos em que a mãe precisa trabalhar fora. Quando a mãe emigra ou deixa o país para estudar, é a avó quem assume todas as responsabilidades sobre o neto. E mesmo quando a mãe continua no país, próxima ao filho, muitas vezes é a avó quem cuida da criança, que pode passar algumas horas do dia com a avó ou mesmo morar definitivamente em sua casa. Além dos netos, estas senhoras podem também ter um filho de criação ou algum jovem que elas mantenham em suas casas, dando a ele condições de estudo.

Essa posição central da avó, muitas vezes mais importante do que a mãe biológica, pode parecer contraditória em um contexto onde o grande valor é a figura da mãe. É preciso que se perceba, porém, que a mãe – ou *mamá* – é um termo classificatório, englobando diferentes posições, inclusive a da avó. O neto biológico criado pela avó passa a chamá-la de *mamá*, da mesma forma em que esta o chama de *fidju* (filho) e o trata como seus filhos biológicos. Ainda, primos criados pela mesma avó tratam um ao outro como *irmon* (irmão), assim como uma criança criada pela avó também vê no seu tio um *irmon*. Os termos, portanto, alcançam uma diversidade de posições genealógicas e “*mamá*”, como um símbolo, tem seu significado expandido para além da mãe biológica, alcançando todas aquelas que atuam como tal.

Ao assumir o papel de mãe, a avó não apenas ajuda seu(sua) filho(a) na criação de seus próprios filhos, mas também adquire vantagens na nova posição. Com tantas crianças

sob seu domínio (netos, sobrinhos, filhos de criação...) a mulher reforça sua posição dentro da família. Até mesmo filhos do seu marido tidos fora do casamento são muitas vezes aceitos como seus próprios filhos e tratados como tal. Ter filhos é um valor, e quanto mais pessoas estão sob seu controle, mais legítimo seu poder dentro do grupo doméstico. Além disso, à medida em que crescem, essas crianças, como todos os filhos, são uma importante forma de ajuda na realização dos afazeres domésticos.

Para se compreender o modelo de organização familiar em Cabo Verde, com suas diversas variantes, é necessário estar atento ainda para sua dimensão temporal. Embora a estrutura social permaneça relativamente estável, as transformações pelas quais passa cada grupo doméstico ao longo do tempo, com a morte e o nascimento de novos membros e com mudanças nas relações entre eles, apontam para a um caráter dinâmico do modelo (Fortes, 1949). Estas transformações indicam diferentes momentos da vida do grupo, que passa por um ciclo de desenvolvimento que vai desde o seu surgimento até o momento em que se dissolve, dando espaço a novos grupos domésticos. A centralidade que alcança a mulher, e particularmente a avó, dentro da família só pode ser devidamente compreendida a partir de uma atenção especial a essa dinâmica do modelo, com a análise do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.

Segundo os dados fornecidos pelo governo de Cabo Verde, a precocidade das relações sexuais no país é marcante, sendo que 22% das jovens têm a sua primeira relação sexual antes dos 15 anos de idade (*Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva*, 1998: 33). Uma vez que estas jovens iniciam muito cedo sua vida sexual, segue-se naturalmente um alto índice de gravidez precoce, com dados indicando percentuais de 45% de mulheres que tiveram o seu primeiro filho antes dos 20 anos de idade e de 18% antes dos 18 anos (*Criança e Mulher em Cabo Verde: análise de situação*, 1998: 33). Tão jovens, estas mulheres ainda não se encontram plenamente preparadas para responder a todas as

exigências do papel de *mamá*. É neste momento que a avó surge como uma figura importante que vai assumir as responsabilidades sobre a criança. No meio urbano, é a própria avó materna quem, em geral, assume esta função. Já no meio rural, onde a perda da virgindade e a gravidez fora do casamento ainda são encarados como um grande problema, motivo de desonra para a família da moça, esta última geralmente sai de casa, indo viver com seu parceiro na casa dos pais dele e levando com ela seu filho, que será cuidado pela avó paterna.

No grupo doméstico que teve seu início na união entre um homem e uma mulher, seguida do nascimento dos seus filhos, a gravidez da(s) filha(s) parece ser a primeira grande transformação no seu ciclo de desenvolvimento. Neste momento, a avó que passa a criar seu(s) neto(s) começa a consolidar uma posição de dominância no grupo. Estando mais independente, com seus filhos já crescidos, e aumentando a quantidade de pessoas sob seu domínio, assume uma posição central dentro da família. Por outro lado, seu companheiro, que já sente sua autoridade enfraquecida como consequência de seu distanciamento em relação ao grupo doméstico – levando em consideração, aqui, todas as formas de distanciamento já referidas anteriormente – perde ainda mais poder frente ao fato de que seus filhos começam a trabalhar e ganhar dinheiro, não dependendo mais unicamente de sua contribuição para o sustento da família.

Sem precisar dedicar-se totalmente à criação de seus filhos, caso os tenham, os jovens filhos do casal (homens e mulheres) partilham de uma maior mobilidade. Alguns passam a trabalhar, outros emigram, outros vão estudar no exterior, ou mesmo casam-se e têm (outros) filhos. Daqueles que se casam, alguns mudam-se para uma casa nova ou para a casa da família do cônjuge, outros permanecem com seus pais. A frequência de casais que vivem na casa dos pais da mulher parece ser bem maior do que as outras possibilidades, apesar de também ser grande a frequência de casais morando com os pais do homem ou em

uma nova casa. Embora não haja dados quantitativos precisos neste sentido, torna-se interessante uma consideração a respeito das elaborações sobre o ideal de residência.

Os discursos sobre a experiência de morar na casa dos pais do cônjuge, especialmente quando é a mulher que vai para a casa dos pais do marido, revelam sempre uma situação bastante conflituosa.

A família do marido interfere muito na vida dos casais em Cabo Verde. Interfere querendo saber do dinheiro deles, quanto que estão ganhando, com que estão gastando, e principalmente interferem na quantidade de filhos do casal. (...) É muito raro casar e ir morar com a mãe do marido. Isso até acontece, mas normalmente dura pouco. Há muitos problemas de relacionamento. Já a mãe da mulher tem mais capacidade de... não sei. (Ana)

Quando moram na casa da mãe da mulher, está tudo bem. A sogra cativa o marido da filha e constrói uma amizade. Mas quando vão morar na casa da mãe do homem, sempre tem problema. A mãe do homem tem ciúmes da mulher e cria muita rivalidade. Sempre dá problema. (...) Mas o melhor mesmo é ir morar numa casa separada. Casamento é para viver a dois. O casal tem que ser independente, nem que seja para morar numa casinha pobre. Morar com os pais não é bom. (Beatriz)

Morar em uma casa nova após contrair o matrimônio é o ideal de residência para aqueles que se casam: “O cabo-verdiano quando casa não quer ir morar com os pais. Se não tiver meios fica, mas se tiver, sai.” Contudo, além de os constrangimentos econômicos serem muitas vezes um obstáculo insuperável na aquisição de uma casa nova, não parece ser exatamente este o ideal de residência para muitos pais, mesmo nos estratos mais elevados. Em Cabo Verde, é um padrão arquitetônico, entre os estratos médios e altos, a construção de pequenos prédios com duas ou três moradias independentes. Em cada andar, tem-se uma residência completa para a habitação de uma família. Embora tais moradias possam às vezes ser alugadas, os pais normalmente as constroem com a intenção de que sejam posteriormente utilizadas por um ou mais de seus filhos, de tal forma que pais e filhos permaneçam morando juntos, mesmo após o casamento destes últimos. E ainda nos casos de residência neolocal, é importante notar que, pela própria proximidade que se mantém em

relação à casa dos pais, normalmente não há um isolamento da nova família nuclear que se forma.

Para a mãe e o pai, a composição do grupo doméstico como uma família extensa pode se apresentar bastante vantajosa, uma vez que eles se posicionariam no topo da estrutura hierárquica deste grupo. No entanto, tal composição é, também, uma fonte de conflitos. Os depoimentos acima revelam uma grande tensão entre a mãe do homem e sua esposa. Ponto focal do grupo doméstico, a mãe sente seu domínio invadido no convívio com a esposa do filho. Trata-se, portanto, de uma competição entre essas mulheres.⁵⁰ Já nos casos em que o casal vai morar com a família da mulher, a relação entre mãe e filha apresenta-se muito mais harmoniosa, controlada pela autoridade que a primeira tem sobre a segunda. Mais ainda, a ligação entre as duas tende a fortalecer o caráter matrifocal do grupo, em detrimento da autoridade dos homens da casa. Com a morte de seu marido, a *mamá* consolida ainda mais seu poder. Mesmo que na prática possa depender da ajuda financeira dos filhos, ela tem sua autoridade reforçada por partilhar simultaneamente da condição de proprietária da casa e sênior do grupo doméstico.

Dentre os diversos destinos de cada membro da família (onde a emigração, certamente, tem um lugar de destaque), em geral pelo menos uma filha permanece na casa dos pais para ajudar sua mãe nos serviços domésticos. É preciso ressaltar que se trata de uma *fidju fêmea* (filha) entendida como um termo classificatório, que pode incluir, por exemplo, uma neta criada pela sênior do grupo. Esta mulher se torna a principal candidata para ocupar, posteriormente, uma posição de importância no grupo doméstico. Tendo sido socializada neste sentido, ajudando a mãe a cuidar da casa, a gerenciar o orçamento familiar e mesmo a tomar decisões importantes para a família, ela está preparada para assumir, com a morte da *mamá*, o seu posto, quando um novo ciclo recomeça.

⁵⁰ Trajano Filho (1998: 471), em referência ao caso guineense, também aponta para a rivalidade entre a esposa e a mãe de um homem, expressa pelo termo *dona kumbosa*.

* * *

O modelo descrito acima revela uma combinação particular de diversos valores e práticas, adaptada à realidade cabo-verdiana e profundamente distanciada do modelo patriarcal. Contudo, é preciso ter sempre em mente que a estrutura das famílias em Cabo Verde não pode ser apresentada sob a forma de um único modelo. A diversidade de sínteses culturais que compõem a sociedade cabo-verdiana se reflete também na organização familiar, de tal forma que a tendência matrifocal aqui abordada apresenta-se de maneira mais ou menos intensa conforme o estrato sócio-econômico da família em questão.

As estratégias dos atores, produtos da avaliação e decisão de cada indivíduo e cada família, alteram-se profundamente a depender do contexto no qual operam. Caminhos distintos, escolhidos por mulheres distintas na realização do matrimônio, podem traçar de formas muito diferentes as suas posições dentro do grupo doméstico. Sua centralidade estrutural no grupo também está vinculada a fatores como o valor de sua contribuição para o sustento da família em comparação com a do marido, o grau de participação do homem nos assuntos familiares e mesmo a história particular do seu grupo doméstico, que, a depender das diferentes possibilidades e escolhas dos filhos, pode ocasionar uma participação maior ou menor da mãe.

A herança histórica que contribui para o desenvolvimento de uma matrifocalidade em Cabo Verde também não se apresenta de maneira homogênea para todos os setores da sociedade. As reverberações das distinções hierárquicas estabelecidas no período escravista são sentidas com muito mais intensidade pelas classes mais baixas da população cabo-verdiana, assim como as consequências do sistema escravista de produção para uma particular configuração dos grupos domésticos.

As diferenças na intensidade com que a herança africana foi assimilada pelos atuais padrões culturais também reforçam essa heterogeneidade. As mulheres africanas da Senegâmbia e da Guiné sempre desfrutaram de um elevado *status*. Há evidências históricas de que mulheres ricas e com grandes qualidades de liderança desempenharam papéis centrais no governo de vilas no oeste africano (Galloway *apud* Brooks, 1976: 20). A autonomia das mulheres africanas nos remete ainda à tradicional relação *landlord-stranger*, presente nestas sociedades desde o século XI aproximadamente. Chefes africanos casavam as mulheres de seu grupo de descendência com homens estrangeiros para favorecer uma rede de comércio. As mulheres, por sua vez, exploravam essas circunstâncias exercendo um papel crucial como intermediárias no comércio. Influentes e com muita liberdade de ação, elas aproveitaram-se ainda das circunstâncias criadas com a chegada dos europeus na costa africana e consolidaram-se na posição de importantes mediadoras entre os dois mundo que se encontravam. Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, tais mulheres, denominadas *nharas*, desenvolveram uma relação bastante vantajosa casando-se com os homens europeus. Elas facilitaram o acesso destes homens às redes de comércio local e atuaram como importantes intérpretes entre culturas, favorecendo, por outro lado, excelentes oportunidades de comércio para elas próprias (Brooks, 1976, 1983 e 1993). Toda essa experiência histórica da mulher africana contribuiu em alguma medida para a autonomia de que desfrutam hoje as cabo-verdianas. Porém, o substrato africano do encontro intersocietário que se desenvolveu em Cabo Verde não influencia homogeneamente toda a população. Quanto mais se aproxima da elite cabo-verdiana, mais se distancia da presença cultural africana no arquipélago.

Desta forma, se falarmos da tendência matrifocal do sistema de parentesco cabo-verdiano, é necessário que este modelo seja pensado como um *continuum*, de tal maneira que a centralidade materna se apresente de forma menos contundente à medida em que se

aproxime do modelo patriarcal dominante, que permanece atuando simultaneamente no plano ideológico.

Esse tipo de organização familiar que caracteriza a sociedade cabo-verdiana é fruto de um processo histórico de formação social vivenciado de formas semelhantes em diversas outras sociedades crioulas. É possível que a noção de um “*continuum* de matrifocalidade” seja igualmente partilhada por estas sociedades. Estudos sobre as relações familiares em São Tomé e Príncipe demonstram uma grande proximidade com o caso cabo-verdiano, sendo a organização familiar no país também caracterizada pela coexistência de uma ideologia patrilinear e uma matrifocalidade de fato (Trajano Filho, 1993; Seibert, 1999). Da mesma forma, a literatura sobre a área etnográfica do Caribe tem freqüentemente apontado para o desenvolvimento de uma tendência matrifocal nos sistemas de parentesco destas sociedades (Clarke, 1979; Smith, 1996; Martinez-Alier, 1992). A tendência tem sido verificada ainda nas comunidades negras norte-americanas (Stack, 1974 e 1975; Tanner, 1974), no Brasil (Woortmann, 1987) e mesmo na costa oeste do continente africano (Trajano Filho, 1998).

A partir destas diversas evidências, é possível sugerir que este tipo de organização familiar esteja intrinsecamente associado ao processo de expansão européia no Novo Mundo e na costa africana, com a formação de sociedades fundamentadas no encontro entre africanos e europeus. Mais especificamente, comunidades negras que, marcadas pelo passado colonial, vivenciam ainda hoje as conseqüências da hierarquia estabelecida com o sistema escravista de produção parecem partilhar de uma inclinação para a valorização da mãe nas relações internas ao grupo doméstico. Ainda, a atual condição de pobreza destas sociedades, somada à sua inserção em um contexto migratório, marcado por um intenso fluxo de homens, contribuem para a consolidação dessa situação.

Conclusão

A análise empreendida ao longo desta dissertação é o produto final de todo o meu processo de aproximação à sociedade cabo-verdiana, desde as impressões das primeiras leituras, até o trabalho de campo, as reflexões e mesmo a escrita do texto. Como tal, ela reflete o caminho usualmente percorrido por alguém que se propõe tentar compreender a realidade desse povo. Independente do modo de inserção na vida social cabo-verdiana e do interesse inicial do observador dessa cultura, a emigração sempre se apresenta de maneira decisiva.

Ela está presente nas necessidades cotidianas daqueles que esperam pelas remessas do parente emigrado. Está nos sonhos dos adolescentes e nos projetos traçados por famílias de diferentes estratos. Está na esperança, na alegria, bem como no sofrimento que acompanha a saudade e a espera por aqueles que partiram. A emigração se faz presente nas conversas, na curiosidade, no modo de se vestir e na forma de se relacionarem. Está na economia, na política, na arte e na religião. E se revela, simultaneamente, no sorriso do rapaz que desfila por ruelas pobres em um carro de luxo e no choro da moça que não pôde partir porque tinha que ficar em Cabo Verde cuidando do seu filho e sobrinhos.

Mas essa emigração que tanto representa para o povo cabo-verdiano coloca um grande problema de ordem analítica. Pensada como uma categoria genérica que cobre todas as partidas, a despeito de seus motivos e das formas que assumem, ela tem tantas e tão variadas facetas que acaba sendo deficiente de sentido e produtividade analítica. Depois de tentar traçar os múltiplos fatores que têm levado essas pessoas a partir, percebe-se que são tão múltiplos, que se esvanecem em sua generalidade.

Na primeira parte desta dissertação (capítulos I e II) procurei apontar os diversos mecanismos que atuam na sociedade cabo-verdiana de forma a impulsionar a partida de

grande parcela da população do país para o exterior. A estrutura fundiária, caracterizada por uma significativa desigualdade no acesso à terra, e o limitado mercado de trabalho das cidades de Cabo Verde contribuem para alimentar um volumoso excedente de mão-de-obra. São pessoas que se vêem continuamente excluídas do sistema vigente e que têm encontrado na emigração a única alternativa na busca pela sobrevivência.

As regras de transmissão da propriedade fundiária constituíram-se, historicamente, como outro fator importante no incentivo à partida. Suas incongruências atingiam não apenas os pequenos proprietários, que muitas vezes se encontravam em situações insustentáveis, mas também alguns membros de ricas famílias que, excluídos do sistema de transmissão de herança, eram empurrados para outras atividades fora do domínio agropecuário, como o comércio e a administração colonial. Para todos esses indivíduos, a saída de Cabo Verde surgia como um importante (e às vezes o único) caminho. Para muitos outros membros da elite cabo-verdiana, a busca por uma melhor educação foi e continua sendo a principal motivação para deixar seu país natal, constituindo um tipo bem particular, mas muito significativo, de emigração.

Ainda hoje, mesmo com o fim das grandes mortandades pela fome, é impossível falar das causas da emigração em Cabo Verde sem abordar o fenômeno da seca. A seca e a miséria por ela causada constituem um dos fatores centrais no incentivo à emigração. Além de dar origem a um cenário caracterizado por carências de diversas espécies, a seca também ajuda a constituir um “*ethos* da emigração”, incutindo no cabo-verdiano o sentimento de ter um destino a cumprir, um desafio a enfrentar na luta pela sobrevivência, desafio este associado sempre à partida. Mas ao lado das idéias de destino e desafio, o *ethos* da emigração cabo-verdiano revela-se também no desejo de conhecer, de descobrir o novo, de se abrir ao mundo, de seguir o caminho do mar e alcançar as terras longínquas, das quais este mesmo mar os separa. Trata-se de uma forma de ver a emigração onde a partida não

significa nunca uma renúncia eterna, mas a possibilidade de participar de um movimento contínuo de idas e vindas, assim como o mar, refletindo o sentimento ambíguo pelas ilhas “íngratas e queridas”. É o desejo de partir para regressar, porque “*si ca bado, ca ta birado*” (se não tiver partido, não terá regressado), e o regresso, contínuo, é uma fonte inesgotável de prestígio.

Mas depois de trilhar por toda essa diversidade de fatores que incentivam a emigração, deparamo-nos, então, com histórias como a de Suzana, descrita no capítulo III. A moça, que desfrutava de uma vida agradável e bem estruturada em Cabo Verde, de repente, por causa de um desentendimento familiar, um desencontro entre seus desejos e os projetos de sua mãe, deixa tudo para trás e vai buscar construir uma nova vida em um mundo novo e distante. Ou então deparamo-nos com uma curiosa expressão - “*soluson é emigrason*” (a solução é a emigração) – utilizada com frequência nos mais diversos contextos. A idéia que se destaca na expressão e na realidade cabo-verdiana como um todo é sempre essa: a emigração é a saída para tudo, para os problemas mais diversos, da fome à briga em família, do desemprego ao desejo de conhecer mais.

Assim sendo, torna-se cada vez mais difícil falar de emigração. A categoria assume tal amplitude, tal diversidade de formas, motivada pelas mais diferentes razões, que se torna quase impossível defini-la. A emigração implica destinos que partilham muito em comum, mas que assumem tantas facetas que não podemos enquadrá-los em uma única e definitiva categoria.

Uma primeira tentativa de definir mais precisamente os contornos do fenômeno emigratório em Cabo Verde seria através da classificação de sua multiplicidade de formas. Carreira (1983) procurou realizar este empreendimento partindo da distinção entre a emigração forçada e a espontânea. Há também uma possível distinção entre a emigração para trabalho e aquela para estudo e/ou política, denominadas, nos termos do escritor cabo-

verdiano Germano Almeida, de emigração popular e “de qualidade”, respectivamente.⁵¹ E há muito mais. Poderíamos traçar uma infinidade de classificações, como, aliás, tentei por vezes realizar ao longo desta dissertação. Mas se em um primeiro momento certa classificação se mostra interessante, logo a seguir ela perde o sentido. As categorias se misturam e dão origem a outras novas. Seria melhor classificar segundo o lugar de destino, o tempo de permanência ou a motivação para a partida? Talvez pelo sucesso ou insucesso do empreendimento? Pela possibilidade e expectativa de retorno? Essas distinções vão sempre se mostrar válidas em algum contexto específico e insuficientes (ou mesmo incoerentes) no contexto seguinte. E sempre haverá muitas outras possibilidades de classificação. Enfim, a emigração como categoria genérica significa tanto, que corre o risco de não significar nada.

A deficiência de produtividade analítica da categoria “emigração” está intrinsecamente associada às limitações da base cultural em que se fundamenta. Desenvolvida por um tipo de saber originado em sociedades onde a identidade e as raízes culturais têm primordialmente uma ancoragem territorial, a categoria apresenta uma grande dificuldade ao lidar com as sociedades da diáspora, como Cabo Verde. Em formações sociais onde as raízes não ganham necessariamente uma expressão territorial, o movimento de gente é mais rico e variado que o termo que o designa.

Contudo, se problematizo aqui, nesta conclusão, a própria idéia de um fenômeno emigratório cabo-verdiano único, não invalido de forma alguma a tentativa de abordar esse “monstro de mil cabeças”. Ao contrário, se ele significa tanto, o desafio de compreendê-lo é ainda maior e a busca pelo melhor caminho para essa realização é constante. Não poderia dizer que o caminho escolhido nesta dissertação é o único, nem mesmo o mais adequado. Mas gostaria de retomar aqui alguns pontos abordados ao longo deste trabalho que

⁵¹ Comunicação em palestra realizada na Universidade de Brasília, em novembro de 1999.

demonstram como a tentativa de chegar a essa realidade emigratória por outras vias, que não ela própria, se mostra bastante rica.

A análise dos princípios que orientam a organização das famílias em Santiago revela parte de uma complexa realidade social, continuamente elaborada em um processo de criouliização que se traduz na pluralidade de valores e práticas que compõem essa síntese cultural original. Tratei na segunda parte desta dissertação (capítulos III e IV) de um sistema de relações inter e intra-familiares impossível de ser enquadrado em um único modelo. Ao abordar o matrimônio, por exemplo, percebe-se de imediato as diversas formas que ele assume em contextos diferentes. Entre os projetos de realização do casamento formal, do “viver junto”, do concubinato, ou mesmo da construção de uma família sem a presença do marido ou “companheiro”, está em movimento uma variedade de valores, como a religiosidade católica, a valorização da independência feminina e a busca por alianças financeiramente bem sucedidas, entre outras. Embora esses valores apresentem-se, por vezes, de maneira contraditória, e outras tantas vezes com um caráter de complementaridade, o certo é que, juntos, eles orientam de alguma maneira as práticas matrimônias entre as famílias cabo-verdianas.

Da mesma maneira, as noções de poder e autoridade no interior das famílias de Santiago escorregam por entre as amarras de qualquer modelo que se pretenda definir, dada a pluralidade de formas que assumem. De um lado, percebemos a existência de uma tradição patriarcal que se revela especialmente no respeito e autoridade alcançados pelo marido-pai, mesmo quando este se encontra distanciado do convívio familiar. De outro lado, observamos a centralidade do papel desempenhado pela esposa-mãe nas relações que se desenvolvem no domínio doméstico, o que também se apresenta como fonte de poder e autoridade. E a partir da coexistência dessas duas realidades, a princípio contraditórias, é possível questionar a produtividade de conceitos rígidos como o de patriarcalismo.

Sendo ambíguo e heterogêneo, revelado numa multiplicidade de modelos coexistentes, o sistema de parentesco cabo-verdiano apresenta-se em conformidade com uma estrutura social caracteristicamente instável. E esses princípios heterogêneos, que de alguma maneira orientam a organização das famílias em Cabo Verde, revelam-se como um importante caminho na tentativa de dar sentido a algumas questões colocadas pela emigração, como pretendo destacar a seguir.

A família se apresenta, de certa forma, como mais um dos vários mecanismos que atuam de forma a impulsionar a partida dos cabo-verdianos. Na elaboração de seus projetos familiares, que determinam destinos diversificados e complementares para cada membro do grupo doméstico, os cabo-verdianos contam sempre com a emigração entre as principais armas de que dispõem, seja através do incentivo à partida de um parente ou da consolidação de alianças com famílias de emigrantes. No arquipélago, raras são as famílias que não têm nenhum de seus membros emigrados. O parente emigrante representa sempre maiores chances de ascensão econômica e social e a construção de um vínculo permanente com o exterior, que favorece a inserção da família como um todo na comunidade da diáspora, além de representar um caminho seguro para emigrações futuras. Ter um parente no exterior é ter acesso a uma infinidade de símbolos de prestígio, que consolidam continuamente o privilégio da família de emigrante, em um contexto onde estar aberto ao mundo é quase uma necessidade.

Embora a emigração tenha sempre um lugar central nos projetos familiares, a análise das relações no interior do grupo doméstico revela que a partida pode e deve ser o projeto de apenas alguns membros específicos da família, nunca de todos eles. Podemos relembrar aqui o caso de Gustavo, namorado de Suzana (ver capítulo III). Sua condição singular, de ter todos os parentes próximos emigrados, não se apresentava mais como uma vantagem, mas como um problema freqüentemente ressaltado nos rumores que afirmavam: “como ele

não tem família aqui, ele é da rua”. Se é privilegiada a inserção da família na comunidade da diáspora, é preciso que haja um equilíbrio entre os dois pólos – Cabo Verde e o país de emigração – a fim de que se torne viável a manutenção da família nesse espaço transnacional. Ter todos os familiares emigrados já não é mais fonte de prestígio, mas sinal de que não há mais vínculos preservados em Cabo Verde. Situações como a de Gustavo sugerem a condição de alguém que não pertence mais a um grupo capaz de assumir uma concretude nas interações com outras famílias.

Frente a esse quadro, surge, então, a questão: se nem todos partem, quem são as pessoas que devem partir e quais devem permanecer em Cabo Verde? Para compreender as sutilezas desse processo, foi necessário alcançar o nível das interações familiares, da definição de papéis no interior do grupo doméstico, para que se pudesse indicar os motivos por que certo indivíduo emigra e não o outro. Só assim se torna possível explicar também por que os que emigram podem fazê-lo com tanta facilidade, sem que com isso desestruem suas famílias e, em última instância, a ordem social como um todo.

Se a emigração cabo-verdiana constituiu-se como um fenômeno predominantemente masculino, observamos que essa constatação está intimamente relacionada ao papel idealmente reservado ao marido-pai. Responsabilizados pelo sustento da casa, os homens muitas vezes encontram na emigração sua única alternativa. Para desempenhar adequadamente o papel de provedor do grupo doméstico em um cenário caracterizado por um limitado mercado de trabalho, eles precisam partir em busca de melhores condições de vida. As obrigações impostas ao homem que deseja constituir uma família apresentam-se, portanto, como um novo impulso à partida.

Também é sempre interessante às famílias que um ou mais filhos (do sexo masculino) emigrem. Além de representarem um importante vínculo com o exterior, como tenho continuamente enfatizado, são ainda a esperança de boas alianças futuras, dado o

prestígio de sua condição na realização das trocas matrimoniais. A emigração dos filhos pode ser ainda parte de uma estratégia de sobrevivência, especialmente quando não há um marido-pai no grupo doméstico e os filhos precisam desempenhar o papel idealmente reservado a ele. Todos estes fatores, em conjunto, contribuem para empurrar estes jovens para o exterior.

Com o aumento observado nas últimas décadas com relação à emigração feminina, percebe-se que não apenas os homens, mas também algumas mulheres têm sido levadas a deixar o país, muitas vezes pelos mesmos motivos descritos acima. Entre as mulheres, porém, algumas particularidades de sua condição limitam as possibilidades de emigração. Vimos que as ilhas estão fortemente identificadas, no imaginário cabo-verdiano, à mulher - mãe e amante. De fato, o papel por elas desempenhado estando presentes nas ilhas é tão central que muitas vezes a opção da emigração é negada a elas.

As esposas-mães, especialmente a *mamá*, constituem a base das famílias. Atuando como ponto focal das relações de parentesco e desempenhando um papel central na administração da vida familiar e na criação dos filhos, tais mulheres precisam acompanhar de perto o cotidiano do grupo doméstico. Assim como a *mamá*, também uma ou mais de suas filhas (ou netas) devem permanecer em Cabo Verde para ajudá-la nos serviços domésticos. A essas moças também está reservada uma função muito especial de preparar-se para substituir a *mamá* quando já não lhe for mais possível desempenhar um papel tão demandante. E é por isso que são tão freqüentes os casos de mulheres que vivem a grande tristeza de querer emigrar e não poder fazê-lo. São mulheres que alimentam sonhos de partir, de conhecer o mundo, mas que são confrontadas por uma dura realidade de ter que ficar em Cabo Verde. Pesa sobre elas a responsabilidade por diversas questões familiares, especialmente por cuidar de crianças, que muitas vezes nem mesmo são seus filhos, mas, por exemplo, o filho de um irmão que partiu. Em um país onde tudo se volta para a

emigração, onde o emigrante é símbolo de sucesso e prestígio, elas estão fadadas a permanecer em sua terra natal.

Dessa particular divisão de funções, é fundamental que se perceba que é justamente essa forma de organizar os papéis dentro do grupo doméstico que possibilita a manutenção do fluxo constante de pessoas. Se a esposa não estivesse capacitada para desempenhar um papel tão central, como seria possível ao marido emigrar? A independência e a autonomia da mulher cabo-verdiana permitem que o homem deixe sua família no arquipélago, sem que sua ausência desestruture o grupo doméstico. Da mesma forma, se a irmã não se dispusesse a ficar no país cuidando do sobrinho, como o irmão poderia se deslocar com tanta facilidade mundo afora? Se a *mamá* não assumisse o papel de mãe também na criação de seus netos e até bisnetos, como algumas mulheres da sua família poderiam partir? Além de todas essas funções, os parentes ainda se responsabilizam pela gestão dos negócios que o emigrante possivelmente tenha em Cabo Verde, pela manutenção de um fluxo de informações que o possibilita acompanhar os acontecimentos no seu país natal e, em última instância, pela manutenção de uma série de vínculos do emigrante com Cabo Verde, que se expressam não apenas nos favores realizados pelos familiares, mas também na saudade e na espera que acompanham todos eles. Em suma, se a família atua como um importante mecanismo de ejeção, ela mesma dá as condições para a partida do emigrante, sem que seu pertencimento à sociedade cabo-verdiana seja rompido. Este pertencimento se mantém na troca constante entre o emigrante e seus familiares, onde o primeiro fornece dinheiro, novidades, prestígio e distinção, recebendo dos segundos favores, segurança e a certeza da manutenção de um forte vínculo com sua terra natal.

As famílias cabo-verdianas, à primeira vista divididas entre aqueles que partiram e os que ficaram, de fato só assim se vêem inteiras. Imersas neste fenômeno de constantes partidas e retornos, elas resistem a todas as dificuldades que enfrentam para sua

sobrevivência. Só assim as famílias tornam-se capazes de se reproduzir e, conseqüentemente, de possibilitar a reprodução da sociedade cabo-verdiana como um todo.

Apesar de destacarmos aqui a atuação das diversas formas de partida como um mecanismo de reprodução social, é preciso observar que isto não implica a manutenção da sociedade cabo-verdiana como um sistema em equilíbrio estático. Esta constante ejeção de pessoas para além das fronteiras do país deu origem a mudanças na estrutura desta sociedade ao favorecer o surgimento de um novo e importante grupo social, composto pelos emigrantes retornados e seus familiares. Isto permitiu a ascensão social de indivíduos que antes ocupavam os estratos mais baixos da sociedade cabo-verdiana. Mas são mudanças que, em última instância, asseguram a continuidade do modelo como um todo, não apenas tornando-o um modelo viável, mas também criando condições para a reprodução de uma sociedade particularmente dinâmica.

Cabo Verde apresenta-se em um processo contínuo de criouliização. A mudança é parte essencial do desenvolvimento desta sociedade. Neste sentido, o estabelecimento de um fluxo constante de pessoas é especialmente importante porque permite um certo grau de continuidade social, não só através da reprodução material, estrutural e simbólica, mas também alimentando esse processo de transformação. A criouliização que deu origem a Cabo Verde é realimentada pela manutenção de um contato estreito com uma pluralidade cultural que remodela continuamente a sociedade cabo-verdiana. Este fluxo – não apenas de pessoas, mas de tudo o que trazem com elas - permite a reprodução de Cabo Verde como uma sociedade estruturalmente aberta. Ele possibilita o desenvolvimento de um processo singular de mudança, de absorção de novos costumes, valores e símbolos, que caracteriza a sociedade cabo-verdiana como uma realidade única. As contínuas partidas e regressos viabilizam a reprodução de um modelo, às vezes frágil em sua ambigüidade e inconsistências, mas que retira daí sua originalidade.

Bibliografia

- ALLEYNE, Mervyn. "Acculturation and the cultural matrix of creolization". In: Hymes, Dell (org.). *Pidginization and Creolization of Languages*. London: Cambridge University Press. 1971.
- AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964.
- ANDRADE, José. "Migrações cabo-verdianas". In: Almeida, José Maria (org.). *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional; Paris: Sépia. 1998.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. 1998.
- AUGÉ, Marc. *The Anthropological Circle: Symbol, Function, History*. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme. 1982.
- BASCH, Linda & Nina Glick e Cristina Szanton Blanc. *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. EUA: Gordon and Breach. 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press. 1977.
- _____. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press. 1990.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1992.
- BROOKS, George E., Jr. "The Signares of Saint-Louis and Gorée: Women Entrepreneurs in Eighteenth-Century Senegal". In: Hafkin, N. J. & E. G. Bay (orgs.). *Women in*

- Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford: Stanford University Press. 1976.
- ____ “A Nhara of the Guinea-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia”. In: Robertson, C. C. & M. A. Klein (orgs.). *Women and Slavery in Africa*. Madison: Wisconsin University Press. 1983.
- ____ *Landlords and Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630*. Boulder: Westview Press. 1993.
- CARDOSO, Humberto. “O erro de A. Carreira”. *Cultura*, n. 2, p. 33-43, julho/1998.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. 1972.
- ____ *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro. 1983.
- ____ *Cabo Verde: Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro. 1984.
- CARVALHO, Inácio. “Introdução à História de Cabo Verde”. In: Almeida, José Maria (org.). *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional; Paris: Sépia. 1998.
- CHAUDENSON, Robert. “Créolisation linguistique, créolisation culturelle”. *Études créoles*, vol. XII, n. 1, p. 53-73. 1989.
- CLARKE, Edith. *My Mother Who Fathered Me: a study of the family in three selected communities in Jamaica*. London: George Allen & Unwin. 1979.
- COLI, Waltraud Berger. *Cape Verdean Ethnicity*. Dissertação de Mestrado. Rhode Island College, Program of African and Afro-American Studies. 1987.
- CORREIA E SILVA, António Leão. *Histórias de um Sahel insular*. Praia: Spleen-Edições. 1996.
- COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1996.

- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco. 1986.
- DUARTE, Vera. “O papel, o lugar e o contributo da mulher no processo de formação da identidade caboverdiana”. *Mesa Redonda sobre identidade cultural cabo-verdiana*. Praia, 1985. (mimeo)
- “Emigração na Constituição”. *Revista Emigrason*, n. 32, p. 30-32, janeiro/1993.
- FINAN, Timothy J. & Helen K. Henderson. “The Logic Of Cape Verdean Female-Headed Households: Social Response To Economic Scarcity”. *Urban Anthropology*, vol. 17, n. 1, p. 87-103. 1988.
- FORTES, Meyer. “Time and Social Structure: An Ashanti Case Study”. In: Fortes, M. (org.). *Social Structure: Studies Presented to A. R. Radcliffe-Brown*. Oxford: The Clarendon Press. 1949.
- FOSTER, Robert J. “Making National Cultures in the Global Ecumene”. *Annual Review of Anthropology*, n. 20, p. 235-260. 1991.
- FRANÇA, Luís de (org.). *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*. Estarreja: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. 1992.
- FRANCO, António Cândido. *Exercício sobre o Imaginário Cabo-verdiano (Simbologia Telúrico-Marítima em Manuel Lopes)*. Évora: Pendor. 1996.
- FURTADO, Cláudio Alves. *A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança - Santiago, Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco. 1993.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press. 1984.
- GLUCKMAN, Max. *Custom and Conflict in Africa*. New York: Harper & Row. 1973.
- HOLLANDER, John. “It All Depends”. *Social Research*, vol. 58, n. 1, p. 31-49. 1991.
- “Investimentos dos Emigrantes”. *Revista Emigrason*, n. 3, II série, p. 12-13, janeiro/1991.

- KARANJA, Wambui Wa. “‘Outside wives’ and ‘inside wives’ in Nigeria: a study of changing perceptions in marriage”. In: Parkin, David & David Nyamwaye (orgs.). *Transformations of African Marriage*. Manchester: Manchester University Press. 1987.
- KEARNEY, M. “The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism”. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, p. 547-565. 1995.
- KOPYTOFF, Igor. “The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture”. In: Kopytoff, Igor (org.). *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press. 1987.
- LEACH, E. R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995.
- LESOURD, Michel. *État et société aux îles du Cap-Vert: Alternatives pour un petit État insulaire*. Paris: Karthala. 1995.
- LEVINE, Robert A. “Patterns of Personality in Africa”. In: DeVos, George A. (org.). *Responses to Change: society, culture, and personality*. New York: D. Van Nostrand. 1976.
- LITTLE, Kenneth. *African Women in Towns: an aspect of Africa’s social revolution*. Cambridge: Cambridge University Press. 1973.
- LOPES, Baltasar. *Chiquinho*. Mindelo: Edições Calabedotche. 1997 (originalmente publicado em 1947).
- LOPES FILHO, João. *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde: Formação da Sociedade e Mudança Cultural - II Volume*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação. 1996.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba: A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society*. EUA: The University of Michigan Press. 1992.

- MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio. 1988.
- MEINTEL, Deirdre. “Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, p. 93-120. Junho-Dezembro/1984.
- MONTEIRO, César Augusto. *Comunidade Imigrada. Visão Sociológica. O Caso da Itália*. S. Vicente: Gráfica do Mindelo. 1997.
- Odisséia*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural. 1978.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes. 1973.
- RODRIGUES, Moacyr & Isabel Lobo. *A Morna na Literatura Tradicional: fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco. 1996.
- ROUGÉ, Jean Louis. “Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa”. *Soronda: revista de estudos guineenses*, n. 2, p. 28-49. 1986.
- RYKWERT, Joseph. “House and Home”. *Social Research*, vol. 58, n. 1, p. 51-62. 1991.
- SAINT-MAURICE, Ana de. *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora. 1997.
- SALÚSTIO, Dina. “Insularidade na Literatura Cabo-verdiana”. In: Veiga, Manuel (org.). *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala. 1998.
- SCHUTZ, Alfred. “The Stranger”. In: *Collected Papers*, vol. 2, p. 91-105. 1971.
- _____. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.
- SECCO, Carmen Lucia T. R. “Mar, Memória e Metapoesia na Lírica Cabo-verdiana”. *Cerrados*, n. 6, p. 41-50. 1997.
- SEIBERT, Gerhard. *Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Leiden: Research School CNWS. 1999.

- SEMEDO, José Maria. “Um arquipélago do Sahel”. In: Almeida, José Maria (org.). *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional; Paris: Sépia. 1998.
- SHELDON, Kathleen. “*Creches, Titias, and Mothers: Working Women and Child Care in Mozambique*”. In: Hansen, K. T. (org.). *African Encounters with Domesticity*. New Brunswick: Rutgers University Press. 1992.
- SILVA, António B. da & Domingos B. da Silva. *A Odisséia Crioula: as tristezas, alegrias e esperanças do povo cabo-verdiano*. Noruega: Alpha Beta Sigma. 1993.
- SILVA, T. V. da. *Finasons di Na Nasia Gomi*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro. 1985a.
- _____. “Literatura Oral y Identidad Cultural”. *Mesa Redonda sobre identidade cultural cabo-verdiana*. Praia, 1985b. (mimeo)
- SIMMEL, Georg. “The Isolated Individual and The Dyad”. In: Wolf, Kurt H. (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press. 1964.
- _____. “The Stranger”. In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: Chicago University Press. 1984.
- _____. “Da psicologia da moda: um estudo sociológico”. In: Souza, Jessé & Berthold Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998a.
- _____. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: Souza, Jessé e Berthold Oëlze (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998b.
- SMITH, Raymond T. *The Matrifocal Family: Power, Pluralism, and Politics*. New York: Routledge. 1996.
- SOLOMON, Marla Jill. “*We can even feel that we are poor, but we have a strong and rich spirit*”: learning from the lives and organization of the women of Tira Chapéu, Cape Verde. Tese de Doutorado. University of Massachusetts, School of Education. 1992.

- STACK, Carol B. "Sex Roles and Survival Strategies in an Urban Black Community". In: Rosaldo, M. Z. & Louise Lamphere (orgs.). *Woman, Culture, and Society*. Stanford: Stanford University Press. 1974.
- _____. *All Our Kin: Strategies for Survival in a Black Community*. New York: Harper & Row. 1975.
- STOLER, Ann L. "Making Empire Respectable: The Politics of Race and Sexual Morality in 20th-Century Colonial Cultures". *American Ethnologist*, vol. 16, n. 4, p. 634-660. 1989.
- TANNER, Nancy. "Matrifocality in Indonesia and Africa and Among Black Americans". In: Rosaldo, M. Z. & Louise Lamphere (orgs.). *Woman, Culture, and Society*. Stanford: Stanford University Press. 1974.
- TRAJANO FILHO, Wilson. "O Auto de Carnaval em São Tomé e Príncipe: Fato e Texto". *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1993.
- _____. *Polymorphic Creoledom: The "Creole" Society of Guinea-Bissau*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, Department of Anthropology. 1998.
- VEIGA, Manuel. "Signos e Símbolos em Jorge Barbosa: Tentativa de uma Análise Semiológica". In: *A Sementeira*. Linda-a-Velha: ALAC. 1994.
- _____. *Introdução à Gramática do Crioulo*. S. Vicente: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco e Instituto Nacional da Cultura. 1995.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1991.
- WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq. 1987.

Documentos

A Saúde das Crianças Menores de Cinco Anos em Cabo Verde. Estudo Epidemiológico.

Tomo I. Ministério da Saúde e Promoção Social / UNICEF. Cabo Verde, 1996.

Criança e Mulher em Cabo Verde: análise de situação. Programa de Cooperação 2000-2004. Governo - UNICEF. Praia, novembro, 1998.

Estrutura das Famílias. Ministério da Coordenação Económica e Direcção Geral de Estatística. Praia, dezembro, 1995.

Inquérito às Famílias. 1988-1989. Direcção Geral de Estatística. Praia, 1989.

Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva. 1998. Relatório preliminar. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. Praia, outubro, 1998.

Países e Cidades de Acolhimentos de Caboverdianos. Instituto de Apoio ao Emigrante. Praia, Janeiro de 1998.

População residente em família, número de famílias e de unidades de alojamento, segundo os núcleos populacionais, por ordem alfabética, e distritos de recenseamento. Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento - Direcção de Recenseamento e Inquéritos.

Programa de luta contra a pobreza no Concelho de Santa Catarina. Um trabalho da CITI-HABITAT, elaborado por Mário Moniz e Crispina Gomes.

Programa do II Governo Constitucional da II República. Praia, 1996.

Promoção da mulher, um desafio a vencer. Organização das Mulheres de Cabo Verde. Julho de 1990.

Suplemento do Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I série, n. 25 - 30 de junho de 1997.